

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ENFERMAGEM

CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM

**VULNERABILIDADE AO HOMICÍDIO:
*SÓCIO-HISTÓRIA DAS MORTES VIOLENTAS DOS ADOLESCENTES NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE EM 1997***

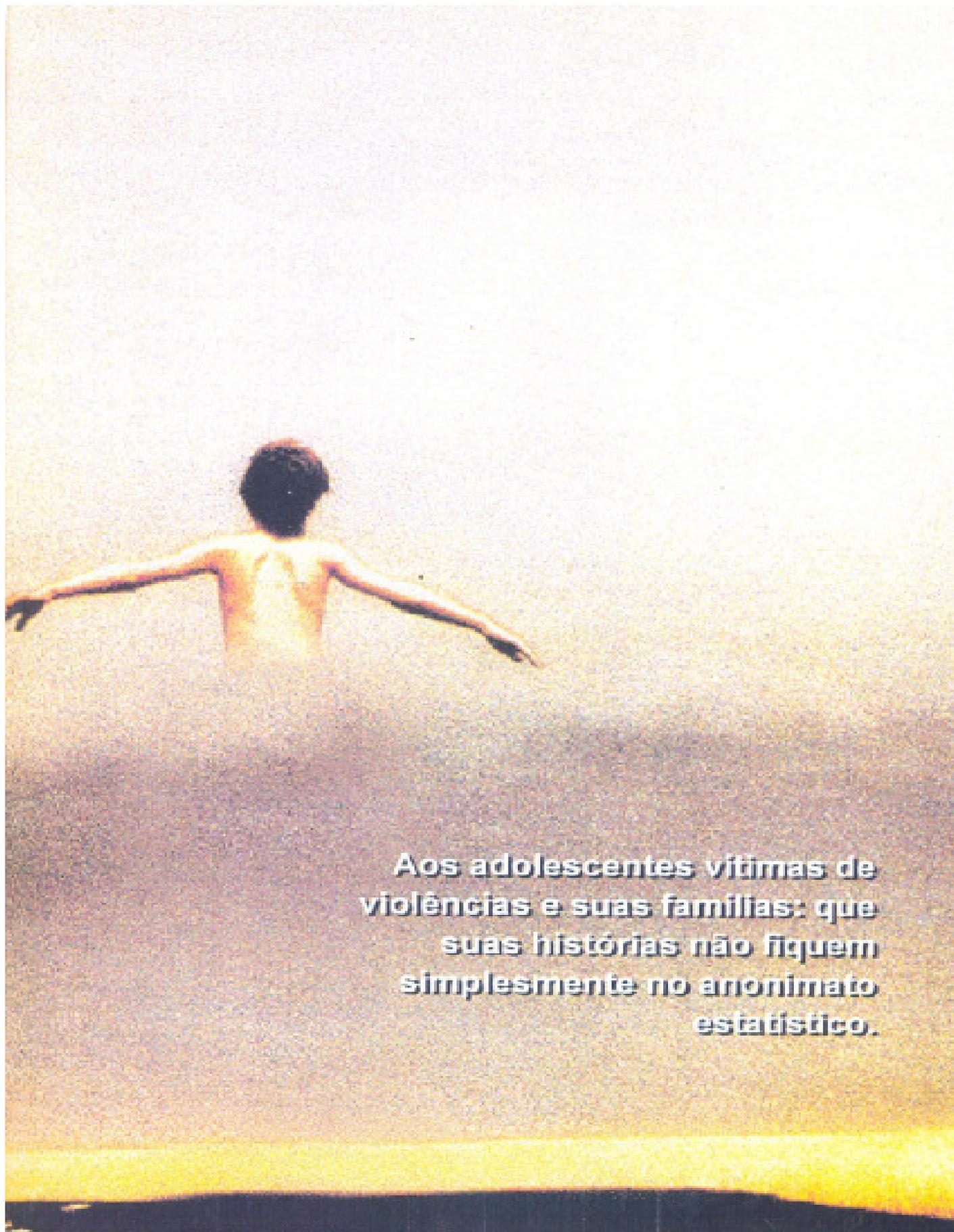
ANA ROSÁRIA SANT'ANNA

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2000

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Aos adolescentes vítimas de
violências e suas famílias: que
suas histórias não fiquem
simplesmente no anonimato
estatístico.**

ANA ROSÁRIA SANT'ANNA

**VULNERABILIDADE AO HOMICÍDIO:
SÓCIO-HISTÓRIA DAS MORTES VIOLENTAS DOS ADOLESCENTES NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE EM 1997**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Enfermagem da Escola de Enfermagem da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial à obtenção do título de MESTRE
em ENFERMAGEM.*

*Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta Júlia Marques
Lopes*

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2000

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S231v Sant'Anna, Ana Rosária

Vulnerabilidade ao homicídio: Sócio-história das mortes violentas dos adolescentes na cidade de Porto Alegre em 1997/Ana Rosária Sant'Anna; Orientação de Marta Júlia Marques Lopes. Porto Alegre, 2000.

164 p.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem. Curso de Mestrado em Enfermagem.

1. Adolescência: - 2. Homicídios: - 3. Vulnerabilidade: - 4. Dimensões Socioeconômicas: - 5. Dimensões Familiares: - 6. Dimensões Individuais: - 7. Raça/cor: - 8. Gênero. - I. Título.

CDD 610.7365

Bibliotecária Responsável

Lúcia V. Machado Nunes
CRB 10/193

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Marta Júlia Marques Lopes (orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Olga Rosaria Eidt

Prof^ª. Dr^ª. Denise Rangel Ganzo de Castro Aerts

Prof^ª. Dr^ª. Dagmar Estermann Meyer

Prof^ª. Dr^ª. Maria Alice Dias da Silva Lima (suplente)

*Dedico esta dissertação a
duas pessoas que tiveram
presença constante nesse
processo de criação: meu
marido LUIS CARLOS e meu
filho VINÍCIUS.*

AGRADECIMENTOS

Acredito que sempre, ao iniciarmos e finalizarmos um processo de criação, influem nas nossas escolhas as experiências vividas ao longo da nossa existência, e principalmente a relação com diversas pessoas com quem convivemos e, que direta e indiretamente, contribuem conosco com seu jeito de pensar e viver. Neste momento dirijo os meus agradecimentos às pessoas com quem convivi nos últimos dois anos, durante a realização do mestrado:

Às famílias dos sujeitos do estudo que nos receberam em suas casas e que, apesar do sofrimento pela perda dos seus filhos, contribuíram efetivamente para a realização desse trabalho.

À Marta Júlia Marques Lopes, que orientou esse trabalho com determinação e competência, pelas palavras e gestos de apoio e incentivo, principalmente nos momentos difíceis.

Às professoras Olga Rosaria Eidt e Dagmar Estermann Meyer, pelas suas valiosas sugestões durante o processo de elaboração deste estudo e que contribuíram efetivamente para esse trabalho.

À Denise Aerts, amiga e colega de trabalho há dez anos, pela assessoria na análise epidemiológica deste trabalho e por ter despertado em mim “o gosto” pela pesquisa.

Aos colegas da Equipe de Informação em Saúde (CEDIS), pelo apoio e carinho oferecido durante a elaboração deste trabalho.

À Ana Cattani, pela amizade e pela diagramação das tabelas e mapas, proporcionando uma visualização estética deste trabalho.

Ao Rui Flores, pela paciente assessoria no Georeferenciamento, oferecendo mais um recurso de análise que enriqueceu o trabalho.

À Tânia Cortinovi, pela amizade e pela forma carinhosa com que revisou o texto, facilitando a sua leitura.

À Vânia Hirakata, pela amizade e pela paciente e tranqüila assessoria em Estatística.

À equipe de visitantes domiciliares, pela amizade e pela dedicação com que desenvolveram o trabalho.

Ao meu irmão João Batista Sant'Anna, pela assessoria fraterna na área de Economia.

Aos meus pais Nehyta e Wilson e meus irmãos Titá, Paulo, Nando e João, minha família de origem, de onde eu herdei valores por uma sociedade mais justa e menos desigual.

À D. Jacy, pela amizade e presença constante nos momentos mais difíceis e principalmente por ser a mãe do homem com quem eu compartilho a minha vida e pai do meu filho.

Ao Luis Carlos, o Nicola, meu marido, companheiro, que participou também dessa pesquisa com dedicação, pelo amor e compreensão em relação ao pouco tempo que pudemos desfrutar juntos durante a realização deste trabalho. Alguém muito especial, o meu amor.

Para realizar o processo de coleta de dados desta pesquisa junto aos familiares dos sujeitos do estudo foi constituída uma equipe de visitantes domiciliares, que pelo compromisso e competência possibilitou a efetivação deste trabalho e, portanto, merece destaque.

EQUIPE DE VISITADORES DOMICILIARES

Ana Rosária Sant'Anna – Coordenadora da pesquisa

Maria do Horto Martins – Psicóloga (Supervisora)

Alex Bittencourt – Acadêmico de Enfermagem

Denise Ritzel – Acadêmica de Psicologia

Luis Carlos Nicolaiewsky – Acadêmico de Educação Física

Sheila Beckel Flor – Acadêmica de Enfermagem

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

1 INTRODUÇÃO: A FONTE DE INSPIRAÇÃO	1
2 AS MORTES VIOLENTAS – O CONTEXTO DO ESTUDO	5
2.1 O panorama da mortalidade por Causas Externas no RS e em Porto Alegre	7
2.2 A cidade de Porto Alegre e contexto urbano como cenário deste estudo	18
3 O PROBLEMA DE PESQUISA INVESTIGADO	27
3.1 Os homicídios entre adolescentes - "um caso de polícia" ou um problema de Saúde Pública	28
3.2 Os objetivos do estudo	42
3.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	42
3.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	43
4 O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO	44
4.1 A população alvo e a população em estudo.....	45
4.2 A coleta de dados	47
4.3 As variáveis em estudo.....	48
4.4 O processamento, o controle de qualidade e a análise dos dados.....	50
4.5 Considerações éticas.....	52
5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	53
5.1 O adolescente que morre por homicídio em Porto Alegre: quem é e de onde vem.....	59
5.1.1 <i>A dimensão dos processos socioeconômicos do adolescente</i>	60
5.1.2 <i>A dimensão dos processos familiares do adolescente</i>	67
5.1.3 <i>A dimensão dos processos individuais do adolescente</i>	83
5.1.4 <i>A distribuição dos homicídios dos adolescentes nos bairros de Porto Alegre</i>	

6 “O TAPETE DE PENÉLOPE”: AS INTERFACES ANALÍTICAS NO DIÁLOGO COM A BIBLIOGRAFIA	118
6.1 Os homicídios entre adolescentes: articulando a situação socioeconômica, a raça/cor e gênero.....	118
6.2 Histórias de vida e morte – síntese das dimensões em estudo.....	142
7 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	152
ABSTRACT	156
RESUMEN	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	158
ANEXOS	164

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 MORTALIDADE PROPORCIONAL POR ACIDENTES DE TRÂNSITO, HOMICÍDIOS, SUICÍDIOS E "INTENÇÃO NÃO DETERMINADA", NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS, RIO GRANDE DO SUL, 1990 – 1997 10
- FIGURA 2 VARIAÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS EM GERAL, ACIDENTES DE TRÂNSITO E HOMICÍDIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, RIO GRANDE DO SUL, ENTRE OS ANOS DE 1990 E 1997 11
- FIGURA 3 MORTALIDADE PROPORCIONAL POR ACIDENTES DE TRÂNSITO, HOMICÍDIOS, SUICÍDIOS E "INTENÇÃO NÃO DETERMINADA", NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS, PORTO ALEGRE, 1990 - 1997..... 13
- FIGURA 4 VARIAÇÃO DA MORTALIDADE POR TODAS AS CAUSAS EXTERNAS, ACIDENTES DE TRÂNSITO E HOMICÍDIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, PORTO ALEGRE, 1990-1997..... 14
- FIGURA 5 MORTALIDADE PROPORCIONAL, SEGUNDO CAUSAS, NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997.. 16
- FIGURA 6 SÉRIE HISTÓRICA DA PROPORÇÃO DO TOTAL DOS HOMICÍDIOS E DA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997..... 16
- FIGURA 7 DISTRIBUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS POR BAIRRO, SEGUNDO LOCAL DE MORADIA E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, RS, 1997..... 115
- FIGURA 8 DISTRIBUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS POR BAIRRO, SEGUNDO LOCAL DE OCORRÊNCIA, PORTO ALEGRE, RS, 1997..... 117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	POPULAÇÃO DEFINIDA PARA O ESTUDO.....	46
QUADRO 2	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES E SUA FAMÍLIA.....	49
QUADRO 3	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES.....	49
QUADRO 4	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DO ADOLESCENTE.....	50

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	SÉRIE HISTÓRICA DAS CINCO PRINCIPAIS CAUSAS DE ÓBITO E MORTALIDADE PROPORCIONAL POR CAUSA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, 1990 – 1998.....	8
TABELA 2	MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO DE CAUSAS DA CID SEGUNDO SEXO, PORTO ALEGRE, 1980, 1985, 1990, 1995 E 1998.....	9
TABELA 3	MORTALIDADE PROPORCIONAL DAS CAUSAS EXTERNAS, HOMICÍDIOS EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS E HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, SEGUNDO SEXO, RS, 1990-1997.....	12
TABELA 4	MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO DE CAUSAS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997.....	15
TABELA 5	MORTALIDADE PROPORCIONAL DAS CAUSAS EXTERNAS, HOMICÍDIOS EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS E HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, SEGUNDO SEXO, PORTO ALEGRE, 1990-1997.....	17
TABELA 6	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES AO TRABALHO E ESCOLARIDADE DOS PAIS E RENDA <i>PER CAPITA</i> DA FAMÍLIA, PORTO ALEGRE, 1997.....	62
TABELA 7	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE MORADIA, PORTO ALEGRE, 1997.....	64
TABELA 8	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES AOS EQUIPAMENTOS DA CASA, PORTO ALEGRE, 1997.....	65

TABELA 9	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES REFERENTES À CONSTITUIÇÃO FAMILIAR DOS ADOLESCENTES, PORTO ALEGRE, 1997.....	69
TABELA 10	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES REFERENTES ÀS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES, PORTO ALEGRE, 1997.....	70
TABELA 11	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES REFERENTES A SITUAÇÕES ANTERIORES DE HOMICÍDIO NA FAMÍLIA, PORTO ALEGRE, 1997.....	79
TABELA 12	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, PORTO ALEGRE, 1997.....	84
TABELA 13	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES À ESCOLARIDADE E TRABALHO, PORTO ALEGRE, 1997	86
TABELA 14	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES À(AO) NAMORADA(O), FILHOS E AMIGOS, PORTO ALEGRE, 1997	100
TABELA 15	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES AO HOMICÍDIO, PORTO ALEGRE, 1997.	104
TABELA 16	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES REFERENTES A SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997	108
TABELA 17	VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES REFERENTES A PLANOS DE VIDA, PORTO ALEGRE, 1997	110

TABELA 18 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RENDA <i>PER CAPITA</i> E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997	119
TABELA 19 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA CIDADE E DOS HOMICÍDIOS SEGUNDO RAÇA/COR, PORTO LEGRE, 1997.....	120
TABELA 20 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO IDADE E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997	121
TABELA 21 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E AGRESSOR, PORTO ALEGRE, 1997	122
TABELA 22 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E RAZÃO DOS HOMICÍDIOS, PORTO ALEGRE, 1997	123
TABELA 23 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997	124
TABELA 24 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO FREQUÊNCIA À ESCOLA E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997	124
TABELA 25 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997.....	125
TABELA 26 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RENDA <i>PER CAPITA</i> E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997	126
TABELA 27 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E ESCOLARIDADE DOS PAIS, PORTO ALEGRE, 1997	127
TABELA 28 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, PORTO ALEGRE, 1997	128

TABELA 29	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS PAIS, PORTO ALEGRE, 1997.....	129
TABELA 30	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E CONDIÇÕES DE MORADIA, PORTO ALEGRE, 1997	130
TABELA 31	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS, PORTO ALEGRE, 1997	131
TABELA 32	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO E SITUAÇÕES DE HOMICÍDIO, PORTO ALEGRE, 1997	134
TABELA 33	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997	139
TABELA 34	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO E PLANOS PARA O FUTURO, PORTO ALEGRE, RS, 1997	141
TABELA 35	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO O SEXO DOS ADOLESCENTES COM FILHOS, PORTO ALEGRE, 1997	141

RESUMO

VULNERABILIDADE AO HOMICÍDIO: sócio-história das mortes violentas dos adolescentes na cidade de Porto Alegre em 1997 é um estudo sobre os 68 jovens na faixa etária de 10 a 19 anos que foram assassinados nesse ano. As informações foram obtidas pela pesquisa documental estatística com dados secundários e dados primários, a partir de visitas domiciliares às famílias desses jovens, cuja fonte de informação para localizar o endereço foi a Declaração de Óbito. Foi utilizada uma metodologia plural, que se propõe a combinar a análise qualitativa com a quantitativa, privilegiando o delineamento epidemiológico do tipo série de casos. Para dimensionar a distribuição dos homicídios, os mesmos foram espacializados no mapa da cidade a partir do Sistema de Informação Georeferenciado (SIG) e o software utilizado foi o Mapinfo. Os resultados mostraram que esses jovens pertenciam a famílias com precária inserção socioeconômica, representada na baixa renda *per capita*, baixa escolaridade dos pais e no fato de que 78,9% dos adolescentes tinham abandonado a escola. A predominância de mortes foi no sexo masculino, com uma proporção de 91,2%. O estudo aponta para as ações dirigidas aos jovens dentro da comunidade e junto às famílias, com incentivo à escola como possibilidade de intervenção, destacando-se a importância do planejamento e da vigilância à saúde, que podem ter impacto na prevenção da violência.

1 INTRODUÇÃO: A FONTE DE INSPIRAÇÃO

Este trabalho de pesquisa é requisito parcial para obtenção do título de Mestre pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O propósito deste trabalho de pesquisa sobre homicídios em adolescentes na cidade de Porto Alegre é o de aprofundar o conhecimento sobre a violência social no município a partir desse grupo populacional. A escolha do tema está vinculada ao trabalho que esta pesquisadora realiza na Equipe de Informações em Saúde (CEDIS), da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (CVS), da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre (SMS). O CEDIS tem como função gerenciar os sistemas nacionais e locais de informação e também coordenar programas de vigilância em saúde.

Os homicídios estão inseridos no grupo das Causas Externas de mortalidade, que são compostas também por todos os acidentes e suicídios. Para este estudo, o acesso aos dados foi possível a partir do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM), que é um dos sistemas que o CEDIS gerencia e que tem como função caracterizar a mortalidade geral em Porto Alegre e, a partir dela, gerar programas de vigilância em saúde.

A fonte de informação desse sistema é a Declaração de Óbito (DO) dos residentes em Porto Alegre, onde estão registrados os dados de identificação, residência, escolaridade, ocupação, causa básica de morte, entre outros.

Com as informações registradas nesse documento, é possível construir bancos de dados que possibilitam conhecer as taxas de mortalidade por doenças e estabelecer associações com faixas etárias, sexo, raça/cor, escolaridade, ocupação e local de moradia. As doenças são codificadas de acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - Décima

Revisão (CID-10) (Organização Mundial de Saúde, 1993), permitindo visualizar a prevalência dos grupos de causa básica de morte na cidade de Porto Alegre.

No cotidiano desse trabalho, os dados não são utilizados somente para fins estatísticos. Pelo contrário, o CEDIS reconhece em cada indivíduo que morre uma vida que tem importante contribuição para a sociedade e que, a partir da sua história, é possível desvendar as origens dos problemas que influenciam no processo saúde-doença. Dessa forma, podemos desvelar realidades que podem contribuir para a construção de um modelo de atenção à saúde que responda às necessidades da população de Porto Alegre.

Na prática, esse trabalho vem se desenvolvendo no CEDIS desde 1995, com a municipalização do SIM, do qual originou-se o Programa de Vigilância à Mortalidade – PRÁ-VIVER. Esse programa destina-se a fazer visitas domiciliares a todas as famílias que tiveram a perda de uma criança na faixa etária de 28 dias a 5 anos com objetivo de conhecer os determinantes que possam ter contribuído para morte dessas crianças, buscando incidir preventivamente sobre esses e identificar situações de risco para as outras crianças que pertencem à família onde ocorreu o óbito, além de conhecer a participação dos serviços de saúde na história do óbito. Esse programa permite o planejamento de políticas dirigidas à promoção da saúde e prevenção da doença, além de qualificar os Sistemas de Informação em Mortalidade (SIM) e sobre Nascidos Vivos (SINASC) (Equipe de Informação em Saúde, 1996).

A proposta de trabalho do Programa Prá-Viver teve uma importante influência na escolha do tema desta pesquisa, com o intuito de expandir esse trabalho de vigilância a outros grupos populacionais. Portanto, este estudo pretende investigar mais profundamente a mortalidade por homicídios, especificamente na faixa etária de 10 a 19 anos, que caracteriza os adolescentes, conforme preconiza o Ministério da Saúde (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1997). Nessa perspectiva, sem nos restringirmos aos números buscamos conhecer e explorar esse universo, indo ao encontro dos seus significados individuais e sociais.

O tema que envolve os homicídios em adolescentes certamente está vinculado a uma questão mais abrangente, que diz respeito ao crescimento da

violência e a sua inserção em diversos contextos e sociedades. A construção dessa temática como problema de pesquisa para a dissertação de mestrado inicialmente está associada aos fatos expressos em números absolutos e relativos das estatísticas, que se distribuem e se comportam diferentemente nos diversos territórios da cidade.

Os números expressam uma realidade que deve ser desvendada a partir de suas raízes. Dessa forma, os dados estatísticos têm a função de nos guiar para os caminhos que devem ser explorados na sua essência e que permitirão compreender o que produz a violência.

Este estudo está limitado aos dados primários relacionados às mortes por homicídios que ocorreram no ano de 1997, na faixa etária de 10 a 19 anos, perfazendo um total de 68 óbitos. A escolha do ano de 1997 foi feita na etapa de elaboração do projeto, em 1998, quando o banco de dados do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM) já tinha sofrido todo o processo de controle de qualidade, possibilitando trabalhar com essas informações desde aquela época. Esse fato permitiu que previamente desenvolvêssemos um trabalho estatístico que contribuiu efetivamente para a construção deste estudo. Esse trabalho estatístico foi agregado a esta dissertação, pois o entendemos como suporte para a contextualização da temática dos homicídios. Optamos por apresentá-lo em um capítulo introdutório por constituir-se de dados construídos de forma inédita, a partir dos dados secundários fornecidos pela Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SSMA) e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (CEDIS/SMS), que são fundamentais para as análises do grupo familiar e das situações geracionais da violência.

A partir de uma abordagem epidemiológica complementada por dados para análise de cunho qualitativo, definiu-se o tipo de investigação a ser colocada em prática. A escolha desse grupo populacional está relacionada às características próprias dessa faixa etária, que, precocemente, sofre com esse tipo de agressão, repercutindo, direta ou indiretamente, na qualidade de vida da população.

O interesse desta dissertação é conhecer em profundidade a situação dos homicídios a partir de suas vítimas e constelação familiar. O estudo qualitativo

das famílias mediante entrevista estruturada com análise de conteúdo visou conhecer os aspectos de vulnerabilidade que se constituem em geradores da situação de homicídio.

Portanto, mesmo que tenhamos ensaiado algumas relações do ponto de vista quantitativo em termos absolutos e relativos, as mesmas têm o caráter complementar e não prospectivo e essa proposta deve ser assim entendida. A intenção maior é tirar do anonimato estatístico esses jovens que morreram por homicídio, tentando contribuir para a compreensão das situações de morte constituídas pelo somatório de vulnerabilidades.

Entendemos que a importância deste estudo é fornecer subsídios para que reconheçamos as Causas Externas, em particular os homicídios, não somente como uma responsabilidade da justiça ou da Medicina Legal, mas também como uma ação própria de saúde pública. Acreditamos que esses agravos requerem dos serviços de saúde um modelo de atenção que contemple ações voltadas à prevenção da violência.

Tentando responder a essas indagações e motivações, esta dissertação, além da introdução que expõe a temática, situa na seqüência um capítulo introdutório com dados construídos a partir do banco de dados do CEDIS e SSMA que subsidiam a compreensão do contexto de problematizações da temática dos homicídios. Após apresenta o problema, a ótica adotada e os caminhos metodológicos percorridos. A seguir situa os resultados, buscando tecer análises ao longo de sua apresentação e, por fim, apresenta considerações conclusivas.

2 AS MORTES VIOLENTAS – O CONTEXTO DO ESTUDO

O tema dos homicídios em adolescentes mostra uma das facetas da violência que predomina atualmente na sociedade. A violência se expressa de várias maneiras, das formas mais visíveis e explícitas, tais como os acidentes, homicídios e suicídios, até os modos mais subjetivos, como a discriminação, a exclusão social e inclusive a violência psíquica, como sugere Ranna (1998).

A partir do que a autora refere, entendemos que os homicídios, muitas vezes, são conseqüências dessas formas subjetivas de violência, resultantes das transformações estruturais e das relações sociais, econômicas e culturais que ocorrem nas cidades, principalmente nos grandes centros urbanos.

Essas transformações sociais têm influenciado o perfil epidemiológico brasileiro, que vem sofrendo, nas últimas décadas, mudanças significativas no seu cenário de morbimortalidade. Anteriormente predominavam as doenças Infecto-Contagiosas que, atualmente, vêm cedendo lugar às doenças Crônico-Degenerativas e às Causas Externas. Esse processo, segundo Barreto e Carmo (1995), denomina-se transição epidemiológica e está associado às modificações no nível de desenvolvimento de cada sociedade e que interferem nos padrões de morbimortalidade.

As Causas Externas são agravos que correspondem aos óbitos relacionados com acidentes de transporte, com outras causas externas de traumatismos acidentais, lesões autoprovocadas intencionalmente (suicídios), agressões (homicídios), eventos de intenção não determinada, intervenções legais e operações de guerra, complicações de assistência médica e cirúrgica e seqüelas de Causas Externas de morbimortalidade (Organização Mundial da Saúde, 1993).

Acreditamos que essa mudança no perfil epidemiológico está associada, como refere Skaba (1997), ao crescimento acelerado das metrópoles, que provocou um aumento da violência social ocasionada, entre outros, pelo mau uso dos automóveis potentes e pelo fácil acesso a armas de fogo, responsáveis pelos

números crescentes de acidentes de trânsito e homicídios. Esses eventos correspondem às principais causas de morte de jovens no grupo das Causas Externas.

As Causas Externas representam a segunda causa de morte no Brasil na década de 90. No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre, esse quadro apresenta-se diferente, apesar de já despontarem entre as cinco principais causas de morte, o que pode significar uma provável tendência de aumento.

Os homicídios são os agravos que têm contribuído significativamente para o aumento das Causas Externas, concorrendo com os acidentes de trânsito, que também são responsáveis por esse fenômeno.

Em Porto Alegre, por ocasião da municipalização do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM), foi possível verificar que nos anos de 1995, 1996 e 1997 os homicídios foram provocados predominantemente por armas de fogo, mostrando o uso facilitado desse instrumento.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1998) aponta o Brasil como vice-campeão de assassinatos na América Latina, somente perdendo para a Colômbia. A taxa de óbitos do Brasil foi de 25 homicídios por 100 mil habitantes no ano de 1995, sendo os jovens na faixa etária de 15 a 29 anos os mais atingidos. O Rio Grande do Sul apresentou 26,3 óbitos/100mil habitantes nessa faixa etária, nesse ano, apresentando o maior coeficiente da Região Sul.

Comparativamente, já na década de 80, Souza (1994) apontava os homicídios como os grandes vilões da saúde pública, por serem responsáveis pelo maior impacto da violência na mortalidade da população brasileira. A autora realizou um estudo sobre os homicídios no Brasil e, ao fazer uma análise dessa situação, mostra que esses representavam 22% das mortes por Causas Externas, tendo um crescimento de 4% entre 1980 e 1988. Verifica-se também que os homicídios não se distribuem homogeneamente entre os sexos, eles ocorrem 10 vezes mais no sexo masculino.

A mesma autora complementa indicando que as maiores taxas de mortalidade por homicídios no Brasil, em 1988, concentraram-se nas faixas etárias de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos. Mas, comparando-se os anos de 1980 e 1988, observa-se um incremento em relação à população geral de 79,5% na faixa etária de 10 a 14 anos e 43% de 15 a 19 anos, significando um aumento dos homicídios nos grupos populacionais mais jovens.

Esses dados reforçam o fato de que a população entre 10 e 19 anos está cada vez mais exposta ao risco de morrer por esse grupo de causas, tornando esse grupo mais vulnerável. Essa situação é preocupante, pois indica a repercussão da violência social entre as camadas mais jovens da população.

A situação do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre não apresenta as mesmas proporções do Brasil, mas os dados expressam uma tendência semelhante, principalmente na capital do Estado. Porto Alegre, sendo uma cidade que apresenta características de grandes centros urbanos, também sofre com o impacto da violência nas suas diversas formas de manifestação.

2.1 O panorama da mortalidade por Causas Externas no RS e em Porto Alegre

A primeira fase deste estudo foi realizada a partir da utilização de dados secundários das estatísticas da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (Rio Grande do Sul, 1990-1997) e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (Porto Alegre, 1996,1997,1999a) para a construção de uma série histórica dos homicídios entre adolescentes na década de 90, permitindo a avaliação da magnitude dessa causa de óbito na população de Porto Alegre.

Esse estudo auxilia na avaliação do impacto das Causas Externas (CE), principalmente na faixa etária de 10 a 19 anos, apresentando o panorama da mortalidade nesse grupo, com ênfase nos homicídios no Rio Grande do Sul e Porto Alegre, durante a década de 90.

No RS, no período entre 1990 e 1997, as CE têm sido a quarta causa de óbito, após as Doenças do Aparelho Circulatório (DAC), Neoplasias e Doenças

do Aparelho Respiratório (DAR), respectivamente. Em Porto Alegre essa situação é semelhante, como mostra a tabela 1.

TABELA 1 - SÉRIE HISTÓRICA DAS CINCO PRINCIPAIS CAUSAS DE ÓBITO E MORTALIDADE PROPORCIONAL POR CAUSA NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, 1990 - 1998

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
DAC (35,6%)	DAC (35,0%)	DAC (34,9%)	DAC (33,3%)	DAC (32,4%)	DAC (33,4%)	DAC (32,1%)	DAC (32,4%)	DAC (33,4%)
NEO (17,6%)	NEO (19,4%)	NEO (19,9%)	NEO (19,3%)	NEO (18,4%)	NEO (19,1%)	NEO (19,4%)	NEO (21,6%)	NEO (20,6%)
DAR (13,7%)	DAR (12,1%)	DAR (12,9%)	DAR (14,8%)	DAR (15,7%)	DAR (12,3%)	DAR (14,1%)	DAR (11,9%)	DAR (13,8%)
CE (10,4%)	CE (10,8%)	CE (9,6%)	CE (8,5%)	CE (9,0%)	CE (9,6%)	CE (9,4%)	CE (10,2%)	CE (8,4%)
DAD (10,4%)	DEN (5,5%)	DEN (5,8%)	DEN (7,1%)	DEN (7,1%)	DEN (8,9%)	DIP (6,7%)	DIP (7,2%)	DIP (7,1%)

FONTE: PORTO ALEGRE, 1999a, p. 21

DAC - Doenças do aparelho circulatório

NEO - Neoplasmas

DAR - Doenças do aparelho respiratório

DAD - Doença do aparelho digestivo

CE - Causas externas.

DEN - Doenças das Glândulas. Endócrinas, da Nutrição e do Metabolismo e Transtornos Imunitários

DIP - Doenças Infecciosas e Parasitárias

No entanto, a distribuição dos óbitos segundo o sexo é diferente, pois os homens apresentam as CE na 3ª posição, somente perdendo esse lugar para as Doenças do Aparelho Respiratório em 1998. Porém entre as mulheres, as Causas Externas aparecem em quarta posição somente em 1990 e na 5ª posição nos anos de 1980, 1985 e 1995 (tabela 2). Além disso, variam quanto à causa básica, sendo os acidentes de trânsito a principal causa de morte no total de óbitos femininos, diferentemente dos homens, que apresentam os homicídios como a causa principal (Porto Alegre, 1999a).

TABELA 2 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO DE CAUSAS DA CID SEGUNDO SEXO, PORTO ALEGRE, 1980, 1985, 1990, 1995 E 1998

1980		1985		1990		1995		1998	
mas	fem	mas	fem	mas	fem	mas	fem	mas	fem
DAC (34,4%)	DAC (41,0%)	DAC (35,4%)	DAC (26,0%)	DAC (32,4%)	DAC (39,5%)	DAC (29,8%)	DAC (37,5%)	DAC (29,4%)	DAC (37,9%)
NEO (16,6%)	NEO (18,9%)	NEO (17,2%)	NEO (19,7%)	NEO (16,8%)	NEO (18,6%)	NEO (17,5%)	NEO (20,8%)	NEO (19,3%)	NEO (22,1%)
CE 15,1%	DAR (10,8%)	CE (13,2%)	DAR (10,8%)	CE (14,3%)	DAR (14,1%)	CE (13,4%)	DAR (11,7%)	DAR (14,0%)	DAR (13,6%)
DAR (10,5%)	APP (5,6%)	DAR (10,6%)	DAD (4,9%)	DAR (13,3%)	CE (5,8%)	DAR (12,8%)	DEN (7,7%)	CE (12,3%)	DAD (4,9%)
DAD (6,1%)	CE (4,5%)	DAD (6,2%)	CE (4,9%)	DAD (6,2%)	DAD (5,0%)	DEN (9,9%)	CE/DAD (5,2%)	DIP (9,2%)	DIP (4,8%)

FONTE: PORTO ALEGRE. 1999a, p. 21
 DAC - Doenças do aparelho circulatório
 DAR - Doenças do aparelho respiratório
 CE - Causas externas
 APN - Afecções do período perinatal

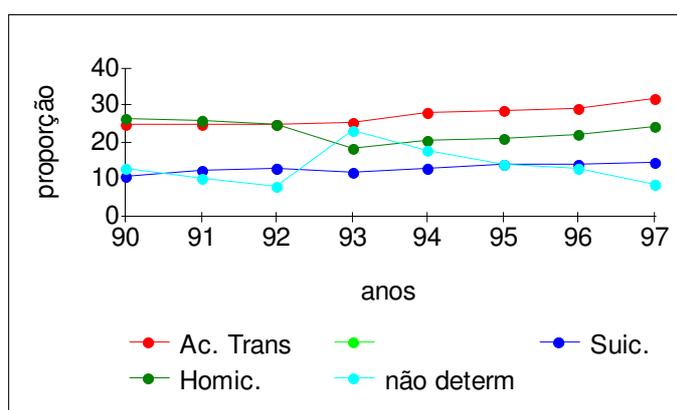
DAD - Doenças do aparelho digestivo
 NEO - Neoplasmas
 DEN - Doenças das Glândulas. Endócrinas, da Nutrição e do Metabolismo e Transtornos Imunitários
 DIP - Doenças Infecciosas e Parasitárias
 APP - Afecções do Período Perinatal

Os tipos de CE mais frequentes são os acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. Também fazem parte desse grupo de causas os "eventos de intenção não determinada", quando não vem esclarecido na Declaração de Óbito (DO) o tipo de agravo que determinou a morte. Essa situação acarreta problemas na qualidade da informação, pois produz distorções, mascarando a verdadeira causa básica do óbito, como os homicídios, por exemplo.

Conforme a figura 1, o RS tem apresentado os acidentes de trânsito como a principal causa de morte desde 1993, com uma tendência de crescimento. Os homicídios, que ocupavam o primeiro lugar nos anos de 1990 a 1992, começaram a ter uma queda acentuada a partir da elevação do número de "eventos de intenção não determinada". Essa situação certamente está relacionada com a subnotificação dos homicídios.

Os suicídios apresentam uma tendência semelhante aos homicídios quanto a subnotificação ocultada nos "eventos de intenção não determinada". Em 1993, quando existiu um pico no crescimento dos "eventos de intenção não

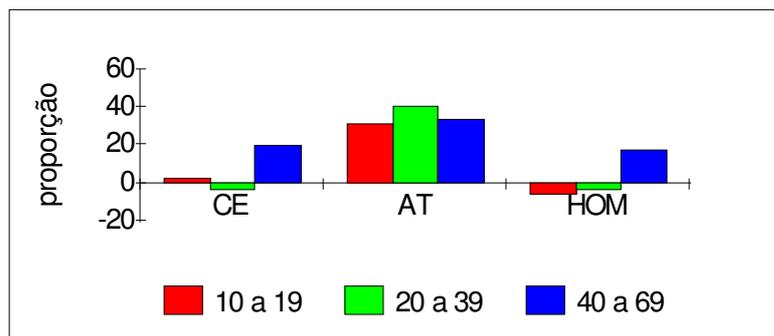
determinada", houve uma pequena diminuição nos suicídios, que começaram a aumentar a medida que os primeiros começaram a diminuir nos anos posteriores a 1993. Essa situação é confirmada pelos números absolutos, onde houve um aumento de 193% de “eventos de intenção não determinada” entre os anos de 1992 e 1993, enquanto que os suicídios e homicídios tiveram uma queda de 9% e 24%, respectivamente.



Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 1 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR ACIDENTES DE TRÂNSITO, HOMICÍDIOS, SUICÍDIOS E "INTENÇÃO NÃO DETERMINADA", NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS, RIO GRANDE DO SUL, 1990-1997

A figura 2 apresenta a variação percentual dos óbitos ocorridos por todas as Causas Externas e, em particular, dos acidentes de trânsito e homicídios, entre os anos de 1990 e 1997, nas faixas etárias de 10 a 19 anos, 20 a 39 anos e 40 a 69 anos. Comparando-se esses dois anos, verifica-se que as faixas etárias de 10 a 19 anos e de 40 a 69 anos tiveram um incremento de 2,5% e 25,5%, respectivamente, e a faixa etária de 20 a 39 anos, uma diminuição de 3,5% dos óbitos por todas as Causas Externas. Observa-se que o aumento identificado está relacionado aos acidentes de trânsito, que apresentaram um incremento em todas as faixas etárias, principalmente entre 20 e 39 anos (40,5%). Em relação aos homicídios, houve uma queda nas faixas etárias de 10 a 19 anos e 20 a 39 anos. Em contrapartida, entre 40 a 69 anos identifica-se um incremento de 17%.



Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
 Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 2 - VARIAÇÃO DA MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS EM GERAL, ACIDENTES DE TRÂNSITO E HOMICÍDIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, RIO GRANDE DO SUL, ENTRE OS ANOS DE 1990 E 1997

Os óbitos por Causas Externas não se distribuem igualmente entre os sexos. Como podemos observar na tabela 3, eles ocorrem predominantemente no sexo masculino, com uma contribuição média de 80% dos óbitos nesse grupo de causa no período de 1990 a 1997. Em números absolutos, nos anos de 1991, 1993, 1994 e 1995, os óbitos por CE aumentaram em ambos os sexos. No período entre 1996 e 1997, o aumento somente ocorreu no sexo masculino, verificando-se uma tendência à diminuição entre as mulheres.

TABELA 3 - MORTALIDADE PROPORCIONAL DAS CAUSAS EXTERNAS, HOMICÍDIOS EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS E HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, SEGUNDO SEXO, RS, 1990-1997

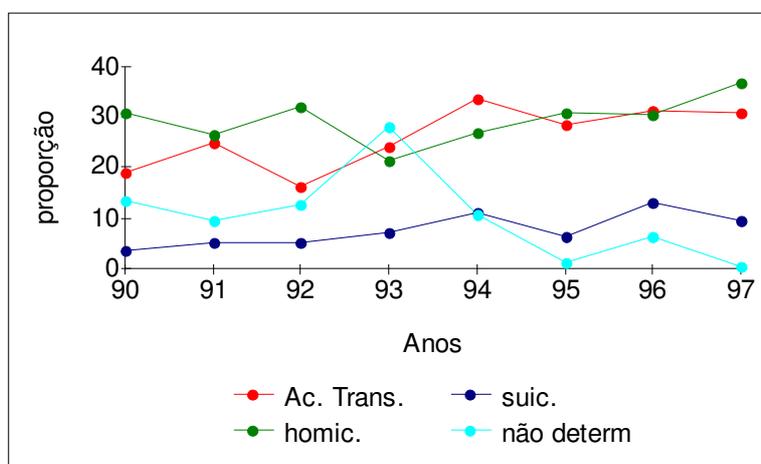
	Causas Externas				Homicídios				Homicídios 10-19 anos			
	masc		fem		masc		fem		masc		fem	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1990	5.085	80,3	1.247	19,7	1.513	90,7	156	9,3	238	89,8	27	10,2
1991	5.106	79,6	1.307	20,4	1.525	90,9	153	9,1	224	89,2	27	10,8
1992	5.028	80,6	1.214	19,4	1.391	89,6	161	10,4	198	91,2	19	8,8
1993	5.094	80,5	1.232	19,5	1.060	90,4	113	9,6	141	84,4	26	15,6
1994	5.179	80,1	1.283	19,9	1.191	89,7	137	10,3	172	87,8	24	12,2
1995	5.338	79,4	1.387	20,6	1.278	89,5	150	10,5	199	89,2	24	10,8
1996	5.380	79,6	1.364	20,4	1.274	87,0	190	13,0	167	83,5	33	16,5
1997	5.465	81,4	1.251	18,6	1.441	88,4	190	11,6	213	85,2	37	14,8

Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
Tratamento dos dados e elaboração da tabela - Ana Sant'Anna

Em relação aos homicídios, a tabela 3 demonstra que os homens foram as principais vítimas desses agravos nesses sete anos, apesar de já se evidenciar um discreto aumento desse evento no sexo feminino em todas as faixas etárias, como também na faixa etária de 10 a 19 anos.

Em Porto Alegre, o comportamento das CE foi semelhante ao do Rio Grande do Sul até o ano de 1992, quando os homicídios figuravam como a primeira causa de morte. A partir daí, foram perdendo posição para os acidentes de trânsito, conforme podemos observar na figura 3. Entre 1993 e 1994, observa-se uma queda dos “eventos de intenção não determinada” e um crescimento nos homicídios. É possível que essa situação esteja associada à melhora na qualidade das informações, diminuindo a subnotificação dos homicídios. Esse fato foi comprovado mais claramente com a municipalização do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM), em 1995, quando houve um importante investimento na qualificação do sistema com efeito considerável na redução dos “eventos de intenção não determinada”. O reflexo disso foi o aumento significativo dos homicídios a partir desse ano, principalmente em 1997.

Portanto, é possível inferir que, em Porto Alegre, os “eventos de intenção não determinada” estão associados a subnotificação dos homicídios. Isso se confirma para o ano de 1996, quando ocorreu um leve aumento dos “eventos de intenção não determinada”, acompanhado também de uma redução dos homicídios, enquanto que os outros eventos, como acidentes de trânsito e suicídios, mantiveram o crescimento (ver figura 3).



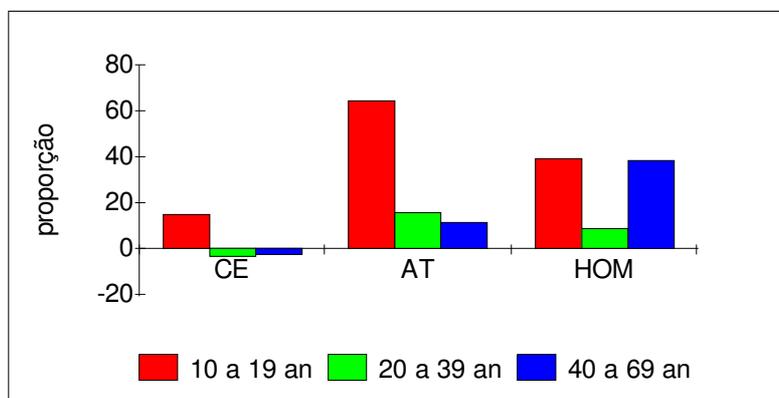
Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 3 - MORTALIDADE PROPORCIONAL POR ACIDENTES DE TRÂNSITO, HOMICÍDIOS, SUICÍDIOS E "INTENÇÃO NÃO DETERMINADA", NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS, PORTO ALEGRE, 1990-1997

Na figura 4, que apresenta o comportamento das Causas Externas, homicídios e acidentes de trânsito no período de 1990 a 1997 em Porto Alegre, observa-se que as CE tiveram um aumento diferente em relação ao RS. Na faixa etária de 10 a 19 anos, houve um incremento de 15%, enquanto que nas outras duas faixas etárias ocorreu uma queda de 3,6% e 2,3%, respectivamente.

Apesar de ter sucedido uma queda na mortalidade das CE, os acidentes de trânsito e homicídios, nesse período, tiveram aumento em todas as faixas etárias.

A figura 4 mostra que os eventos que mais contribuíram para manter as CE na primeira posição, na faixa etária de 10 a 19 anos, foram os acidentes de trânsito e os homicídios, que tiveram aumento de 65% e 39%, respectivamente.



Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
 Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 4 - VARIAÇÃO DA MORTALIDADE POR TODAS AS CAUSAS EXTERNAS, ACIDENTES DE TRÂNSITO E HOMICÍDIOS, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, PORTO ALEGRE, 1990-1997

A análise da tabela 4 confirma que a faixa etária de 10 a 19 anos é extremamente vulnerável às CE, pois essas, quando comparadas aos outros grupos de causa, mantiveram-se na primeira posição nesse grupo populacional entre os anos de 1990 a 1997.

TABELA 4 – MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO DE CAUSAS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
CE (62,3%)	CE (90,0)	CE (63,7%)	CE (68,6%)	CE (69,0%)	CE (62,8%)	CE (63,0%)	CE (63,5%)
DAR (8,0)	NEO (9,8%)	NEO/DAR (8,1%)	NEO (10,2%)	NEO/DAR (9,3%)	NEO (6,8%)	NEO (7,3%)	DIP (8,1%)
NEO (6,3%)	DAR (6,9)	DSN (6,4%)	DAR (9,7%)	DSN (6,9%)	DSN (6,3%)	DIP/DSN/DAR (5,7%)	NEO (7,6%)
DIP (5,1%)	DSN (4,9%)	DIP (4,1%)	DSN (5,4%)	DEN (6,5%)	DAC (4,7%)	AC (2,6%)	DAR (4,1%)
DSN (4,6%)	DIP (3,7%)	DAC (2,3%)	DEN (3,8%)	DIP (4,2%)	DIP (3,1%)	-	DAC (3,6%)

Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b

Tratamento dos dados e elaboração da tabela - Ana Sant'Anna

DAC – Doenças do Aparelho Circulatório

NEO – Neoplasmas

DAR – Doenças do Aparelho Respiratório

DSN – Doenças do Sistema Nervoso

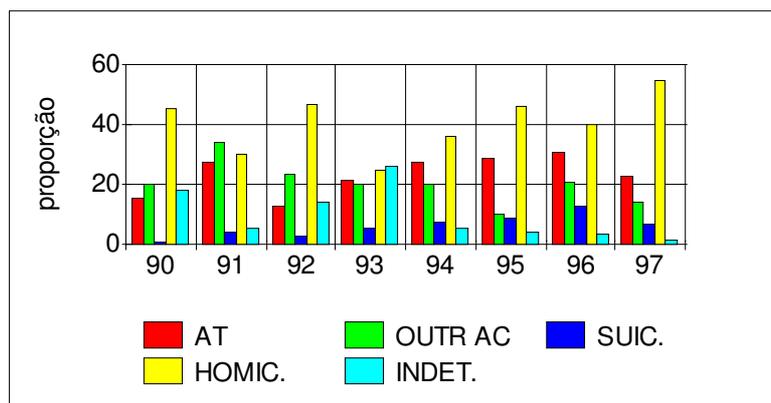
CE – Causas Externas

DEN – Doenças das Glândulas Endócrinas, da Nutrição e do Metabolismo e Transtornos Imunitários

DIP – Doenças Infeciosas e Parasitárias

Em relação aos homicídios, a análise comparativa das figuras 2 e 4 mostra que o RS e Porto Alegre apresentaram um comportamento distinto. Enquanto que no RS houve uma queda na proporção de óbitos por essa causa nas faixas etárias de 10 a 19 anos e 20 a 39 anos, na capital ocorreu o contrário: deu-se aumento na proporção de óbitos em todas as faixas etárias, indicando que os homicídios em Porto Alegre merecem uma atenção especial, principalmente, entre os adolescentes.

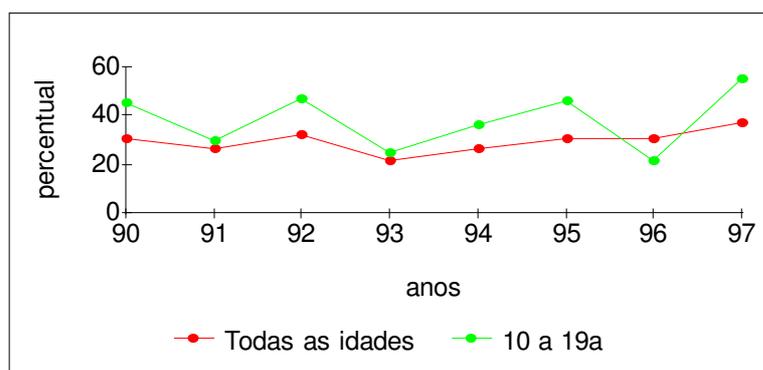
É importante acrescentar que na faixa etária de 10 a 19 anos os homicídios predominaram como a principal causa de óbito nas CE, exceto nos anos de 1991 e 1993, o que contribuiu para o aumento do número de óbitos nesse grupo de causas (figura 5). No ano de 1993, identifica-se um aumento considerável dos “eventos de intenção não determinada”, o que, conseqüentemente, diminuiu a contribuição dos homicídios no total de óbitos nesse grupo pelas razões explicadas anteriormente.



Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
 Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 5 - MORTALIDADE PROPORCIONAL, SEGUNDO CAUSAS, NO GRUPO DAS CAUSAS EXTERNAS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997

Reforçando esse fato, a figura 6 mostra que a mortalidade proporcional dos homicídios em adolescentes, com exceção de 1996, manteve-se mais alta em relação ao total de óbitos por esses agravos em todas as idades.



Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
 Tratamento dos dados e elaboração do gráfico - Ana Sant'Anna

FIGURA 6 - SÉRIE HISTÓRICA DA PROPORÇÃO DO TOTAL DOS HOMICÍDIOS E DA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, PORTO ALEGRE, 1990-1997

Em Porto Alegre, também existe a predominância de mortes masculinas por Causas Externas, com uma contribuição média em torno de 80% dos óbitos nesse grupo de causas. Comparando-se a tabela 3 com a de número 5, verificamos que a tendência na proporção dos óbitos por CE em Porto Alegre é semelhante ao RS. No entanto, em Porto Alegre os óbitos masculinos e femininos vêm aumentando em números absolutos desde 1994, exceto entre os anos de 1996 a 1997, quando os óbitos por CE nas mulheres diminuíram aproximadamente 10%.

TABELA 5 - MORTALIDADE PROPORCIONAL DAS CAUSAS EXTERNAS, HOMICÍDIOS EM TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS E HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS, SEGUNDO SEXO, PORTO ALEGRE, 1990-1997

	Causas Externas				Homicídios				Homicídios 10-19 anos			
	masc		fem		masc		fem		masc		fem	
	n	%	n	%	N	%	n	%	n	%	n	%
1990	719	74,4	247	25,6	267	89,9	30	10,1	46	93,9	3	6,1
1991	718	75,1	229	24,2	226	90,0	25	10,0	33	94,3	2	5,7
1992	682	77,8	195	22,2	251	89,6	29	10,4	48	94,1	3	5,9
1993	641	78,9	171	21,1	165	95,4	8	4,6	27	100,0	0	-
1994	660	75,9	210	24,1	209	89,7	24	10,3	36	90,0	4	10,0
1995	683	74,6	232	25,4	250	88,7	32	11,3	52	91,2	5	8,8
1996	716	76,4	221	23,6	261	91,3	25	8,7	39	81,2	9	18,8
1997	780	79,6	200	20,4	325	90,0	36	10,0	62	91,2	6	8,8

Fonte dos dados secundários: Rio Grande do Sul, 1990-1997/ Porto Alegre, 1995-1998b
Tratamento dos dados e elaboração da tabela - Ana Sant'Anna

A tabela 5 demonstra que a proporção de homicídios no sexo masculino é superior a 88% em Porto Alegre, enquanto que os óbitos femininos contribuem com menos de 12%, destacando-se o ano de 1993, em que foram inferiores a 5%.

Em relação à faixa etária de 10 a 19 anos, não houve variação na proporção dos homicídios nos sexos masculino e feminino até 1992. Em 1993 não aconteceu nenhum óbito feminino, por isso a proporção de óbitos masculinos foi maior do que em 1994, mas em números absolutos os homens tiveram um aumento de 33% nesse ano. Essa ausência de óbitos femininos em 1993 pode

estar associada ao acréscimo dos “eventos de intenção não determinada”, nesse sexo, que teve uma ampliação de 100% em 1993.

Verifica-se que apesar de haver uma proporção maior de homicídios nos homens em relação às mulheres, nos anos de 1995 e 1996, existiu uma diminuição de 25% nos óbitos do sexo masculino e um aumento de 80% nos óbitos femininos. Já em 1997, os homicídios no sexo masculino tiveram um acréscimo de aproximadamente 83%, enquanto que no sexo feminino um decréscimo de 33%.

A partir desse panorama, podemos concluir que as Causas Externas, principalmente em Porto Alegre, têm apresentado uma contribuição importante na mortalidade geral. Na faixa etária de interesse, de 10 a 19 anos, ocorreu incremento significativo dos acidentes de trânsito entre os anos de 1990 e 1997. No entanto, são os homicídios que vêm contribuindo para um incremento do número de óbitos por Causas Externas, principalmente no sexo masculino.

2.2 A cidade de Porto Alegre e o contexto urbano como cenário deste estudo

O uso do espaço urbano pelos habitantes da cidade ocorre de várias formas em diferentes territórios e está relacionado aos aspectos socioeconômicos, culturais e históricos. A cidade de Porto Alegre representa uma visão macro da utilização do espaço e conhecê-la nos permite, a partir dos indicadores sociais e econômicos, avaliar não somente as condições de vida das pessoas, como também conhecer as políticas de ações adotadas pelos órgãos governamentais. As formas de nascer, viver, adoecer e morrer estão associadas às situações e condições de vida dos indivíduos.

Segundo Aerts (1996, p. 8),

“Conhecer Porto Alegre segundo seus indicadores sociais, de saúde e de infra-estrutura nos permite apreender de que forma as políticas públicas vêm priorizando os investimentos no município. A cidade

funciona assim como um mediador entre o processo de desenvolvimento vivido pelo país, estado e município e os processos de saúde, doença e morte a que estão submetidos seus habitantes”.

Porto Alegre é a capital do RS e localiza-se junto à Lagoa dos Patos, que oferece acesso ao mar, e à margem do estuário do Guaíba, formado pelos rios Jacuí, Caí, dos Sinos e Gravataí, quase todos navegáveis, pelo menos em parte, de seu curso até a foz, o que possibilita uma situação favorável para o crescimento econômico a partir do comércio. A cidade de Porto Alegre ocupa uma área total de 496,1 Km², constituídos por uma parte continental de 452,68 Km² e pelas Ilhas, que representam 43,42 Km². A área urbana ocupa 352,02 Km² e a área rural 144,08 Km². A cidade é circundada por 40 morros que abrangem 65% da área limitada por uma orla fluvial de 72 Km (Costa, 1999a).

Apresenta uma população estimada para 1997 de 1.298.108.00 habitantes (Porto Alegre, 1999a), sendo 97% urbana e 3% rural. A população por sexo corresponde a 46,8% homens e 53,2% mulheres. Em relação à raça/cor, 84,2% dos habitantes declararam-se brancos; 7,2% pretos; 8,2% pardos; 0,2% amarelos e 0,2% indígenas. A população porto-alegrense corresponde a 16,5% da população urbana do Rio Grande do Sul segundo censo demográfico de 1991 (Costa, 1999a).

Porto Alegre é considerada a capital da qualidade de vida, pois apresenta melhores condições de vida em relação ao país. Apresenta melhora do perfil de morbimortalidade, extensão no saneamento básico, diminuição no analfabetismo e do crescimento populacional. Essas mudanças, no entanto, não ocorreram de forma homogênea em todas as regiões do município. Existem bairros em Porto Alegre onde os perfis socioeconômicos e de morbimortalidade são bem piores que a média da cidade.

A violência em Porto Alegre também apresenta características das grandes cidades, decorrente das relações sociais, marcadas pela desigualdade, reflexo do modelo de desenvolvimento aplicado no país. Esse quadro foi assim definido por Minayo (1995, p. 11):

“Nas grandes regiões metropolitanas se evidencia um quadro cronificado de exclusão, de abandono social, no qual se desenvolve hoje o crime organizado em torno dos grupos de extermínio, narcotráfico, das gangs e do narcoterrorismo”.

Os homicídios vêm ocupando cada vez mais uma posição importante na mortalidade por Causas Externas, principalmente nas faixas etárias mais jovens. Essas mortes não se distribuem equitativamente pela cidade, havendo maior concentração nos bairros com os piores indicadores sociais.

Conforme Aerts (1996), essas questões refletem os resultados do modelo de desenvolvimento adotado no país, em que repercute a influência das questões econômicas, políticas, culturais, sociais, religiosas, ideológicas que ocorrem em nível nacional e internacional. Isso se dá a partir de diversos interesses entre a necessidade da reprodução da força de trabalho e da produção do capital.

A mesma autora complementa afirmando que a segregação urbana é a forma mais evidente do reflexo da economia nacional, pois ocorre a exclusão de vários segmentos da sociedade, bem como dos benefícios sociais, e sua expulsão para a periferia da cidade. Os mesmos aspectos que determinam o desenvolvimento da cidade também influenciam as condições de vida e trabalho dos diversos grupos populacionais, que vão repercutir positivamente ou negativamente no processo saúde - doença e morte que vão caracterizar esses grupos.

O indicador esperança de vida ao nascer em Porto Alegre é um dos maiores do Brasil, em torno de 71,4 anos, sendo as expectativas de vida das mulheres e homens de 76,2 e 66,2 respectivamente. Esse indicador está bem próximo da média do RS, que é de 71,6. A expectativa de vida em Porto Alegre é semelhante a de países de alto desenvolvimento, além de apresentar um nível mais elevado que a média nacional, que é de 67,6 (Costa, 1999a).

Segundo Costa (1999b), o desenvolvimento econômico de Porto Alegre está alicerçado principalmente nos serviços e na indústria, que são responsáveis por 83,2% da renda interna municipal. Os serviços apresentam maior

participação, com 61% do PIB total do município, que em 1997 foi de R\$ 9.921.079.361, com renda *per capita* anual de R\$ 7.721,00, enquanto que a renda *per capita* do RS foi de R\$ 7.001,00 (Fundação de Economia e Estatística, 1999).

Martins e Loureiro (1997, p.154) apontam para o fenômeno da “desindustrialização relativa”, que vem ocorrendo desde a década de 70 em Porto Alegre, com o aumento da participação do setor terciário, que teve um acréscimo de 69,6% em 1980 para 77% em 1990 na renda interna e com estrutura ocupacional dos serviços de 84% dos trabalhadores em 1993. Além do setor industrial, também reduziu a participação de Porto Alegre em todos os setores da economia e na renda interna do estado. A participação em 1980 era de 21,7%, passando para 19,8% em 1990.

Essa mudança no perfil econômico da cidade repercutiu na variação de oferta de emprego entre os anos de 1990 e 1996. Nessa linha, Costa (1999b) refere que nesse período a indústria teve um decréscimo de 19,8% na atividade econômica, enquanto que a construção civil, comércio e serviços tiveram um aumento de 55,3%, 25,5% e 36,4%, respectivamente. Portanto, a oferta de empregos nos postos de trabalhos industriais teve uma redução de 35,8% e de 12,7% no comércio, enquanto que nos serviços teve um aumento de 75%.

Também houve uma repercussão na oferta de trabalho geral em Porto Alegre, que tem apresentado números crescentes de desemprego. Conforme informações da Fundação de Economia e Estatística (Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, 1998), essa situação desfavorável vem acompanhada da eliminação de dezenove mil (19.000) postos de trabalho em outubro de 1998 na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

A taxa de desemprego da População Economicamente Ativa (PEA), em 1998, passou de 15,9% em setembro para 16,9% em outubro, incorporando dezessete mil (17.000) pessoas à condição de desempregadas. Segundo estimativa da Fundação de Economia e Estatística (*ibid*), existe um contingente de 284.000 indivíduos nessa situação na RMPA.

Segregação urbana e pobreza

Já em 1991 essa situação preocupante mostrava reflexos nas condições de vida da população, havendo um aumento dos índices de pobreza da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) que passavam de 17,9% em 1980 para 20,9% em 1991, segundo Rocha (1992). Na capital provavelmente também ocorreu esse acréscimo, embora não na mesma proporção, decorrente do fenômeno da expansão da pobreza para as zonas mais periféricas. De acordo com Martins e Loureiro (1997), os dados de 1990 indicam que Porto Alegre possuía 32,6% dos pobres da RMPA, totalizando 209.748 pessoas, representando esse número 15% da população total da capital.

Conforme publicação da Secretaria Municipal da Saúde (Aerts, 1996), em 1991, devido à condição de pobreza, 18% dos habitantes de Porto Alegre residiam em área irregulares. Essa situação vem aumentando nos últimos 45 anos: em 1951 existiam 41 núcleos de sub-habitação, com 16.303 habitantes, passando para 318 núcleos no ano de 1996, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento (SPM), o que significa aproximadamente 237.500 habitantes em áreas irregulares segundo estimativa da Equipe de Informação em Saúde (CEDIS).

A mesma publicação informa que, conforme o IBGE, essa proporção de residentes em áreas irregulares representa cerca de 11% da população do município em 1991, significando em números absolutos 136.139 habitantes, pois utiliza um conceito diferente da SPM para definir domicílio em aglomerado subnormal.*

A partir do conceito e dados do IBGE, verifica-se, no censo de 1991, que 65% dessa população está concentrada em 10 bairros da cidade: Santa Tereza (15,3%), Sarandi (9,7%), Bom Jesus (7,9), Cascata (6,4%), Nonoai (5,8%), Cristal (5,0%), Partenon (4,7%), Farrapos (3,9%), Jardim Carvalho (3,2%) e Vila João Pessoa (3,1%).rr

* "... um conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais" (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1988).

Já nos indicadores de acesso aos serviços verifica-se uma melhora em relação à infra-estrutura básica, principalmente na extensão de rede hidráulica, pois 98% das economias urbanas cadastradas são servidas pela rede de abastecimento de água. As redes de esgoto cloacal e misto são servidas em menores proporções, apenas 47% e 26%, respectivamente (Martins e Loureiro, 1997).

Essa situação está bem próxima das metas preconizadas pela Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) para o Rio Grande do Sul para o ano 2004, que observa que 100% da população deverá ter acesso à rede de água e 60% à rede de esgoto, como referem Martins e Loureiro (op. cit.).

Entretanto, o censo de 1991, que é o dado mais recente, mostra que essa realidade não é homogênea entre os bairros. A publicação da Secretaria Municipal da Saúde (Aerts et al., 1996), demonstra que em relação à rede hidráulica, alguns bairros apresentam altos percentuais com abastecimento de água inadequado, como por exemplo, Lami (100%), Lageado (95,3%), Marcílio Dias (56,9%), as Ilhas (47,9%) e Vila Conceição (38,0%). A proporção de abastecimento de água inadequado para toda a cidade é de 5,1%, o que indica que os percentuais desses bairros estão bem acima dessa média.

Nessa mesma publicação, os dados sobre as instalações sanitárias inadequadas mostram uma situação pior, sendo que em alguns bairros chegam a representar mais de 50% do total das economias, como no caso das Ilhas, Belém Velho, Cascata, Lageado, Lami, Marcílio Dias, Vila Conceição, Serraria, Lomba do Pinheiro, Chapéu do Sol, Agronomia e Ponta Grossa.

Em alguns bairros repete-se a mesma situação em relação ao destino adequado do lixo. Os bairros com maiores percentuais de destino inadequado do lixo são as Ilhas (61,3%), Lageado (53,3%) e Lami (51,1%).

Conforme Aerts (1996), esse quadro demonstra que as áreas de ocupação irregular do solo e de sub-habitação apresentam um nível de atendimento inferior às áreas de ocupação regular, indicando também diferenças no nível de vida

nesses locais de moradia. A mesma autora refere que esse processo está vinculado ao fenômeno da segregação social.

O acesso à escola

Outro indicador social importante é o nível de escolaridade. De acordo com Aerts (op. cit.), Porto Alegre, apesar de estar passando por um período crítico na educação desde 1980, com greves frequentes nas escolas públicas, baixos salários dos professores e descrédito quanto à qualidade do ensino prestado, apresenta uma boa oferta no número de escolas públicas de 1º grau.

Os níveis educacionais da população de Porto Alegre apresentam variações significativas resultantes de fatores demográficos e níveis de renda familiar, embora o município apresente os melhores índices de escolaridade em relação ao restante do Estado. Segundo Costa et al. (1999), o Censo Demográfico de 1991 mostrou que a taxa de alfabetização da população a partir de 10 anos de idade atingia 95,8%. Em 1991, havia 43.122 pessoas não-alfabetizadas a partir dos 10 anos de idade, sendo que o maior número de pessoas sem instrução encontrava-se nos grupos a partir de 30 anos.

Em relação aos níveis de escolaridade da população a partir dos 10 anos de idade, 45,2% apresentavam, pelo censo de 1996, níveis inferiores ao 1º grau completo. No entanto, a alfabetização de adultos (população a partir de 15 anos) teve uma melhora no indicador entre 1980 e 1991. Em 1980, a taxa de analfabetismo era de 6,7% e em 1991 esse índice atingiu 4,9% (Costa et al., 1999).

A escolaridade média da população elevou-se de 8,1 anos de estudo em 1991, para 8,8 anos de estudo em 1996. No entanto, o número médio de anos de estudos diferia entre os sexos. As mulheres apresentavam escolaridade média de 8,8 anos, enquanto os homens chegavam a atingir 10,9 anos de estudo (Costa et al., op. cit.).

Em relação aos chefes das famílias, Costa et al (op cit) verificaram que no período de 1991-1996 ocorreu uma pequena elevação do número de chefes de

domicílio com 8 anos e mais de estudo em Porto Alegre, enquanto que em relação aos patamares educacionais inferiores ao 1º grau completo houve redução na participação de 5,6% entre os indivíduos sem instrução e menos de um ano de estudo. Naqueles com até 3 anos de estudo, reduziu-se de 9,8% para 9,4% e 28,6% para 27,8% entre os chefes de domicílios com até 7 anos de estudo. Realizou-se um processo inverso nos níveis educacionais mais elevados, aumentando de 15% para 15,3% os indivíduos com até 10 anos de escolaridade formal e de 41,0% para 43,3% os chefes de família com mais de 11 anos de estudo.

Com um aumento maior das mulheres como chefes de domicílio, constata-se que também houve maior participação dessas em todos os níveis escolares, com exceção do patamar inferior. Entre os homens ocorreu redução em todos os níveis, exceto naqueles com mais de 11 anos de estudo. Apesar disso, 47% das mulheres chefes de domicílio apresentavam escolaridade inferior ao 1º grau, o que indica uma situação desfavorável, pois existe a probabilidade da família encontrar-se em situação de pobreza elevada.

Outro indicador importante para ser avaliado é a frequência à escola. Em 1996 esse índice correspondia a 28% da população de quatro ou mais anos de idade. Em relação à faixa etária dos 7 aos 14 anos, 94,6% dos indivíduos freqüentavam algum nível educacional, enquanto que entre aqueles que tinham 15 anos e mais idade a participação escolar era de 14,5%. Embora o índice de escolaridade aumentasse nas camadas etárias mais jovens, o índice de defasagem escolar crescia continuamente a partir dos 8 anos, atingindo aos 18 anos o índice mais elevado, 62,3% entre os homens e 55,0% entre as mulheres. Essa defasagem escolar em Porto Alegre é menor que a do Brasil em todas as idades, mas mais elevada que a da Região Sul, do Rio Grande do Sul e Região Metropolitana de Porto Alegre até 9 anos, quando então passa a ser mais reduzida.

Esses indicadores apontam a heterogeneidade na cidade de Porto Alegre, mostrando que a forma de viver da população também está relacionado à oferta de serviços de infra-estrutura, educação, emprego e saúde. Porto Alegre, apesar

de ser denominada a capital da qualidade de vida, sofre com o fenômeno da segregação urbana, expondo esses grupos a um maior risco de adoecer e morrer, portanto exigindo maior atenção dos serviços públicos.

Apresentando esse panorama das Causas Externas e do contexto urbano de Porto Alegre, entendemos que subsidia a formulação do problema de pesquisa que vem na seqüência deste relatório.

3 O PROBLEMA DE PESQUISA INVESTIGADO

Introduzimos algumas idéias e reflexões que darão suporte e sustentação às minhas análises, buscando aliar alguns autores e suas óticas sobre o tema, na tentativa de construir, posteriormente, a argumentação de base desta dissertação.

Essa fundamentação está direcionada à exclusão social referente aos aspectos socioeconômicos, de gênero e de raça/cor, envolvendo também os processos individuais e familiares. Ao tratar essa questão por esse prisma, não temos a pretensão de explicar totalmente as causas desse fenômeno, mas sim de levantar algumas questões que subsidiem as reflexões sobre esse assunto tão complexo.

Para auxiliar a compreensão da questão da violência a partir dos sujeitos do estudo, utilizamos algumas noções que vão nortear a análise dessa pesquisa. As noções de vulnerabilidade, situação de risco e de processos socioeconômicos, familiares e individuais do adolescente são fundamentais para a introdução de nossa ótica de leitura.

Com base nos estudos de Lert (1996), vulnerabilidades são as variantes que se constituem das dimensões individuais e coletivas e que definem uma situação de risco. No caso desta dissertação, constituem-se das variantes que contribuem para a casuística das mortes violentas entre os adolescentes. O estudo da vulnerabilidade repousa principalmente no método epidemiológico, ou seja, em aproximações quantitativas dos indivíduos no seio dos grupos populacionais. A vulnerabilidade individual deve ser sempre situada em referência a uma situação, a um momento dado dentro de uma determinada sociedade.

A situação dos adolescentes apresentada nesse estudo foi analisada a partir dos acontecimentos e conjunto de circunstâncias que permearam suas histórias de

vida e morte. A terminologia empregada para definição desses acontecimentos foi a de “situação de risco”, compreendida como um conjunto de vulnerabilidades que constituem, sob o ponto de vista da saúde pública, os fatos sociais e as relações sociais predisponentes às mortes violentas. Portanto essa noção foi adotada nesta dissertação como significado de risco social para delinquência e morte.

Essas situações de risco foram associadas às categorias de estudo denominadas de dimensões socioeconômicas, familiares e individuais dos adolescentes. Essas dimensões são entendidas como processos, pois se relacionam com uma sucessão de estados e de mudanças a que estavam submetidos os adolescentes.

Essas definições têm como objetivo auxiliar no desvelamento dessa rede complexa que constitui a violência sofrida por esses jovens, sujeitos do estudo.

3.1 Os homicídios entre adolescentes - "um caso de polícia" ou um problema de Saúde Pública

Santos (1999) refere que as relações de sociabilidade passam por nova mutação, decorrentes de processos simultâneos de integração comunitária e fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Resultantes dos processos de exclusão social e econômica, as práticas de violência são aderidas como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em diversas dimensões da violência social e política contemporânea. O autor atribui múltiplas dimensões a essa nova morfologia social, que se produziram, entre outras, a partir das classes sociais, relações de gênero, relações raciais e relações entre grupos culturais e entre regimes disciplinares.

Acreditamos que a temática dos homicídios está associada a essas dimensões citadas por Santos, causando impacto na sociedade e atingindo cada vez mais as camadas jovens da população. Os homicídios representam uma das formas de violência decorrentes da tensão social a que todos os cidadãos estão

expostos e cujas vítimas não são somente os que morreram, mas a sociedade como um todo.

Esta pesquisadora como trabalhadora da saúde, concorda com Minayo (1995, p. 11) quando afirma que:

“(...) a violência enquanto causa de agravos e de morte, atingindo sobretudo a população jovem em idade produtiva, apela ao setor saúde, de forma essencial, para rever os indicadores de qualidade de vida e de aprofundar o sentido da relação entre saúde e padrão de sociabilidade”.

A sociedade que é vitimizada pela tensão social e conseqüentemente pela violência também é responsável por reproduzi-la. Velho (1996) contribui para esse entendimento quando diz que a diferença faz parte da vida social e sua efetivação se dá através das relações sociais, sendo por isso fonte de tensão e conflito. O autor salienta ainda que *"uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito é a desigualdade social"* (p.13). Acreditamos que a violência, retratada nesta pesquisa através dos homicídios, é fruto dessas desigualdades.

Conforme Mello Jorge citada por Souza (1994), os grupos populacionais mais vulneráveis aos homicídios são aqueles cuja situação socioeconômica é menos privilegiada do que os de outras causas violentas, como suicídios e acidentes em geral.

Concordamos com Oliven (1989), que reforça essa idéia, quando diz que a violência não está relacionada com o contexto no qual ela se manifesta, mas sim com as *"condições que lhe dão origem"*. O autor sugere que o termo correto é *"violência na cidade"* e não *"violência urbana"*. O termo *"violência urbana"* traz a falsa idéia de que a violência é inerente à cidade, quando as suas causas têm raízes sociais, ocorrendo em diversos contextos, que não devem ser considerados como seus causadores.

Segundo Sapiro e Santos (1993), a violência é um fenômeno social que atinge a sociedade global em nível mundial, mas as suas causas, manifestações e formas de combatê-la variam de uma sociedade para outra. Afirmam que não existe uma definição clara do que seja violência, devido à relatividade de espaço, tempo e entendimento histórico-cultural do seu significado, mas que é um fenômeno social complexo que não admite quaisquer abordagens simplistas, deterministas ou unilaterais.

“Do desejo de encontrar seu próprio jeito de ser, pensar e viver”... aos limites das possibilidades sociais

Na linha de Sapiro e Santos, procuramos não buscar explicações unicasais em relação à violência, pois entendemos que a mortalidade por homicídios em adolescentes reflete um dos sintomas do quadro social, ao não proteger este grupo populacional que está morrendo precocemente de forma violenta. Os adolescentes, por suas características biológicas e psíquicas, necessitam identificar-se com um mundo que lhes ofereça suporte emocional para enfrentar e desfrutar essa fase da vida, entre a infância e a idade adulta, repleta de inseguranças e conflitos internos.

No entanto, acreditamos que a adolescência, além das suas características biológicas e psíquicas, também sofre com as influências históricas, culturais e sociais. Merlucci (1997) contribui com essa idéia, quando diz que na sociedade contemporânea a adolescência não é somente uma condição biológica, mas uma definição cultural. Todos os atributos tradicionais da adolescência como fase de transição (incerteza, mobilidade, transitoriedade, entre outros) estão deslocados além dos limites biológicos, tornando-se conotações culturais de amplo significado que podem apresentar-se em muitos estágios da vida.

Dando ênfase a esse ponto de vista, Bourdieu (1983) refere que idade é um dado biológico manipulado e manipulável e a definição de juventude como uma unidade social, um grupo constituído de interesses com a idade definida biologicamente, constitui-se numa manipulação evidente. Segundo esse autor, é preciso comparar as diferenças entre juventudes sob o prisma de inserção de

classes, em que existem pólos extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos jovens.

Entendemos que esse conceito de Bourdieu vem ao encontro da nossa perspectiva de conhecer o universo desses jovens que foram assassinados, considerando sua história de vida e morte e o contexto social em que viviam. Portanto, acreditamos que é importante rever a adolescência nos seus aspectos biológicos e psíquicos dentro dos diversos contextos em que ela pode estar inserida.

Nessa mesma perspectiva, Marques (1997) aponta a importância de entender-se à juventude como um conceito cultural e histórico, compreendendo os diversos processos de construção da sua identidade. O conceito de identidade oferecido pela autora subsidia a nossa compreensão a respeito da fase da adolescência:

“Ações que a sociedade e os indivíduos têm sobre aquilo que dá unidade a uma experiência humana, que por definição é múltipla e facetada, tanto no plano psíquico como no plano social. Essas representações, evidentemente, são construídas de forma diferente segundo os diversos tipos de sociedade, segundo os conjuntos de valores, de idéias e normas que pautam o código de cultura através do qual ele interpreta a sua visão de mundo. É a partir desses referenciais que o indivíduo organiza a sua percepção da realidade. Portanto, toda a identidade é socialmente construída no plano simbólico da cultura. Ela é um conjunto de relações e de representações” (Marques, 1997, p.67).

A partir dessa definição, a autora afirma que a identidade dos jovens perante os outros com quem eles se relacionam (na família, escola, trabalho, espaço na rua) está associada a uma rede de significados construída socialmente no plano simbólico da cultura, movida pela dinâmica da sociedade. A realidade de classe é uma pesada influência se for utilizado esse prisma de análise.

Tentando responder à complexidade do tema destacamos as idéias de Levisky (1997), sob a perspectiva da psicanálise, quando refere que a partir da

interação com a sociedade é que os adolescentes vão buscar seus modelos identificatórios. De acordo com ele, é nessa fase da vida que se apresenta a segunda e grande chance para oferecer condições para o desenvolvimento da estrutura da personalidade dos jovens, que pode ser construtiva ou destrutiva.

A definição desse autor para adolescência contribuiu para o que nós atribuímos às características biológicas e psíquicas, pois ele afirma que os adolescentes, em busca de sua identidade adulta, reproduzem um quadro de contestação e de auto-afirmação, pois é característica desse grupo populacional, pela sua "*fragilidade egóica*", a satisfação imediata dos desejos, sem passar pelos critérios de "*avaliação, simbolização e linguagem*" (Levsky, 1997, p. 18). O autor afirma ainda que isso caracteriza a predominância de mecanismos psíquicos primitivos, em que as possibilidades de postergar, substituir, ponderar ou reprimir satisfatoriamente os impulsos estão diminuídas.

Baseado nesta idéia Levsky (1997, p. 23) refere que os processos de identificação da criança e do adolescente ocorrem a partir das relações entre pais e filhos. Interagindo com a família e com a sociedade, os valores são incorporados e transformados por eles na busca de seus próprios modelos, "*no desejo de encontrar o seu próprio jeito de ser, pensar e viver*". Na adolescência, o ego se apresenta instável e vulnerável aos impulsos e às influências externas, sendo portanto suscetível aos fenômenos sociais, o que leva à incorporação de valores que podem ser positivos ou negativos no estabelecimento de uma relação construtiva dentro da sociedade.

Essas características, aliadas a uma realidade social onde há corrupção, descaso pelas minorias e injustiças sociais e econômicas, são fatores precipitantes da exacerbação desses comportamentos e conseqüentemente geradores de violência.

Violência e segregação

Os autores Sapiro e Santos (1993) reforçam essa idéia quando referem que parte da violência é ocasionada pela segregação social e espacial das populações, pelo aumento do desemprego e pelo descrédito do aparelho policial. Os dados da

economia brasileira e qualidade de vida estão relacionados aos padrões de concentração da propriedade, do capital e da renda, conseqüentemente com aumento da pobreza e da miséria.

Nessa linha, Oliven (1989, p.17) argumenta que a violência, além de constituir-se em "mecanismos de dominação das classes dominantes, ela se transforma cada vez mais numa estratégia de sobrevivência por parte das classes dominadas".

Levisky (1997) reforça essa idéia quando refere que muitos adolescentes sofrem com a falta de perspectivas originadas pelas discrepâncias socioeconômicas, culturais e de miserabilidade, entre outras, que são elementos facilitadores de instabilidade social e geradores de várias violências: estrutural, familiar, social, ética, psicológica, atingindo a qualidade das relações humanas. Esses aspectos, de alguma forma, caracterizam as perdas e danos decorrentes da violência que atinge os adolescentes, a qual estes também respondem com violência.

A família como marco de referência

O estudo da situação familiar associada ao contexto social é fundamental para a compreensão da dinâmica dos homicídios entre adolescentes. A família é o marco referencial dos indivíduos, que vão construindo a sua história a partir dela.

Violante (1997) auxilia na compreensão do ponto de vista da psicanálise, dizendo que o sujeito constitui-se, inicialmente, no âmbito familiar, que por sua vez pertence a um dado grupo que faz parte de uma sociedade. A primeira identificação dos adolescentes é com a família, que sofre as "*injunções hostis do meio social*" (ibid, p.59). Por isso, por mais importante que seja a família na formação do psiquismo dos adolescentes, os fatores sociais desempenham papel fundamental na constituição do sujeito e no seu processo de identificação. Por isso, a mesma autora questiona até que ponto as famílias que sofrem o fenômeno da exclusão social têm potencialidades para proteger seus filhos dos efeitos do não reconhecimento pela sociedade, "*impedindo-lhes a superação da condição de excluídas e de exploradas*" (Violante, 1997, p.59).

Gomes (1995), corrobora essas idéias quando destaca a luta pela sobrevivência das famílias desprivilegiadas, que são responsabilizadas pela miséria, pela vida precária e deplorável e sobretudo pelo abandono de crianças. A autora ressalta: *"à criança abandonada, objeto da violência alheia, civil ou militar, correspondem famílias abandonadas, objeto primeiro da violência social institucionalizada"* (ibid, p.62).

Por outro lado, Velho (1996) sustenta que somente a desigualdade social e, portanto, a pobreza, especificamente a brasileira, não explica a crescente violência. Afirma que essa última pode ser compreendida também por meio do esvaziamento de conteúdos culturais, especialmente os éticos, no sistema de relações: *"isto fica mais evidente nas grandes cidades, devido à exacerbação da iniquidade social gerada pelo contraste agudo dos modos de vida"* (Velho, 1996, p. 16).

O mesmo autor diz que a modernização, particularmente nos grandes centros urbanos, é um dos fatores responsáveis pela mudança no sistema de valores e relações sociais, em que predomina o individualismo e formas mais exacerbadas de impessoalidade. Com a ausência de um sistema mínimo de reciprocidade, a violência física passou a fazer parte do cotidiano da sociedade. Isso está relacionado ao pouco acesso que a maioria das camadas populares têm aos bens e valores intensamente difundidos pela mídia e da cultura de massa em geral, gerando ódio e tensão social, o que fortalece o crime *"pela inadequação dos meios legítimos para realizar essas aspirações"* (ibid, p.19).

Portanto, a partir das idéias desses autores, acreditamos que as famílias que sofrem com o processo de iniquidade social apresentam maior dificuldade em oferecer aos seus filhos valores que possam protegê-los da violência institucionalizada, como refere Gomes (1995).

"A carreira de bandido como alternativa à pobreza"

Nessa linha, Velho (1996), afirma que o poder público também aparece como responsável por esse quadro de iniquidade gerador de violência, pela sua inoperância em atender às necessidades básicas de uma população cada vez mais

pobre. Isso é agravado pela conivência da polícia com a criminalidade. Essa população de baixa renda acaba sendo vítima de vários tipos de violência, ao mesmo tempo em que se evidencia a participação desses jovens pobres na delinqüência, baseados na idéia de que os riscos são compensados por gratificações sociais, em franca rejeição ao tipo de vida dos pais marcada por dificuldades e pobreza. Segundo o autor, *"a carreira de bandido coloca-se como alternativa real para a maior parte da população masculina jovem"* (ibid, p. 20).

Zaluar (1996), ainda dentro dessa perspectiva, assevera que é importante também analisar a violência dentro do crime organizado internacionalmente e globalizado, ligado às características econômicas, políticas e culturais, sem perder de vista as questões do capitalismo e da busca desenfreada do lucro. A inserção dos jovens no mundo do crime exige desdobramentos que vão além da questão da pobreza, pois essa explicação reforça a falsa idéia de que os pobres são responsáveis pela violência.

A autora sugere que é preciso trabalhar com a confluência entre as questões de exclusão social, do crime organizado e do quadro institucional e cultural, em que está inserida a criminalização do uso de drogas. Essa atividade ilegal traz lucros vantajosos a uma pequena parcela dos envolvidos e expõe a vida dos jovens que estão a serviço desses grupos:

"Não por acaso, aqui também continua-se a apresentar os jovens que servem de mão-de-obra barata e bucha-de-canhão do crime organizado como heróicos revoltados contra a iniquidade da desigualdade social no Brasil e vítimas do extermínio perpetrado pela polícia, sem considerar as complexas relações do crime organizado com o mundo legal dos negócios e as instituições que deveriam combatê-lo, mas na qual alguns enriquecem pela associação comercial com esses jovens pobres que acabam mortos ou presos" (Zaluar, 1996, p.66).

A mesma autora enfatiza que *"são principalmente os homens jovens, negros, pardos e brancos pobres que estão deixando suas vidas"* (p. 59), fazendo clara referência às implicações socioeconômicas, de gênero e raça.

A violência e as relações socioeconômicas, gênero e raça

A inter-relação dessas perspectivas teóricas e categorias adotadas nesta dissertação como óticas analíticas favorece a reflexão sobre a construção histórica e social a que elas estão submetidas. Saffioti (1999) defende essa idéia quando refere que gênero, etnia/raça e a classe social são os três eixos principais que estruturam a sociedade e que revelam contradições que não devem ser operadas isoladamente.

Brehil (1996) remete à reflexão sobre a iniquidade que surge da concentração de poder e se reproduz nessas três formas sociais, que sintetiza por dominação, e que são interdependentes. As relações de classe, inicialmente, estão relacionadas ao poder econômico, que depende do acesso ao sistema de produção, das relações de propriedade sobre os bens e meios de produção. Cada classe social caracteriza-se pelo grau de acesso aos bens de produção e consumo, como nos diz Brehil (ibid).

Diferentemente da teoria marxista utilizada por Brehil (1996) para definir classe social, mas sem ser excludente em relação a ela, Bourdieu (1998) auxilia na compreensão das dessemelhanças quando enfoca que a construção do espaço social ocorre a partir das “posições relativas” ocupadas por agentes e grupos de agentes onde as propriedades atuantes são diferentes espécies de poder ou de capital que acontecem nos diferentes campos. O autor argumenta que:

“Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar classes no sentido lógico do termo, quer dizer, conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes” (Bourdieu, 1998, p.136).

Para Bourdieu, as classes que podemos recortar no espaço social, enquanto exigência da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura

do espaço social, não existem como grupos reais, apesar de explicarem a probabilidade de constituírem-se em grupos práticos (família, clubes, associações e mesmo movimentos sindicais ou políticos). Segundo o autor, o que existe é um espaço de relações que é tão real como um espaço geográfico, sendo que as mudanças de lugar ocorrem a partir do trabalho, em esforços e sobretudo em tempo, como por exemplo ascender socialmente ou trazer as marcas ou os estigmas desse esforço.

Nessas reflexões sobre classe social adotamos a perspectiva de Bourdieu, pois não pretendemos classificar a população em estudo a partir de uma caracterização estatística linear ou de recortes sociais, mas somente estabelecer uma perspectiva de leitura da realidade da violência baseada nos aspectos socioeconômicos relacionados à renda, escolaridade e ocupação do espaço urbano. A inserção socioeconômica a partir desses três aspectos não contempla, na sua totalidade, a complexidade do conceito de classe definido por Bourdieu (1998), nem abarca o horizonte da problemática da violência, mas a sua análise em profundidade permite, de uma forma facilitada, refletir sobre a influência desses aspectos na vida dos adolescentes que foram assassinados.

As relações étnicas também são formas sociais de dominação definidas por Brehil (1996). O autor ressalta que são diferentes das condições raciais, pois essas últimas são determinadas socialmente, de acordo com as condições e modos de vida ligados à formação de padrões culturais próprios e diferenciação de valores, capacidades e atributos, resultando em etnias como a base de grupos raciais diferenciados. A etnia se define em um conjunto de diferentes atributos culturais, a partir de uma construção histórica cultural sobre a base racial. Quando um grupo étnico tem desejo de impor sua própria condição cultural e genética configura uma mentalidade monocultural e racista (Brehil, op. cit).

Poutignat e Streiff-Fenart (1998), por outro lado, falam sobre as confusões a respeito dos conceitos de etnia e raça. Os autores ressaltam que o termo raça não denota a hereditariedade biossômática, mas sim a percepção das diferenças físicas que influenciam nas relações de grupos, individuais e sociais, enquanto

que a etnia combina traços biológicos e culturais alicerçados às questões políticas e da nação.

Entendemos que os homicídios em adolescentes estão intimamente associados às relações sociais que são transversalizadas também pelas situações raciais. A sustentação dessa idéia vem ao encontro da ótica de Bertúlio (1998), que afirma que no Brasil não existem conflitos étnicos, mas sim raciais, que estão relacionados ao preconceito, discriminação e exclusão social, gerando violência.

No entanto, nem sempre os traços biológicos, como a cor de pele, definem a que raça o indivíduo pertence. Concordamos com Meyer (1998), quando refere as concepções sobre etnia, raça e nação, argumentando que os critérios ou parâmetros que determinam o pertencimento dos diversos grupos são muito heterogêneos, freqüentemente ambíguos e flexíveis em um determinado tempo e espaço.

Esse pressuposto reafirma a importância da opção nesse trabalho de pesquisa pela utilização da perspectiva da raça ou cor de pele como categoria analítica e os estudos raciais como base teórica para refletir sobre a violência. Para isso, utilizamos a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1991), onde estão contempladas as seguintes raça/cor: branca, negra, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca e cafuza) e indígena.

Outra categoria transversal de análise é o gênero, que Scott (1990) define como um elemento constitutivo de relações sociais fundamentadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e como sendo a primeira forma de dar significado às relações de poder. A autora enfatiza que as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a alterações nas representações de poder, mas essas modificações não seguem necessariamente um único sentido, o que implica em quatro situações diferentes: os símbolos culturalmente construídos, que são representados a partir de modalidades e de seus contextos; os conceitos normativos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que determinam o sentido do masculino e do feminino como produto de um consenso social, mais do que um

conflito; a construção do gênero não unicamente sobre a situação de parentesco, como também na economia e na organização política; e finalmente a identidade subjetiva de gênero, construída a partir de organizações e representações sociais historicamente situadas. A autora ressalta ainda que esses quatro elementos operam de forma interdependente, mas não simultaneamente, como se fossem uns reflexos do outro, o que torna necessária a pesquisa histórica da relação entre esses quatro aspectos.

Brehil (1996) situa as relações assimétricas de gênero como produtos da iniquidade, relacionadas com as questões culturais e históricas das diferenças sexuais e biológicas entre homens e mulheres. O processo saúde-doença no universo masculino e feminino se constrói em meio às contradições sociais e condições específicas da reprodução social. Existem padrões entre os gêneros masculino e feminino que expõem os indivíduos de forma diferenciada aos processos protetores ou destrutivos que vão influenciar na sua saúde.

O mesmo autor argumenta que as diferenças de gênero se dão a partir das relações de poder que correspondem aos padrões de socialização de homens e mulheres, à construção ideológica da feminilidade e masculinidade e aos papéis que são próprios de cada gênero de acordo com os princípios da sociedade.

Os homicídios nos adolescentes ocorrem predominantemente no sexo masculino. Esse fato mostra coerência com o que Amâncio (1994) chama de percepção estereotipada em relação ao masculino, definindo-o como um indivíduo singular, autônomo, com controle emocional, cuja agressividade é uma qualidade valorizada socialmente. De forma oposta, o estereótipo feminino se caracteriza por instabilidade emocional, passividade e submissão.

As situações de homicídios de certa forma são "compatíveis" com o que é socialmente legitimado, já que, por exemplo, atributos relacionados à força física, coragem e tenacidade, entre outros, compõem de uma forma positiva a identidade social viril (Lopes, 1996). Esses são padrões de comportamentos culturalmente atribuídos aos homens em contraposição à fragilidade das mulheres. Essas diferenças relacionadas aos sexos constroem o que chamamos de

gêneros e explicam e justificam, em parte, a prevalência de homicídios no sexo masculino, cuja violência está intimamente ligada às relações de poder e dominação, tornando os homens vítimas das suas próprias ações.

Brehil (1996) acrescenta que a violência está diretamente relacionada com a iniquidade, que pode ser influenciada pela combinação de três fatores: a opressão econômica, a discriminação étnica (aqui incluímos a discriminação racial) e a violência de gênero. Enfatiza que a injustiça social de classes se reproduz e se estabelece, também, a partir da iniquidade étnica e de gênero. Portanto, reeducação de gênero deve fazer parte das lutas pela equidade, que não podem estar separadas dos movimentos contra a exploração econômica e o racismo, que são outras formas de desigualdade e violência.

Violência e contexto: tentando articular a problemática na visão de um profissional da saúde

Ao refletirmos sobre a violência, é fundamental visualizarmos a sua dimensão no contexto global da sociedade, identificando os processos que contribuem para a sua prevalência. As óticas analíticas de gênero, raça e socioeconômicas, apesar de não explicarem totalmente o desencadeamento da violência, inequivocamente são processos que influenciam as relações sociais e que não podem ser excluídas na análise desse fenômeno.

Entendemos que ante a emergência da morbimortalidade por Causas Externas há necessidade da adequação das ações de saúde a essa nova realidade. As Causas Externas, pela natureza da sua ocorrência, têm recebido pouca atenção dos serviços de saúde, principalmente em ações preventivas. As ações curativas, por sua vez, são caracterizadas pelo pouco direcionamento às causas desses agravos e são pautadas, em sua maioria, no tratamento das lesões decorrentes dessas agressões e não nos seus determinantes.

Essa situação pode ser comprovada nos serviços de emergência, que têm sido a porta de entrada da clientela atingida por esses agravos. As ações desses serviços são voltadas para a queixa do momento, e a crescente demanda dificulta a oferta de um atendimento articulado e conseqüente. Portanto, por não existirem

ações dirigidas para a prevenção, do nível primário ao terciário, a questão da violência tem se restringido quase que unicamente ao sistema de segurança pública e aos números estatísticos. Por outro lado, os homicídios, pela natureza da sua ocorrência, têm diferentes implicações em relação às outras Causas Externas. Uma delas refere-se ao fato de ser uma agressão intencional, ocorrendo assim geralmente em situações onde não há socorro imediato, conseqüentemente refletindo-se no número de vítimas fatais.

Outra implicação é que a mortalidade por homicídios corresponde somente ao desfecho fatal do fenômeno da violência, não desvendando a sua real magnitude. Na verdade, não revela as conseqüências e seqüelas sofridas por aqueles que sobreviveram às tentativas de homicídio e a outros tipos de agressão, o que certamente incide negativamente na qualidade de vida desses indivíduos.

Essa violência que não é expressa em números tem sobrecarregado as emergências e os hospitais em geral, que obrigatoriamente precisam responder a esse atendimento complexo. A recuperação e reabilitação das suas vítimas têm resultando em um alto custo, não somente monetário, mas principalmente não monetário, relacionado com dor, sofrimento, medo e perda da qualidade de vida.

Por essas razões, verifica-se que a organização dos serviços de saúde ainda não está acompanhando o processo de transição epidemiológica e a fase em que o Brasil se encontra. Para tanto, faz-se necessária a utilização do conhecimento epidemiológico nessa organização, para que se possa planejar a ação nas emergências de forma integrada com os serviços de atenção primária.

A partir desse panorama, este estudo foi realizado com o objetivo de conhecer melhor a realidade dos homicídios em adolescentes na cidade de Porto Alegre, pois, conforme mostram as estatísticas e alguns estudos já citados, esse grupo populacional tem apresentado índices crescentes desse tipo de violência. A precocidade dessas mortes permite reconhecer a dimensão dos homicídios na cidade e também manifesta um alerta em relação a essa faixa etária, mostrando a sua vulnerabilidade de morrer por essa causa.

Ainda considerando que os agravos que compõem as Causas Externas apresentam peculiaridades diferentes na sua natureza, é fundamental que cada um desses eventos seja trabalhado separadamente, pela importância de cada um e pelo respeito às características próprias dos grupos que são atingidos por eles.

Dessa forma, nos propomos a investigar, de forma quantitativa e qualitativa, as mortes e as trajetórias de vida desses jovens assassinados em 1997, procurando compreender, junto aos seus núcleos familiares, os fatos influentes que os predisuseram a esse evento dentro do contexto social em que viviam. Acreditamos que as intervenções dos profissionais em saúde na comunidade, na atenção às famílias e grupos específicos de jovens podem se beneficiar desses conhecimentos e, assim, tornar mais efetivas as ações em prevenção e educação para a saúde.

3.2 Os objetivos do estudo

O tema da violência, tratado a partir de um estudo da mortalidade por homicídios, exige reflexão sobre os diversos significados que assumem as relações sociais. Acreditamos que conhecer esses significados múltiplos e complexos podem nos levar a caminhos reflexivos e de transformação das práticas sociais e de saúde em particular. Pensamos que agregar as trajetórias de vida ao dado empírico, à estatística e ao aporte teórico nos ajuda na construção de análises originais de pesquisa.

Em face dessa ótica sobre o problema, foram construídos os objetivos apresentados a seguir.

3.2.1 Objetivo Geral

Conhecer os adolescentes que morreram por homicídios em Porto Alegre, no ano de 1997, a partir de suas trajetórias pessoais e familiares, utilizando a noção de vulnerabilidade e situação de risco para compor o cenário desses eventos.

3.2.2 Objetivos Específicos

1 Descrever e caracterizar do ponto de vista sócio-demográfico a população em estudo segundo as dimensões socioeconômicas, familiares e individuais.

2 Georeferenciar a distribuição dos óbitos dos adolescentes por homicídios em Porto Alegre segundo o local de ocorrência, de moradia e situações de risco, ou seja, dados sobre drogadição, antecedentes criminais e processos penais com institucionalização.

3 Investigar analiticamente a relação existente entre as situações de homicídios dos adolescentes e as questões socioeconômicas, raciais e as culturas de gênero.

4 O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Os pressupostos metodológicos que definiram a coleta e a análise dos dados

Procurando compor o cenário dos homicídios entre os adolescentes, foi necessário que utilizássemos um referencial instrumental e a reflexão sistemática. Diante da complexidade e do caráter multidimensional da análise proposta, fomos levados a adotar uma metodologia plural capaz de comportar perspectivas que possibilitem o entendimento multifacetado da temática. Por consequência, essa opção conduziu-nos a uma proposta de aproximação do terreno que pode ser chamada de combinacionista. Essa concepção metodológica leva, no nosso entendimento, ao alargamento das perspectivas de análise.

A amplitude e complexidade do tema exigem essa pluralidade de abordagens metodológicas do campo empírico. Nessa mesma perspectiva, a proposta analítico-metodológica utilizou a Estatística para a análise dos dados quantificáveis e a análise de conteúdo categorizando e/ou quantificando os dados qualitativos ou discursivos.

O uso do método híbrido tem sido mencionado por alguns autores. Cortes (1998), refere sobre a possibilidade de utilizar a análise qualitativa como auxiliar ou ilustrativa em pesquisas que usam principalmente técnicas quantitativas de análise ou a combinação das duas metodologias, sem nítida predominância de uma ou outra.

Diante da utilização conjunta de métodos quantitativos e qualitativos, Minayo (1992) argumenta que a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, exigindo a dissolução das dicotomias quantitativo e qualitativo.

Aliar dados empíricos combinando quantificações estatístico-epidemiológicas e análise de conteúdo temático com interpretação quantitativa e categorização analítica nos levaria a construir um objeto de análise original que não se limitaria à análise clássica de conteúdo, restrita à identificação de temas ou de opiniões e de comportamentos. Esse diálogo metodológico é um exercício fecundo em termos de produção de material para análises mais complexas.

As análises estatísticas, por sua vez, em muitos momentos desta dissertação são pontuais, não generalizáveis e compõem o quadro analítico interpretativo. Apontam com freqüência para o cenário dos fatos investigados.

Não saberíamos avaliar em profundidade a qualidade da utilização de todas as fontes de dados às quais recorreremos. Afirmamos no entanto, que buscamos técnicas e fontes diversas capazes de nos auxiliar e fazerem emergir dimensões ocultas que enriquecessem esta dissertação.

4.1 A população alvo e a população em estudo

Os sujeitos deste estudo são os adolescentes que foram vítimas de homicídios no ano de 1997 e suas famílias. Foi adotada a definição de adolescência proposta pelo Ministério da Saúde, em que a faixa etária correspondente está entre 10 a 19 anos (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1997).

Como já foi mencionada anteriormente, a escolha do ano de 1997 se deu na fase de elaboração do projeto, em 1998, cujo banco de dados do Sistema de Informação em Mortalidade (SIM) já tinha sofrido todo o processo de controle de qualidade, possibilitando trabalhar com essas informações desde aquela época.

O delineamento epidemiológico utilizado é o de série de casos, pois foram visitadas somente as famílias que perderam um filho adolescente por homicídio. Fletcher et al (1989) definiram que uma série de casos é um estudo de prevalência de um grupo de indivíduos com uma doença ou agravo particular, realizado num único ponto no tempo. As séries de casos descrevem quantitativamente as manifestações clínicas das doenças ou ocorrência de

agravos e suas prováveis causas e efeitos, em um único ponto no tempo, o que limita seu valor como meio de estudo das relações de causa e efeito. Esse delineamento epidemiológico caracteriza-se pela ausência de grupos de comparação, o que não permite colocar em um contexto as associações observadas. Esse delineamento permitiu a realização de um estudo exploratório da história de vida e morte dos adolescentes sujeitos do estudo.

Para o estudo piloto e testagem do instrumento de coleta de dados foram selecionadas as famílias que tiveram a perda de jovens vítimas de homicídios com a idade de 20 anos no ano de 1997. Essa idade foi selecionada por estar mais próxima da faixa etária em estudo. Foram localizadas sete das dez famílias, sendo possível realizar seis entrevistas, pois houve uma recusa. Esse número corresponde a 10% do total dos 68 homicídios ocorridos na faixa etária de 10 a 19 anos em Porto Alegre, no ano de 1997.

A finalidade do estudo piloto foi testar a adequação do instrumento de coleta de dados e também capacitar os entrevistadores. Esse estudo permitiu readequar algumas perguntas, inserir e suprimir outras.

Após esses procedimentos, iniciou-se o trabalho com a população definida para esse estudo. Dos 68 óbitos de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos que ocorreram em 1997, foram localizadas 64 famílias. Como houve oito recusas, foram realizadas efetivamente 57 entrevistas. Não foram localizados três endereços, portanto os não encontrados e as recusas, somaram 11 entrevistas não realizadas, representando um percentual de 16,2 (ver quadro a seguir).

QUADRO 1 – POPULAÇÃO DEFINIDA PARA O ESTUDO

	Número	Percentual
Total de adolescentes	68	100,0
Visitas realizadas	57	83,8
Recusas	08	11,8
Endereços não localizados	03	4,4
Total de perdas	11	16,2

4.2 A coleta de dados

Os homicídios são agravos que, de acordo com a Décima Revisão Internacional de Classificação de Doenças (CID-10), estão inseridos no grupo de Causas Externas que pertencem ao capítulo XXI. Os códigos do grupo das Causas Externas estão no intervalo de V01.0 a Y98.9 e os homicídios encontram-se classificados entre os códigos de X85.0 a Y09.9.

A fonte de dados da mortalidade por Causas Externas e homicídios é a Declaração de Óbito (DO) (anexo A), que rotineiramente sofre um processo de controle de qualidade a partir da codificação das doenças e agravos e da seleção da causa básica do óbito. A DO que apresenta informações incompletas ou incongruentes, é encaminhada para pesquisa em prontuários hospitalares, Departamento de Medicina Legal (DML), cartórios ou junto aos médicos, cujos dados são resgatados pela equipe do SIM. Esse método permite trabalhar com informações mais fidedignas e com maior qualidade.

A análise dos dados contidos na DO, fonte de informação sobre os óbitos ocorridos em Porto Alegre, têm demonstrado que esses são insuficientes para explicar a complexidade do processo de determinação dessas mortes e seus significados. Os dados solicitados na DO trazem informações limitadas sobre os contextos individuais, familiares e socioeconômicos das pessoas e, na maioria das vezes, são mal preenchidos pelos profissionais responsáveis. Esse fato limita as possibilidades de uma caracterização sócio-demográfica reveladora das realidades familiares.

Diante dessa constatação, foi o trabalho junto às famílias que possibilitou obter informações mais complexas e fidedignas. Portanto, a partir do endereço registrado na DO, foram realizadas visitas domiciliares a todas as 68 famílias que sofreram a perda de um adolescente, na faixa etária de 10 a 19 anos, no ano de 1997.

As entrevistas estruturadas semidiretivas foram realizadas com o auxílio de um instrumento de coleta de dados (anexo B), junto às famílias. O instrumento constitui-se de perguntas fechadas e abertas. As perguntas fechadas fornecem

dados para quantificações analíticas sócio-demográficas e epidemiológicas, a partir das variáveis apresentadas no próximo item. As perguntas abertas foram estruturadas com o intuito de complementar as informações epidemiológicas, e a partir de categorizações temáticas possibilitaram conhecer, desvelar e compreender a dinâmica dos fatores individuais, familiares e sociais que expuseram os adolescentes ao homicídio. Serviram, em síntese, para compor a vulnerabilidade e situação de risco para o homicídio do grupo estudado.

4.3 As variáveis em estudo

A categorização das variáveis sofreu influência do tipo de estudo e pelo fato de que a epidemiologia estuda os problemas de saúde de uma população e os dados recolhidos sobre os indivíduos são analisados e interpretados como grupos populacionais. Ela se interessa em identificar os aspectos associados a estados patológicos, a perfis de sintomas, ou a condutas de risco. Os aspectos individuais são de grande variabilidade, ou seja, demográficos, sociais, comportamentais, médicos psicológicos, educacionais, profissionais, trajetórias de vida, entre outros.

Para se proceder a um estudo desse tipo, é necessária a seleção adequada de variáveis que, necessariamente, se apóiam em modelos teóricos ou conceituais explicativos da etiologia do fenômeno adotados pelo pesquisador. Do ponto de vista da violência, os modelos explicativos atuais em nosso meio baseiam-se em sua maioria em estudos estatísticos que raramente apontam para a complexidade da questão. A necessidade de pensar de outra forma essa realidade, reconstituindo a gama de fatores envolvidos na mortalidade por homicídios nos conduz a buscar dados primários que permitam relacionar educação, socialização, culturas de gênero, delinquência, personalidade, relações interpessoais e condições sociais, por exemplo. Outros aspectos mereceriam compor esse universo investigativo, como os biológicos e intrapsíquicos, entre outros, mas nesse momento não nos propomos a relacioná-los.

Considerando as noções de vulnerabilidade e situações de risco, as variáveis em estudo foram agrupadas em três dimensões:

QUADRO 2 - VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DO ADOLESCENTE E SUA FAMÍLIA

VARIÁVEIS	CATEGORIA
escolaridade dos pais	até 4ª série, 5ª à 8ª série, 2º grau
inserção dos pais no mercado de trabalho	trabalha, não trabalha
tipo de trabalho dos pais	assalariado, autônomo, biscoite
renda familiar e <i>per capita</i>	em salários mínimos
local de residência	com infra-estrutura urbana, sem infra-estrutura urbana
material da habitação	alvenaria, madeira e outros materiais
condições de moradia (disponibilidade de equipamentos sanitários e domésticos).	sim, não

QUADRO 3 - VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES

VARIÁVEIS	CATEGORIAS
tipo de família	nuclear , extensiva
pais sociais	pessoas responsáveis pelo adolescente
morava com quem	a serem identificados a partir das respostas
relações familiares	satisfatório, regular insatisfatório
controle dos pais sob o adolescente	sim, não
família já tinha pensado que poderia morrer dessa forma	sim, não
antecedentes de homicídio na família	pai, mãe, irmão, tios, avós, primos

QUADRO 4 - VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES

VARIÁVEIS	CATEGORIAS
sexo	masculino, feminino
raça	branco, negro, mestiço, oriental e outros
escolaridade	até 4 ^a série, 5 ^a a 8 ^a série, 2 ^o grau
aproveitamento escola	abandono, repetência, bom aproveitamento
trabalho	sim, não
tipo trabalho	assalariado, autônomo, biscoite
namorada (o)	sim, não
morava junto com namorada (o)	sim, não
filhos	sim, não
amigos	sim, não
tipos de amigos	a serem identificados a partir das respostas
atividades do adolescente	a serem identificadas a partir das respostas
razão do homicídio	a ser identificada a partir das respostas
arma da agressão	arma de fogo, arma branca, outras
socorrido	sim, não
usava armas	arma de fogo, arma branca, outras
uso de drogas	maconha, cocaína, loló, outros
passagem pela FEBEM, polícia e presídio	sim, não
antecedentes criminais	sim, não
quais antecedentes criminais	a serem identificados a partir das respostas
uso de bebida alcoólica	sim, não
frequência do uso de bebida alcoólica	diariamente, semanalmente, ocasionalmente, ignorado
planos para o futuro	sim, não
quais planos	identificados a partir das respostas

4.4 O processamento, o controle de qualidade e a análise dos dados

Após a fase de coleta, os dados quantificáveis do instrumento de coleta de dados foram tabulados e digitados em um banco de dados criado no Software Epi

Info. Foi realizada uma análise de coerência e consistência entre as variáveis investigadas e conferidos todos os campos digitados. As entrevistas gravadas foram ouvidas e transcritas.

Para o estudo das variáveis quantitativas foi feita uma análise descritiva dos dados a partir de tabelas de frequência simples, medidas de tendência central e dispersão e teste de comparação de proporções. Também foram utilizadas tabelas cruzadas com as variáveis socioeconômicas, sexo e raça em relação às variáveis da história pregressa e informações sobre o óbito.

Para dimensionar a distribuição desses óbitos, os mesmos foram espacializados no mapa da cidade através do Sistema de Informação Georeferenciado (SIG). Esse é um sistema que, a partir de um software chamado Mapinfo, permite que se estabeleçam relações entre os dados que se deseja espacializar e o território de interesse.

O SIG vem sendo utilizado pelo CEDIS como um dos instrumentos de análise dos diversos eventos que ocorrem na cidade. Esse sistema utiliza uma base cartográfica digital das ruas de Porto Alegre, permitindo que, sobre essa, se delimite diferentes territórios: setores censitários, bairros, regiões do orçamento participativo, distritos sanitários e área de atuação dos serviços básicos de saúde (Aerts et al., 1997).

Neste estudo, a unidade espacial utilizada foi o bairro, o que permitiu uma comparação entre os diversos bairros da cidade de acordo com os indicadores sociais do censo do IBGE de 1991.

Essa metodologia possibilita o estabelecimento das relações entre os óbitos dos adolescentes com as bases geográficas digitalizadas, construindo mapas temáticos. Assim, a partir desses dados geográficos, foi possível visualizar a distribuição dos óbitos no mapa da cidade e a heterogeneidade de cada território, identificando áreas de risco que exigem prioridade no planejamento das ações em saúde.

4.5 Considerações éticas

Princípios éticos foram obedecidos em relação ao acesso e análise dos dados, respeitando as normas de pesquisa em saúde referidas pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 1996).

Conforme a Resolução supracitada, o presente estudo constitui-se em uma pesquisa que envolve seres humanos e que portanto deve atender às exigências éticas e científicas fundamentais. A eticidade da pesquisa implica no consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e na proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes; no compromisso em oferecer o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos; na relevância social da pesquisa com vantagens significativas aos sujeitos do estudo.

Portanto, sendo os homicídios agravos que têm implicações legais, exigem principalmente cuidados referentes à preservação da identidade dos participantes, bem como a garantia do caráter confidencial das informações. Para respeitar esses princípios, as famílias foram esclarecidas oralmente sobre os objetivos da pesquisa e foi apresentado um Termo de Consentimento Pós-Informado (anexo C), solicitando a assinatura do entrevistado mediante a ciência do conteúdo do documento e da autorização.

Para obter acesso aos dados de mortalidade e identificação do grupo populacional pesquisado, foi encaminhado o projeto de pesquisa juntamente com um documento elaborado pelo Programa de Pós-Graduação da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul constando a aprovação no exame de qualificação realizado em 19 de maio de 1999 aos representantes da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A história da pesquisa: A experiência do trabalho de campo – limites e facilidades

Este capítulo analisa as informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com as famílias da população em estudo. O relato das famílias que vivenciaram essa experiência foi extremamente enriquecedor e oportunizou conhecer, em parte, os aspectos que contribuem para a intensificação da violência nesse grupo etário.

No entanto, o processo da construção dessas idéias esbarrou em vários obstáculos originados das limitações metodológicas que nem sempre dão conta da realidade. Essa afirmação vem ao encontro do que refere Minayo (1992, p. 249), quando diz que:

“(...) não existe nenhuma evidência nos fenômenos sociais do campo da saúde: nada é dado, tudo é construído, inconclusivo e superável; que a realidade aí encontrada como todo o social é infinitamente mais rica, mais dinâmica, mais complexa do que qualquer discurso científico sobre ela; e que a ciência que a aborda não a captura, ela apenas indica a direção e a organização intelectual segundo a qual se pode ter maior certeza da aproximação do real”.

A complexidade do tema acompanhada da subjetividade de cada relato exige que sejam aprofundados na sua íntegra e sejam estabelecidas as diversas relações que compõem os diferentes elementos desse universo. Portanto, não pretendemos esgotar neste trabalho a multiplicidade de interações que envolvem o fenômeno da violência observada nesse grupo populacional no ano de 1997. Esse grupo retrata uma situação ocorrida num tempo e local específicos e

apresenta peculiaridades pelas características sociais, culturais e subjetivas dos sujeitos.

A diversidade das informações e relatos das entrevistas não foi explorada integralmente. Como o volume de material coletado é rico em quantidade e conteúdo, este estudo terá continuidade para que se possa analisá-lo sob diferentes ângulos e perspectivas teóricas, que poderão contribuir para futuras discussões.

A apresentação e discussão teórico-analítica obedecem à ordem apresentada na metodologia. Serão abordadas inicialmente as dimensões relacionadas com os aspectos socioeconômicos, familiares e individuais do adolescente bem como a espacialização desses eventos na cidade e, a seguir, as interfaces entre as questões socioeconômicas, raça e culturas de gênero com as situações de homicídio.

O trabalho de coleta de dados junto às famílias que tiveram óbitos por homicídios em jovens na faixa etária de 10 a 19 anos iniciou-se em 01 de junho de 1999. As visitas começaram com o teste piloto, que foi realizado em duas semanas. A realização desse teste foi de extrema importância, pois possibilitou uma melhor adequação do instrumento de coleta de dados e a capacitação dos membros da equipe responsáveis pelas visitas domiciliares.

Com o objetivo de adequar o instrumento de coleta de dados realizou-se uma reunião com a equipe, em que foram inseridas e reformuladas algumas perguntas. Também foi realizada a capacitação dos membros da equipe para a abordagem do tema com as famílias, utilizando como referência a experiência que todos vivenciaram com o trabalho do teste piloto. Foi discutido o objetivo de cada pergunta e os seus significados para a pesquisa e a partir disso foi construído um manual como guia para os membros da equipe.

A equipe foi composta por esta pesquisadora, coordenadora do trabalho, por uma psicóloga, por dois acadêmicos de Enfermagem, um acadêmico de Educação Física e posteriormente, para auxiliar na finalização das visitas, foi contratada mais uma acadêmica de Psicologia. Esse grupo de visitantes, com

exceção do acadêmico da Educação Física, tinha experiência efetiva em visitas domiciliares, pois todos estagiaram na Equipe de Informações em Saúde (CEDIS) da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), compondo a equipe de Vigilância à Mortalidade no Programa Pró –Viver. A psicóloga, a partir de um contrato provisório com o Ministério da Saúde, coordenou o referido programa pelo período de dois anos. Com o término do contrato passou a trabalhar nesta pesquisa, como supervisora das visitas domiciliares e dando suporte psicológico ao grupo.

O trabalho da equipe foi remunerado com recursos próprios da pesquisadora, e, posteriormente, recebemos uma pequena complementação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul devido aos esforços da orientadora. As visitas foram feitas de segunda à sexta-feira, em dois turnos, e aos sábados no turno da manhã, de acordo com a disponibilidade de tempo e organização individual dos seus componentes. No turno da tarde evitávamos permanecer nas vilas após as 16 horas, pois a partir desse horário começava o movimento para o tráfico e uso de drogas.

As visitas às famílias em estudo iniciaram-se em 21 de junho de 1999, após adequação do instrumento de coleta de dados, e estenderam-se até 24 de agosto do mesmo ano. O tempo utilizado para as visitas ultrapassou a previsão inicial de um mês, devido às dificuldades enfrentadas para o deslocamento da equipe aos locais de visita. Esse deslocamento foi feito por transporte coletivo, o que se somou à difícil localização dos endereços registrados nas Declarações de Óbitos. A maioria das famílias pesquisadas mora em locais cujas residências apresentam precárias condições e caracteriza-se por uma alta rotatividade habitacional.

O contato inicial com as famílias foi feito mediante um documento de apresentação (anexo D), utilizado pelos visitantes para sua identificação e explicação sobre o trabalho e seus objetivos. Além disso, todos os entrevistadores estavam devidamente identificados com crachás, onde constavam os seus nomes e o da coordenadora da pesquisa.

Para a realização das entrevistas a equipe organizou-se em duplas, procurando-se sempre evitar que as mesmas fossem formadas por duas pessoas do sexo masculino. Isso representava, ao nosso ver, maior risco, pois a maioria dos locais onde houve assassinatos apresentava indícios de marginalidade com pontos de tráfico de drogas. A presença masculina no local poderia representar uma ameaça, desencadeando atos de violência, colocando em risco a integridade física dos entrevistadores. De qualquer forma o risco sempre esteve presente, pois, ao tentarmos encontrar as famílias, tínhamos que identificar o nome da vítima e isso provocava comportamentos de apreensão e medo por parte dos moradores, já que os agressores, geralmente, estavam muito próximos.

A equipe, inicialmente tinha definido encontros para relatar as suas experiências e sentimentos, o que acabou não ocorrendo devido à preocupação em finalizar as visitas no tempo previsto. O acúmulo de trabalho realizado diariamente gerou momentos de tensão, pois os membros da equipe presenciaram atitudes agressivas de alguns moradores desses locais, que comercializavam drogas e portavam armas. Isso desencadeou sentimentos de ansiedade e desgaste no grupo, somados às dificuldades da própria temática e dos deslocamentos. Esses fatores ocasionaram muito sofrimento e manifestações de revolta diante dos relatos das famílias que sofreram essa violência. Esta pesquisadora, como responsável pelo trabalho, preocupava-se constantemente com a integridade física e emocional dos membros da equipe, principalmente nas visitas em que não estava presente.

Diante dessa situação, sentiu-se a necessidade premente de que o grupo se reunisse. Em reunião para esse fim, os componentes do grupo expressaram seus sentimentos e preocupações e, pela tensão que foi acumulada, algumas manifestações foram intensas. A reação do grupo também mobilizou os sentimentos desta pesquisadora, que passou a questionar a validade e compensação de fazer um estudo de um tema tão complexo como os homicídios, além de tudo financiado na maior parte com recursos próprios. Pensou-se também em finalizar as entrevistas e trabalhar somente com as que tinham sido feitas até então.

Certamente essa situação ansiogênica desencadeou-se também pela falta de infra-estrutura para realização das visitas domiciliares, pois grande parte delas foi feita utilizando-se para os deslocamentos o transporte coletivo. A contratação de um motorista para levar os entrevistadores nos endereços mais distantes representou maior motivação ao grupo, que também passou a ser remunerado com recursos próprios da pesquisadora. A situação também ficou mais amena quando começou a fazer parte da equipe mais uma acadêmica de Psicologia.

Entretanto, o que ajudou o grupo a reestruturar-se foi a motivação individual de cada um em trabalhar os seus sentimentos, identificando formas de se fortalecer diante das circunstâncias que se apresentavam. A manifestação aberta das diversas emoções que surgiram ao longo desse trabalho possibilitou que o grupo amadurecesse, reconhecendo seus próprios limites ao ter que abordar um tema tão difícil. Isso proporcionou o fortalecimento das relações entre os integrantes da equipe e não o afastamento.

A experiência de visita às famílias mostrou de perto o sofrimento e a dor que vivenciam as pessoas ao sofrerem a perda de uma pessoa jovem por um ato violento como o homicídio. A maioria das famílias nos recebeu muito bem e todas manifestaram gratidão por ter alguém que as ouvisse, inclusive aquelas que se recusaram a conceder entrevista, muitas justificaram que a recusa estava associada a dor que ainda estava muito presente, apesar de já terem passado dois anos da morte dos adolescentes. Percebemos que muitas das recusas estavam relacionadas ao medo dos agressores, que permanecem ameaçando as famílias, que além de sofrerem a perda de um familiar também são vítimas da inoperância da justiça.

O dia-a-dia do trabalho de campo mostrou que as situações se repetiam nos diversos casos. Geralmente as famílias que sofriam a violência do homicídio pertenciam a um estrato social de menor poder aquisitivo, cujos pais eram pessoas modestas e trabalhadoras. O risco desses adolescentes de morrer estava relacionado ao meio em que viviam, tanto os que tinham entrado na marginalidade como também aqueles que trabalhavam e viviam honestamente. A maioria das famílias não possuía acesso aos recursos judiciais necessários ou

meios de como acompanhar os processos de condenação, não tendo, às vezes, nem mesmo conhecimento se os agressores estariam presos ou não.

Evidenciava-se a fragilidade de muitas famílias diante de uma situação aparentemente imutável, de uma justiça inoperante, e um desalento conformista em relação às causas da violência. No entanto, algumas famílias, na época em que ocorreram os homicídios, buscaram intensamente por justiça e adotaram atitudes de transformação dessa situação. Duas delas organizaram passeatas e mobilizaram os órgãos institucionais responsáveis pela segurança da cidade e a imprensa sobre a questão da violência, tendo impacto positivo no bairro onde moravam. Uma das mães, apesar de ter sofrido ameaças constantes do agressor de sua filha, foi a principal responsável pela sua prisão, conseguindo, segundo ela, “fazer justiça”.

Os relatos dos assassinatos sensibilizaram a equipe, pois muitos atos violentos apresentavam requintes de crueldade, destacando-se que os motivos estavam associados a questões banais. Sentimentos de revolta e medo fizeram-se presentes, pois as entrevistas colocavam-nos em um contato bem próximo da violência. Isso ocorria no momento em que tínhamos contato com as famílias e entrávamos nas suas casas, localizadas em um território diferente do nosso, com situações socioeconômicas e culturais diversas das nossas formações familiares. Pertencentes a uma classe social que mora em locais cujos contatos entre os indivíduos são impessoais, nos deparávamos com um mundo onde a nossa presença era percebida como estranha àquele lugar e tínhamos a sensação de que éramos visados.

Os contrastes entre os diferentes territórios urbanos também influenciam o modo de ser e de transitar dos seus habitantes, e a pressão social estabelece a condição de pertença dos cidadãos. Essa condição de pertencimento também se vincula às questões da violência com a pobreza, já que a maioria dos jovens mortos morava em bairros com os piores indicadores sociais da cidade. As circunstâncias em que ocorreram os óbitos, a forma de vida das famílias, a precariedade das suas moradias induz à falsa idéia de que essas situações

necessariamente produzem violência. Mas o convívio diário com essa população oportunizou-nos conhecer o quanto ela está vulnerável e exposta à violência.

Contudo, nem todas as famílias viviam em situações miseráveis. Algumas delas moravam em residências simples, mas dignas. No entanto, também estavam expostas à violência pela proximidade com os locais de ponto de tráfico de drogas e de formação de *gangs*.

As dificuldades encontradas durante a realização do trabalho de campo contribuíram de forma especial para o enriquecimento deste estudo. É de fundamental importância a participação ativa do pesquisador na fase de coleta de dados, porque propicia a percepção dos dados quantitativos na sua expressão numérica e também permite que, de uma forma complexa, seja possível compreender o contexto da população estudada.

Essa oportunidade, que é única, despe o pesquisador da sua neutralidade científica e o remete a sua condição de cidadão inserido e co-responsável pela construção de uma sociedade mais justa e equânime.

5.1 O adolescente que morre por homicídio em Porto Alegre: quem é e de onde vem

A caracterização da população em estudo foi desenvolvida a partir de três aspectos já citados na metodologia: das variáveis pertencentes à dimensão dos processos socioeconômicos, das variáveis pertencentes à dimensão dos processos familiares e das variáveis pertencentes à dimensão dos processos individuais do adolescente. A descrição dessa população foi feita a partir do universo dos 68 homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos ocorridos em 1997. É importante lembrar que dessa população foi possível entrevistar 57 famílias, portanto dos 11 jovens sobre os quais não estão disponíveis as informações por recusa da família ou endereço não localizado são avaliadas somente as variáveis que estão registradas na Declaração de Óbito, que são idade, sexo, raça, endereço e tipo de arma da agressão.

5.1.1 A dimensão dos processos socioeconômicos do adolescente

A caracterização da dimensão referente aos processos socioeconômicos permite visualizar inicialmente o contexto em que viviam esses adolescentes que foram assassinados, mostrando pontos em comum no seu modo de viver e morrer, associados aos aspectos de segregação social.

Um desses aspectos está vinculado à inserção no mercado de trabalho dos pais desses jovens. A maior parte deles pertenciam a famílias cujos pais exerciam alguma atividade profissional (tabela 6), sendo que 70,2% das mães trabalhavam e dessas 67,5% eram assalariadas, 17,5% trabalhavam por conta própria regularmente e 15% faziam biscates. A inserção dos pais no mercado de trabalho era maior em relação às mães. Os pais trabalhavam em proporções maiores do que as das mães (94,8%), principalmente em atividades assalariadas, numa proporção de 54,1%. No entanto, também exerciam atividades irregulares, fazendo biscates (24,3%), numa proporção maior do que a das mães.

Pais e mães apresentavam níveis baixos de escolaridade, sendo que mais da metade das mães (54,4%) tinham cursado até a 4ª série do ensino fundamental (tabela 6). Mesmo apresentando níveis de escolaridade mais baixos do que os pais, a proporção de mães que cursaram o 2º grau foi maior (10,5%). Em 18 desses adolescentes, não foi considerada a presença do pai social, por falecimento desse último ou por não haver convívio próximo entre ambos. Assim, não foram incluídos os pais falecidos ou ausentes para as variáveis trabalho e escolaridade.

A renda familiar desse grupo populacional apresentou uma média de 4,9 salários mínimos mensais com desvio padrão de 4,396, sendo que a maior frequência foi na faixa de 3,1 a 5 salários mínimos, representando 33,3% do total. Já uma proporção de 7,4% das famílias em análise recebia de 10,1 a 25 de salários mínimos mensais, representando a maior faixa de renda entre as famílias entrevistadas.

No entanto, a renda familiar, quando dividida entre os membros que compõem a família, apresenta transformações significativas na renda *per capita*

mensal. Há uma queda importante nos níveis de renda, sendo que a média *per capita* foi de aproximadamente um salário mínimo, com desvio padrão de 0,814. A tabela 6 mostra que 55,6% das famílias apresentavam renda *per capita* menor que um salário mínimo e a renda máxima encontrada foi de 3,4 salários mínimos. Houve o caso de uma família que não tinha renda.

Como já foi referida anteriormente, a renda *per capita* anual da cidade em 1997 foi de R\$ 7.721,00, correspondente ao Produto Interno Bruto (PIB) dividido pelo total da população. Apesar desse valor não corresponder exatamente à renda salarial da população, é possível utilizá-lo como parâmetro de comparação com a renda *per capita* dos sujeitos do estudo, em virtude de ser o dado mais atualizado.

A média da renda *per capita* anual da população em estudo em 1997 foi de R\$ 1.477,50, o que é bem inferior a da cidade, correspondendo, aproximadamente, a um quinto da renda *per capita* anual de Porto Alegre.

TABELA 6 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES AO TRABALHO E ESCOLARIDADE DOS PAIS E RENDA *PER CAPITA* DA FAMÍLIA, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
inserção no mercado de trabalho da mãe		
sim	40	70,2
não	16	28,0
ignorado	1	1,8
total	57	100,0
inserção no mercado de trabalho do pai		
sim	37	94,8
não	1	2,6
ignorado	1	2,6
total	39*	100,0
tipo trabalho mãe		
assalariada	27	67,5
autônoma	7	17,5
biscate	6	15,0
total	40	100,0
tipo trabalho pai		
assalariado	20	54,1
autônomo	7	18,9
empregador	1	2,7
biscate	9	24,3
total	37	100,0
escolaridade mãe		
até a 4ª série	31	54,4
5ª à 8ª série	15	26,3
série 1º grau ignorada	3	5,3
2º grau	6	10,5
ignorado	2	3,5
total	57**	100,0
escolaridade pai		
até a 4ª série	17	43,6
5ª à 8ª série	15	38,5
série 1º grau ignorada	2	5,1
2º grau	2	5,1
ignorado	3	7,7
total	39*	100,0
renda familiar		
sem renda	1	1,9
até 1 salário mínimo	7	13,0
> 1 salário mínimos a 3 salários mínimos	13	24,1
> 3 salários mínimos a 5 salários mínimos	18	33,3
> 5 salários mínimos a 10 salários mínimos	11	20,4
> 10 salários mínimos a 25 salários mínimos	4	7,4
total	54***	100,0
renda per capita da família		
sem renda	1	1,9
< 1 salário mínimo	30	55,6
1 a 2 sal. mínimos	15	27,8
> 2 sal a 3,4 sal. min	8	14,8
total	54***	100,0

*Não considerados os 18 casos de pais falecidos ou ausentes

**Número de sujeitos localizados e entrevistados

***Três casos de renda ignorada

A tabela 7 demonstra que, apesar dos baixos níveis de renda, 71,4% dos adolescentes moravam em locais com infra-estrutura urbana, água encanada dentro de casa (85,7%) e condições sanitárias adequadas (82,1%). O diferencial estava na estrutura da construção das casas, cuja precariedade era evidente: janelas sem vidro (48,2%) e sem teto (32,1%). Mesmo que 53,6% das residências fossem de alvenaria, constituídas na sua maioria de 4 a 5 peças (39,3%), as condições de moradias eram precárias. Houve um caso cuja vítima era moradora de rua.

Esse quadro nos revela que, apesar da maioria dessas famílias residirem em locais com infra-estrutura urbana, o que indica uma melhora na oferta em relação aos benefícios oferecidos pelo serviço público, a sua situação econômica não indica qualidade de vida, pois a maioria dessa população apresentava baixo poder aquisitivo representado pelas precárias condições de moradia e de acesso aos bens de consumo.

TABELA 7 - VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES ÀS CONDIÇÕES DE MORADIA, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
infra-estrutura urbana		
sim	40	71,4
não	14	25,0
ignorado	2	3,6
assoalho		
sim	53	94,6
não	2	3,6
ignorado	1	1,8
teto com forro		
sim	37	66,1
não	18	32,1
ignorado	1	1,8
janela com vidro		
sim	27	48,2
não	27	48,2
ignorado	2	3,6
porta com trinco		
sim	47	83,9
não	7	12,5
ignorado	2	3,6
água		
dentro de casa	48	85,7
no terreno	6	10,7
não tem	1	1,8
ignorado	1	1,8
sanitário		
com descarga	46	82,1
sem descarga	2	3,6
casinha	4	7,1
coletivo	1	1,8
não tem	2	3,6
ignorado	1	1,8
construção da moradia		
alvenaria	30	53,6
mista	5	8,9
madeira	19	33,9
ignorado	2	3,6
número de peças		
uma peça	5	8,9
2 a 3 peças	15	26,8
4 a 5 peças	22	39,3
6 a 17 peças	12	21,4
ignorado	02	3,6
Total	56*	100,0

* 1 caso de morador de rua

A tabela 8 mostra os equipamentos domésticos que as famílias possuíam. Verifica-se que a maior parte tinha os equipamentos essenciais, sendo a geladeira e a televisão os bens que apresentam maior proporção de ausência, com 19,6% e 10,7%, respectivamente. Isso significa que esses eletrodomésticos deixam de ser

prioridade para as famílias de menor poder aquisitivo, talvez pelo custo e por não representarem bens de primeira necessidade quando comparados com outros equipamentos, como por exemplo o fogão. Observa-se que o carro é o grande diferencial no poder aquisitivo dessas famílias, pois somente 16,1% possuíam esse equipamento.

TABELA 8 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS DOS ADOLESCENTES REFERENTES AOS EQUIPAMENTOS DA CASA, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
equipamentos da casa		
fogão		
sim	54	96,4
não	1	1,8
ignorado	1	1,8
geladeira		
sim	44	78,6
não	11	19,6
ignorado	1	1,8
televisão		
sim	49	87,5
não	6	10,7
ignorado	1	1,8
rádio		
sim	53	94,6
não	1	1,8
ignorado	2	3,6
carro		
sim	9	16,1
não	46	82,1
ignorado	1	1,8
total	56*	100,0

* 1 caso de morador de rua

No relato das famílias, a maioria não fez referência à associação entre sua inserção socioeconômica e as situações de homicídio. Os adolescentes cujas

famílias manifestaram dificuldades econômicas, foram descritos como trabalhadores, estudiosos e obedientes aos pais.

O relato de uma mãe revela a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em ocupações que exigem maior qualificação profissional devido à baixa escolaridade, o que repercute no salário mensal do adolescente.*

“Ele não conseguia outro serviço, através do estudo pouco que tinha, ele não tinha o grau que exigiam por aí. Teve que abraçar ali mesmo. Ele queria trabalhar, queria ter o ganho dele” (uma mãe).

Mesmo com uma situação econômica instável, havia esforços dos pais em oferecer aos seus filhos bens de consumo que os mantivessem dentro do ambiente doméstico e protegidos do meio externo em que viviam.

“(...) é que gente não tem uma vida, né? Pô, um video game na época, eles queriam o “matar” e este tava 900 reais. A gente lutô bastante prá comprá. Demo uma entrada, pagamo parcelado. A gente já fazia isso prá eles tê com que se ocupá com alguma coisa dentro de casa: jogá video game, olhá televisão, escutá um som, bola, prá eles não se envolvê em outras coisas, assim na rua. Então a gente fazia isso, entende?” (um pai).

Uma única mãe expressou seus sentimentos de revolta contra a iniquidade, afirmando que os indivíduos de menor poder aquisitivo estão submetidos a tratamento desigual dentro da sociedade.

“Não existe justiça prô pobre. Ou tu acha que existe? Não existe. Como não existe saúde prô pobre, não existe nada prô pobre. O rico tem quinhentas portas abertas prá ele. Pobre não tem. Pobre não tem direito a nada. Tem que trabalhá, ajudá a servi, a limpá as imundícies dos outros. Aquele que tá servindo não presta mais, dá um pontapé e pega outro com mais saúde, assim vai indo”.

* Os textos foram mantidos conforme a fala natural das pessoas sem correção gramatical

A abordagem inicial das questões socioeconômicas nos auxilia a refletir também sobre as dimensões familiares e individuais dos adolescentes possibilitando a compreensão das suas interfaces.

5.1.2 A dimensão dos processos familiares do adolescente

As circunstâncias em que ocorreram os homicídios estão inseridas no contexto social, familiar e individual desses adolescentes, formando uma permanente rede de associações. As relações estabelecidas por esses adolescentes com o meio em que viviam também estão vinculadas às relações familiares repercutindo na ação individual.

Portanto, a caracterização da dimensão familiar descreve e analisa como eram as relações do adolescente nesse contexto e as possíveis inter-relações com as situações de homicídios.

A classificação utilizada para família foi a de “nuclear”, que tradicionalmente é constituída por pais e filhos, e de “extensiva”, da qual fazem parte outras pessoas, como parentes e amigos. A maioria desses jovens era oriunda de famílias nucleares, com 54,4% dos casos, mas a família extensiva apresenta um índice próximo e bastante significativo, com 43,9%, conforme mostra a tabela 9.

As famílias desses jovens caracterizam-se por apresentarem diversas dinâmicas na sua apresentação. Uma das variáveis em que foi possível verificar essa situação foi a distribuição de pais sociais. Definimos como pais sociais todos aqueles que estavam responsáveis pelo adolescente, quer seja como educador ou como provedor.

O papel de pais sociais, na maioria dos casos, era exercido pelos pais biológicos (42,1%) ou, significativamente, somente pela mãe biológica (28,1%). Em outros 28,9%, os pais sociais eram a mãe biológica e padrasto, pai biológico e madrasta, pai e mãe adotivos, avó, ambos os avós e outros (tabela 9). Como já foi mencionado anteriormente, 18 jovens (31,6%) das 57 famílias entrevistadas, não tinham a presença do pai social. Essa falta do pai social constituía-se em 7

casos em que o pai biológico era falecido e 11 casos em que a figura paterna era ausente, isso é, não participava da vida do filho nem como provedor ou educador. Desses 18 casos, o papel de mãe social era exercido por 16 mães biológicas, uma avó e uma tia.

A relação dos jovens com seus pais sociais não determinou uma dinâmica rígida de organização familiar. Muitos desses pais colocavam-se na situação de responsáveis mesmo não morando com seus filhos. Isso ocorreu principalmente em relação aos pais biológicos, em que somente 19,2% dos jovens permaneciam morando com eles. A mãe biológica foi com quem os adolescentes moraram por mais tempo (22,8%), indicando que a figura materna tem uma representação importante na relação de apego dos filhos (tabela 9).

TABELA 9 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES REFERENTES A CONSTITUIÇÃO FAMILIAR DOS ADOLESCENTES, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
tipo família		
nuclear	31	54,4
extensiva	25	43,9
ignorado	1	1,9
pais sociais		
ambos pais biológicos	24	42,1
mãe biológica e padrasto	4	7,0
pai biológico e madrasta	3	5,3
mãe biológica	16	28,1
pai e mãe adotivos	2	3,5
avô e avó	1	1,8
avó	1	1,8
outros	6	10,5
morava com quem		
pais biológicos	11	19,2
pai biológico e avó paterna	1	1,8
avó	2	3,5
irmãos	2	3,5
pai e madrasta	2	3,5
mãe e padrasto	3	5,3
família e companheiro (a)	4	7,0
mãe biológica	13	22,8
não tinha residência fixa	2	3,5
companheiro (a) e filhos	8	14,0
amigos	3	5,3
sozinho	3	5,3
morador de rua	1	1,8
tios e primos	2	3,5
total	57	100,0

No que diz respeito ao relacionamento dos adolescentes com os pais (tabela 10), identifica-se que as relações eram mais satisfatórias com as mães (86,0%) do que com os pais (66,7%). Observa-se que os relacionamentos insatisfatórios com os pais são mais frequentes do que com as mães, somada à ausência da figura paterna em 18 casos que já foram mencionados anteriormente.

TABELA 10 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES REFERENTES ÀS RELAÇÕES INTRAFAMILIARES, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
relacionamento com os pais		
mãe		
satisfatório	49	86,0
regular	3	5,3
insatisfatório	5	8,8
total	57	100,0
pai		
satisfatório	26	66,7
regular	6	15,4
insatisfatório	7	17,9
total	39*	100,0
controle dos pais hora para sair		
sim	24	42,1
não	32	56,1
ignorado	1	1,8
hora para voltar		
sim	21	36,8
não	35	61,4
ignorado	1	1,8
total	57	100,0
família tinha pensado que poderia morrer dessa forma		
sim	25	43,9
não	32	56,1
total	57	100,0

*Não foram considerados os pais falecidos e ausentes

Com o pai é mais difícil...

Quando referido o relacionamento satisfatório com ambos os pais sociais, as famílias justificaram que isso representava na obediência dos adolescentes, no diálogo que se estabelecia entre eles e na relação de afeto. Verifica-se que as trocas afetivas ocorriam mais com a mãe. Com o pai, mesmo sendo satisfatório o relacionamento, relação era mais distante decorrente, às vezes, da sua atividade profissional e das atitudes mais severas da figura paterna.

“Muito bom, ele era um filho muito apegado a mim, muito carinhoso (chora). E com o pai também, ele era muito chegado, eles são muito apegados com a gente. A gente é pobre, mas a gente sabe passar o melhor para os filhos. Agora mais ainda, porque a gente perde um, a gente redobra a carinho, o amor pelos outros” (uma mãe).

“Mataram um pedaço de mim, dos pais e dos irmãos”.

“Olha minha filha ele era um rapaz maravilhoso, a gente se dava tão bem (chorando). Mataram um pedaço de mim dos pais e dos irmãos. Fizeram demais...!” (outra mãe).

Uma irmã relata:

“Era bom com a mãe. Sempre tava agarrando ela, beijando. Bom relacionamento. Com o pai, assim, era bom. De vez em quando tinha as desavenças, né. Não deixava de ser bom”.

Em outras situações, a dificuldade de relacionamento com o pai estava associada ao alcoolismo, que o desautorizava diante do filho. Também por uma distância demarcada pela figura paterna ocasionada, pelo pouco envolvimento ou ausência em relação à vida do filho.

“Ele nem se dava, ele nem escutava o pai dele, porque o pai dele, é bebia, chamava ele de um monte de coisa, não deixava ele entrar quando ele vinha aí dentro de casa” (cunhada).

“...filho não aceita conselho de pai quando o pai tá alcoolizado...”

“O relacionamento era mais ou menos, só quando tava bêbado, aí ele, mas não de espancar, maltratar, né, mais, até prô bem deles mesmo, só que o filho não aceita conselho de pai quando o pai tá alcoolizado mesma a coisa a mãe, né, se a mãe tiver alcoolizada vai falar alguma coisa prô filho, filho não aceita, né” (uma mãe).

“Inclusive ele até abriu a cabeça do pai.”

“Com o pai ele se dava bem... em certos momentos. Mas tinha momentos que ele ficava agressivo. Inclusive ele até abriu a cabeça do pai.” (outra mãe).

Em algumas situações, mesmo com a figura paterna presente, o papel de pai não era exercido, não sendo possível estabelecer uma relação próxima entre filho e progenitor. O depoimento que segue atesta essa ausência: “(...) *o pai dele só deu o nome prá ele e nunca mais.*”

A mãe é boa mas.. e a autoridade?

Nos relacionamentos específicos com a mãe, muitos dos adolescentes apresentavam comportamentos mais agressivos, desautorizando a figura materna. Nesses casos a figura paterna era ausente, ficando para a mulher toda a responsabilidade da educação do filho. Esse fato pode ser verificado na história de 9 adolescentes que apresentaram anteriormente alguma situação de risco, como uso de drogas ou passagem pela FEBEM ou polícia ou antecedentes criminais.

A agressão à mãe fragilizada aparece no relato da irmã sobre um adolescente que tinha história de praticar assaltos e passagem pela FEBEM e polícia:

“Não, ele não respeitava muito ela. Até xingava ela. Falava um monte de coisa prá ela. E ela é doente, né. Até de vez em quando ela queria batê, porque se ela deixasse, né, ele dava nela. E ela não tem nenhum outro filho homem. Não tem homem na casa dela prá ajudá ela, né” (uma irmã).

“...ele quase deu um tiro na mãe até”.

“Essa bronca aí, deu muita bronca aí dele, né. Com ela, nesse dia aí ele, começaram a brigar muito aí já, ele quase deu um tiro na mãe até” (outra irmã).

Apesar da ausência dos pais, quatro mulheres que exerciam solitariamente o papel de educadoras conseguiam manter uma relação satisfatória com seus filhos, com afeto e autoridade. O relato de uma mãe confirma isso:

“...eu xingava ele, e ele ficava quieto, né. Sempre foi deu xingar ele, das coisas erradas e ele ficava quieto. Não batia boca comigo” (outra mãe).

Mas nem todas as mães, apesar do bom relacionamento com seus filhos (as), conseguiam exercer autoridade sobre eles. Isso ocorria porque o adolescente tinha um comportamento “rebelde” e um “sentimento de buscar independência nas suas escolhas”. Fatores externos, como uso de drogas e influência de amigos, muitas vezes determinavam a dificuldade da mãe em exercer a sua autoridade.

“...quem nunca teve uma filha que usasse droga em casa não sabe né..”.

“É difícil recordar tudo dela, sabe, quem não passou, quem nunca teve uma filha que usasse droga em casa não sabe, né... o quanto é difícil, ela era uma criatura muito boa mas, quando ela ficava nervosa por causa dos problemas dela mesmo sabe, por causa do cara também, espancava ela, tudo. Aí uma vez ela brigava comigo, na realidade, me xingava sabe....Era mais por causa de droga quando ela usava, senão ela não era agressiva.”

Controle de horários

Nessa fase da adolescência, verificou-se menor rigidez em relação ao controle dos horários dos filhos. A tabela 10 mostra que 56,1% não tinham controle sobre o horário de saída dos filhos, aumentando para 61,4% em relação ao horário de voltar para casa. Os adolescentes cujos pais tinham maior dificuldade em controlar os horários eram pertencentes à faixa etária entre 18 e 19 anos, mostrando que a maioria predispunha ao afastamento dos jovens da família.

“Homem pode...”

Essa flexibilidade era maior em relação ao sexo masculino, pois entendiam que esses já deviam ser independentes pela sua condição masculina. Inclusive a família criava condições para que o adolescente tivesse total liberdade para as suas escolhas.

“... tava ficando homem, já tava atrás de mulher...”

“No último tempo não, eu achei que ele tava ficando homem, já tava atrás de mulher, já pegava o salário, já ficava prá ele. Eu comecei a largar... aí pensei: anda atrás de mulher. Ele chegava, ele saía, e, 3 horas depois, ele voltava” (uma mãe).

“Não porque meu pai criou os filhos assim, mulher sim, ele como era homem podia sair e esquecer” (uma irmã).

“Morava nos fundos ali, tinha uma pecinha dele lá... tinha televisão, tinha som, tinha tudo... os amigos dele, as amiga dele tudo... Tinha toda a liberdade” (avô).

Quem puxa o freio...

Também havia a dificuldade de controlar o horário porque os pais não conseguiam manter a autoridade, muitas vezes desconhecendo as atividades diárias do filho. Essa dificuldade manifestada pelas famílias estava associada a um comportamento impositivo do adolescente, que não aceitava submeter-se às normas da casa, muitas vezes influenciado pelo meio em que vivia. Esse comportamento, muitas vezes agressivo, gerava atitudes intempestivas do adolescente, o que, segundo alguns, resultou na perda da própria vida.

“Chegou uma época que nós não conseguimos mais puxá o cordão. Nem eu nem o pai. O filho tava na perdição mesmo!”

“Nesse dia que ele morreu, foi numa terça-feira ele tinha tado na minha casa segunda, né. Aiii. Que ele andô brigando com um cara, numa festa, no primeiro do ano e ele matou o cara. Ele matô. Dali 21 dias que ele tinha matado esse rapaz que morava, era, tava tudo numa festa de 1º do ano, ele... o pai dele matou ele, o pai desse rapaz matou o meu guri” (uma mãe).

“Isso já é uma coisa que já tava... Vô te dizê porque que eu já tava. Porque se a pessoa vai fundo sabe, a sujerada... porque ele já tinha uma maneira de sujera,

entende? Porque a época que a gente podia puxa o cordão, a gente puxava. Chegou uma época que nós não conseguimos mais puxá o cordão. Nem eu nem o pai. O filho tava na perdição mesmo!” (outra mãe).

Os 16 adolescentes que cumpriam com os horários, apresentavam comportamento mais passivo diante da autoridade dos pais, sendo considerados pelas famílias como obedientes. Nesses casos, os filhos tinham uma postura de concordância com as recomendações paternas sem o hábito de questioná-las. Os pais manifestavam sentimentos de orgulho pela conduta desses jovens, que não tinham história prévia de uso de drogas, passagem pela FEBEM e polícia e antecedentes criminais.

Nos dois depoimentos que seguem, os adolescentes foram vítimas de delinqüentes. Um foi atingido por uma bala perdida resultante de uma rixa de *gangs* na rua onde morava. O outro foi morto devido a um assalto, próximo à sua casa do qual ele foi vítima por uma atitude gratuita do agressor.

“Mas, Deus o livre. Ele dizia: ‘Pai eu posso i dança no Clube?’ Eu dizia: ‘Não meu filho, na sexta-feira tu não vai saí, porque sexta-feira é um dia muito violento, deixa prá saí no domingo que tem os baile à tarde ali, daí tu vai’. Porque sexta-feira atravessa a noite, né? ‘Tu é um guri novo, a recém tu tem 14 anos. Tá muito cedo prá ti saí na noite’. Ele não falava mais nada, se deitava ou via televisão. Estipulava o horário dele. Ele sempre controlava isso. Ele era um guri muito obediente. Muito obediente mesmo” (um pai).

“Como controlava? Ele não saia minha filha. Ele era de ir da casa prô colégio e do colégio prá casa. Ia no mercado prá mim. Ele não ia a lugar nenhum. O máximo que ele ia, se desse, se tinha dinheiro, ele gostava de jogá video game.. mas era durante o dia, depois que vinha da escola, de tardezinha dava uma jogada e vinha embora prá casa. Não ia prá rua de noite”(uma mãe).

A situação de morte

Por outro lado, apesar de grande parte das famílias não ter controle sobre os horários dos filhos, 56,1% não esperavam que esses adolescentes fossem morrer dessa forma. No entanto, um número considerável (43,9%) já esperava esse desfecho, como se observa na tabela 10.

As famílias que não esperavam a morte desse modo desconheciam as situações de risco em que esses jovens estavam envolvidos, sendo que somente passaram a conhecê-las após esse desfecho. Alguns adolescentes estavam envolvidos com drogas e roubos, enquanto que outros já sofriam ameaças de morte, sem o conhecimento das famílias, o que as impedia de intervir sobre essa situação.

Isso se expressa nos relatos das famílias que não esperavam esse desfecho:

“Nunca imaginei. Porque ele era um guri que não, ele nem demonstrava assim que era, assim envolvido em, em drogas em roubos. Ele era uma pessoa super querida, principalmente comigo, né. Se dava super bem. Ele se dava muito mais bem comigo de que com as irmã dele, nunca imaginei” (cunhada).

O comportamento dos adolescentes, considerado como exemplar pelos pais, foi determinante para que eles não esperassem que os filhos fossem morrer dessa forma. Esse acontecimento inesperado não era condizente com o comportamento que expressava o adolescente, pois segundo os pais, mantinham um bom relacionamento com as pessoas em geral, não se envolviam com delinqüentes e não se afastavam do ambiente doméstico.

O relato a seguir é sobre um adolescente que estudava na época do óbito, não usava drogas e não teve nenhuma passagem pela polícia ou FEBEM.

“Ah nunca, nunca me passou pela cabeça! Deus o livre! Mas Deus o livre! Como é que eu vou pensá uma coisa dessas. Um filho bom, nunca se envolveu com nada. Se fosse um guri delinqüente, a gente já fica mais ou menos, pô mal eu gostaria de sabê uma notícia que meu

filho tá preso ou foi morto. Porque pulou uma cerca e pegaram e deram um tiro nele. Jamais eu vô imaginá. Prá mim foi um choque que eu cheguei a cáí” (um pai).

A violência disseminada na sociedade, é uma das razões do receio dos pais em relação à morte dos filhos, principalmente aquela originada do meio em que viviam,

“Prá ser bem sincera eu cheguei a pensar, uma vez ele estava vindo de um som ali de baixo e ele tinha levado um tiro na perna, porque o guardinha achou que eles estavam fazendo muita arruaça, estavam vindo com uma turma, fazendo barulho na rua, aí o guardinha deu um tiro para poder assustar a gurizada e pegou na perna do guri. Quando aconteceu isso, eu meio que chorei aqui na volta dele e disse: ‘meu filho, vê se agora te assegura, não sai nem nos fins-de-semana, tá vendo que está perigoso aí prá cima, uma hora dessas é capaz de pegar um tiro mais certo’. Porque eu fui falar isso? Eu lembro que eu falei isso: ‘esse tu conseguiu te salvar, mas se numa hora pega um tiro” (uma mãe).

Outra mãe relatou que a conduta exemplar que tinha seu filho destoava do ambiente em que residia, o que provavelmente desencadeou a sua morte.

“Já tinha pensado que ele poderia morrer. Ele era muito quieto, muito... uma pessoa muito limpa, muito caprichoso. Eu acho que os marginais tem ciúme disso aí, sabe (chorando)”.

As famílias dos adolescentes que estavam envolvidos em situações de risco, tais como assassinatos, roubos e tráfico de drogas, já esperavam esse desfecho. Outra situação que as famílias revelaram como risco era o envolvimento afetivo que alguns adolescentes, principalmente do sexo feminino, mantinham com delinqüentes. Esses fatos desvelaram a impotência dos pais diante da iminência dessas mortes.

“Na sexta eu disse prá ela: ‘se tu continuar insistindo nessa amizade com ele eu vô te buscá no IML’. Na segunda-feira eu busquei...”

“Eu imaginava, porque ele tava envolvido em dois assassinatos e com a droga” (uma mãe).

“Já, já sabia que ele ia morrê assim. Por caso que ele roubava, né. Até a mãe um dia antes... ele nunca saía na segunda, né. Se não me engano foi numa segunda, parece. Ele nunca saía na segunda. Que segunda, ele dizia, que era o dia do azar dele, então ele nunca saía na segunda” (uma irmã).

“Olha, desde o dia que a gente soube que ele matou esse rapaz a gente não descansou mais, e acho que nem ele também, né. Ele foi seguido, todos os passos que ele deu nesses 21 dias eles sempre cuidaram ele, né. A gente até nem sabe se não foi alguém que puxou ele até o rio prá eles matarem, né. De repente até foram porque hoje em dia a coisa tá tão, né” (outra mãe).

“Tinha. Por causa dele. Na sexta eu disse prá ela: ‘Se tu continuar insistindo nessa amizade com ele eu vô te buscá no IML’. Na segunda-feira eu busquei...” (outra mãe).

Antecedentes de morte na família

Essa expectativa da morte do filho, manifestada por 25 famílias, também pode estar associada aos casos de homicídios ocorridos anteriormente na família. A tabela 11 mostra que, mesmo em proporções pequenas, houve casos de famílias que tiveram perda do pai (7%), irmão (5,3%), tios e primos (10,5%) por essa causa de morte. A análise conjunta dessas duas variáveis indica que nas quatro famílias em que o pai morreu por homicídio todas responderam que esperavam esse desfecho em relação ao adolescente. Das três famílias em que morreu o irmão do adolescente por essa causa de morte, duas responderam

afirmativamente a essa questão. À medida que diminui o grau de parentesco essa expectativa é menor, como nos casos dos tios e primos, em que a resposta positiva foi de 33,3% e 50%, respectivamente.

TABELA 11 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS FAMILIARES DOS ADOLESCENTES REFERENTES A SITUAÇÕES ANTERIORES DE HOMICÍDIO NA FAMÍLIA, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
homicídio do pai		
sim	4	7,0
não	53	93,0
homicídio do irmão		
sim	3	5,3
não	54	94,7
homicídio do tio		
sim	6	10,5
não	51	89,5
homicídio do primo		
sim	6	10,5
não	51	89,5
total	57	100,0

Repercussões na vida da família

A morte por homicídio repercutiu de diversas formas na vida dessas famílias. Algumas, em um primeiro momento, sentiram desejos de vingança e ímpeto de provocar no assassino a mesma agressão sofrida pelo adolescente. Essas famílias inclusive pensaram em adquirir arma de fogo. Posteriormente, repensaram a sua decisão, preocupando-se com os outros filhos e, resolvendo buscar justiça dentro dos meios legais.

Um pai manifestou a sua revolta em relação à guerra de *gangs* que existia no bairro onde morava e que provocou a morte de seu filho:

“Violência só gera violência, então eu vô lutá e vô prá justiça e vô te que acabá com essa guerra”.

Eu não dormia, eu chorava dia e noite. “Bah, eu tenho que fazê alguma coisa”. O meu cunhado dizia: “Bah, vou matá, fazê e acontecê”. Eu disse: “Vamo, vô comprá uma arma e vô matá esse cara”. Fiquei bem revoltado mesmo, eu não nego. Depois eu comecei a refletir: “Pô, eu tenho mais três filhos prá cria, eu tenho sobrinho aqui embaixo, eu tenho uma sobrinha pequenininha, tá com 7 anos. Não adianta eu fazê ... matá uns dois ou três ali. Eles também têm família, né? Vem aqui sabe onde eu moro, né? Pegarem, não comigo, porque eu ia me sumi, mas pegá o resto da minha família. Aí eu refleti: “Não, não vou fazê isso aí, não vale a pena. Violência só gera violência, então eu vô lutá e vô prá justiça e vô te que acabá com essa guerra”. E esse foi o meu ponto de vista, né?” (um pai).

Também houve situações de desestrutura familiar, manifestada a partir da separação dos pais e ocorrência de alcoolismo, principalmente da figura paterna. Uma mãe declarou a sua dor pela perda do filho, apesar de ter sofrido também com a sua participação em assaltos e tráfico de drogas.

É...não vô te dizê que não trouxe paz pelo que ele tava agitando, porque eu vô te menti. Trouxe muita angústia, prá mim principalmente, né? Prô pai ele não conseguiu se equilibrá, né? Porque começô a bebê mais. Então qué dizê que prá mim abalou mesmo, sabe? É por isso que eu te disse, que eu não gosto nem de falá. É tipo assim: “Ah, tô com uma saudade do meu filho”. Mas eu falo prá mim, sabe? Aquela saudade, assim, “bah tô com saudade dele” (uma mãe).

Houve um caso em que a vítima foi assassinada pelo primo, ocasionando então, um desentendimento grave entre as duas famílias.

Ah, isso foi um baque tri prá nós tá. Um baque senti muito... quase um ano sentimo a morte dele. E tudo isso que aconteceu. Ela deu apoio prá ele, rô filho ainda, tá. Ela deu apoio rô filho ainda. Não digo assim, se fosse um filho meu, que fizesse isso eu implicava a polícia mesmo. E

não apoiava. E ela não, ela escondia o filho dela no mato que é prá polícia não pegá e mandava comida prô filho dela no mato. Ela tava cuidando. Que adiantou ela cuidá. Tá morto. Escondeu tanto, escondeu tanto não adiantou nada “(avó)”.

A saúde física das pessoas da família também foi abalada pela morte violenta do adolescente, inclusive impedindo algumas de trabalhar, dificultando o orçamento doméstico.

“Foi horrível. Acho que foi a pior coisa que podia tê acontecido na família da gente essa morte aí. Pior, até o pai dele ficô doente depois disso. Ele não tinha problema. Agora tem pressão alta, problemas nas pernas...” (uma mãe).

“A mãe ficou doente. Ficou desesperada. Trabalhou 18 anos na casa de uma família, ficou doente e não pôde mais trabalhar” (uma irmã).

Algumas famílias tiveram que mudar de residência para não sofrerem represálias dos agressores e também devido às lembranças que ficaram marcadas no local onde residiam.

“(...) eu fiquei com medo também sabe..., com medo dele, né. Porque depois que ele fez ameaça prá mim também, inclusive ele teve uma audiência mês passado, dia 30 de junho sabe, e tinha sido condenado dia 7 de julho pela morte da guria né, e dia 30 de julho já tava solto, o erro da justiça é que ele foi solto. Aí foi preso de novo no dia 30 de junho, teve uma audiência lá. Ele dizia prá guria que ia matá ela e ia matá eu e a guriazinha junto. Ele mandou dizer que ia voltar a fazer o resto do serviço, né, terminá” (uma mãe).

As marcas deixadas pelos óbitos desses jovens trouxeram sofrimentos constantes às famílias, que vivem essa lembrança no dia-a-dia. Manifestações de revolta, medo e saudade estão presentes na vida cotidiana dessas pessoas, que não conseguiram superar a forma violenta com que a morte atingiu esses lares.

“Para nós, nunca mais vai ser a mesma coisa. A gente conseguiu comprar muita coisa para dentro de casa, a gente melhorou muito de vida, mas nunca mais vai ser a mesma coisa, sempre está faltando o A., desde quando senta na mesa, nós era seis bem certinho (chora), agora tem um lugar vago” (uma mãe).

“Bah, isso aí desmoronô com todo mundo. Imagina ainda por cima no aniversário dele, né? Levei quase um ano prá me recuperá da morte dele. Nem no armazém eu não ia. Quase um ano. O pai também se revoltô, mas depois que eu melhorei um pouco ele decaiu. Mas eu levei quase um ano prá me recuperá. Mas até hoje, né. Não adianta a gente não recuperá, né (chora)” (outra mãe).

Essas marcas também significaram a perda de uma companhia e proteção trazendo sentimentos de solidão e desamparo:

“Na minha vida foi terrível, porque eu fiquei sozinha. Agora, tem muito abusado aí, entram de noite aqui, fazem horrores, entram dentro da minha casa, fazem horrores, até entupiu o cano do esgoto. Depois, eu tenho que desentupir. Eles me vêm sozinha, acham que podem fazer comigo o que querem” (uma mãe).

No entanto, apesar do sofrimento da perda, as famílias também manifestaram uma reação positiva no sentido de manter o equilíbrio familiar, evitando sentimentos de vingança e procurando fazer justiça pelos meios legais. Isso se verifica principalmente nos casos em que o adolescente tinha uma trajetória de vida que não estava relacionada com uso de drogas ou crimes, como relatou uma mãe:

“No começo, eu vou ser bem sincera, eu faria qualquer coisa se eu tivesse meu filho de volta, eu viraria o mundo. Mas, como a gente tem que sempre ser o braço direito da casa, a mulher tem que estar apoiando tanto os outros filhos como o marido. Eu tinha que estar sempre dizendo para ele vamos erguer a cabeça, vamos confiar em Deus, que a justiça vai ser feita e Deus conhecia meu filho,

viu que ele não merecia isso aí. E a justiça foi feita” (uma mãe).

A forma como repercutiu a morte dos adolescentes na vida familiar está associada, muitas vezes, com a estrutura e organização dessas famílias. O homicídio em muitas famílias foi desencadeador de desestrutura familiar como alcoolismo e separação dos pais.

5.1.3 A dimensão dos processos individuais do adolescente

A tabela 12 mostra as informações dos adolescentes originárias das 57 famílias somadas às informações das 11 perdas, cujos dados foram retirados da Declaração de Óbito. Nesse universo dos 68 óbitos, a predominância foi do sexo masculino, com 91,2% dos óbitos, apresentando uma razão de 10:1 em relação ao sexo feminino.

TABELA 12 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	famílias entrevistadas		dados da declaração de óbito		total	
	n	%	n	%	n	%
sexo						
masc	52	91,2	10	90,9	62	91,2
fem	5	8,8	1	9,1	6	8,8
raça/cor						
branco	32	56,1	3	27,3	35	51,5
negro	14	24,6	3	27,3	17	25,0
pardo	11	19,3	4	36,4	15	22,0
ignorado	-	-	1	9,0	1	1,5
idade						
11 anos	1	1,8	-	-	1	1,5
13 anos	2	3,5	-	-	2	2,9
14 anos	3	5,3	1	9,0	4	5,9
15 anos	4	7,0	-	-	4	5,9
16 anos	2	3,5	3	27,3	5	7,4
17 anos	9	15,8	2	18,2	11	16,2
18 anos	12	21,1	3	27,3	15	22,0
19 anos	24	42,0	2	18,2	26	38,2
arma da agressão						
arma de fogo	52	91,2	8	72,7	60	88,2
arma branca	04	7,0	3	27,3	7	10,3
outras	01	1,8	-	-	1	1,5
total	57	100,0	11	100,0	68	100,0

Em relação à raça/cor, 51,5% dos óbitos ocorreram em brancos, 25% em negros e 22,0% em pardos. Considerando que os brancos representam 84,2% da população da cidade, é prematuro fazer-se qualquer avaliação das proporções desses óbitos em relação à raça/cor. Um estudo mais detalhado sobre essa questão será apresentado mais adiante.

Quanto às idades, observa-se que acontece um gradiente no número de mortes à medida que vai aumentando a idade. Na faixa etária de 18 a 19 anos

ocorreu maior número de óbitos, com 60% dos casos, enquanto que a faixa etária menor de 18 anos apresentou 40%. Esse dado indica que a maioria vulnerabiliza os jovens a situações de risco. Um dos aspectos envolvidos aponta para a menor tutela da família sobre o adolescente, pois nessa idade o controle dos pais é menor e a grande maioria dos adolescentes envolvidos nesse estudo tinha flexibilidade nos horários.

A escola: “prá quê”? Evasão e abandono

A partir das informações das famílias entrevistadas, percebe-se que somente 21,1% desses adolescentes freqüentavam a escola na época do óbito, em contraposição aos outros 78,9% que não estavam mais estudando (ver tabela 13). Dos 12 jovens que estavam estudando, 25% tinham estudado até a 4ª série; 41,7% estavam entre a 5ª e 8ª série e 25% freqüentavam o 2º grau. Ao analisar a distribuição da idade segundo a série, verifica-se que dos quatro jovens que estavam entre 11 e 14 anos, dois cursaram até a 4ª série e três de 5ª a 8ª série. Na faixa etária de 15 a 17 anos houve dois óbitos, sendo que um estava no intervalo até a 4ª série e o outro entre a 5ª e 8ª série. Nas idades de 18 e 19 anos, um óbito estava no intervalo entre a 5ª e 8ª série, enquanto que três casos já estavam freqüentando o 2º grau. Nota-se uma menor defasagem escolar na faixa etária de 11 a 14 anos em relação à faixa etária de 15 a 17 anos, cujos adolescentes estavam ainda freqüentando o 1º grau quando deveriam estar no 2º grau. Já nas idades de 18 e 19 anos a distribuição da escolaridade dos jovens demonstra um quadro favorável no desempenho escolar, pois mostra somente um caso com defasagem escolar.

Situação diferente dessa, ocorreu com os que não estavam estudando, pois a maioria tinha se evadido da escola no intervalo até a 4ª série (53,4%) e, 44,4% no intervalo da 5ª à 8ª série. Desses jovens que não estavam freqüentando a escola, somente 2,2% tinham conseguido chegar ao 2º grau.

TABELA 13 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES À ESCOLARIDADE E TRABALHO, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
estudava		
sim	12	21,1
não	45	78,9
total	57	100,0
escolaridade		
jovens que estudavam		
até a 4ª série	3	25
5ª à 8ª série	5	41,7
série 1º g ign.	1	8,3
2º grau	3	25
total	12	100,0
jovens que não estudavam		
até a 4ª série	24	53,4
5ª à 8ª série	20	44,4
2º grau	1	2,2
total	45	100,0
trabalho		
sim	37	64,9
não	19	33,3
ignorado	1	1,8
total	57	100,0
tipo trabalho		
assalariado	16	43,3
autônomo	6	16,2
biscateiro	15	40,5
total	37	100,0

A evasão escolar estava associada a diversas razões. Uma das questões apontadas pelas famílias era a influência que o meio exercia na vida desses adolescentes. Segundo uma das mães, enquanto o seu filho tinha amizade com os filhos e amigos da sua patroa, que pertenciam a uma inserção socioeconômica diferente da sua, ele freqüentava a escola. Mas existia forte pressão por parte dos amigos no local onde eles residiam, classificando-o como “filhinho de papai”, o que influenciou na opção desse adolescente por abandonar a escola.

“A escola é lugar de filhinho de papai”

“Deus me deu a autoridade de eu educar ele, sabe? Conforme manda a Bíblia, né. O M. só se dava com gente... o filho da Dra. J., o R., se dava com os meu patrão, com os filhos da minha patroa. Então, todo mundo tinha ciúme dele aqui, começaram a encher o saco dele que ele era filhinho de papai. Ele parou de estudar por causa disso. Não, não conseguimos mais, como é que vamo fazê com violência, não tem jeito” (uma mãe).

Outro argumento prevalente entre os entrevistados foi que os filhos perderam o interesse em estudar no momento em que começaram a envolver-se com o grupo de amigos. Dizem os pais: *“começou a faltar aulas em função dos amigos do morro”*; e, *“parou com 14 anos, quando começou a se juntar com as amizades parou de estudar”*.

A pressão exercida pelo meio influencia os adolescentes e reforça o desinteresse pela escola, pois as “compensações” resultantes da pertença a determinado grupo são mais valorizadas do que o investimento no futuro. Essa fase da vida caracteriza-se pela busca de compensações imediatas, sendo o futuro algo não palpável, abstrato.

A dificuldade do adolescente na adaptação à escola também repercutiu na escolha em continuar os estudos. Essa inadequação é a que ocorre com mais frequência. As famílias confirmam o desinteresse dos adolescentes pelo estudo por não conseguirem se adaptar às normas da escola. Muitos apresentavam problemas de relacionamento com colegas ou professores, resultando no abandono à escola.

“Ele parou na 1ª série. Parou de estudar depois dos 10 anos. Não lembro, faz muito tempo. Até ele estudou bastante, sabe? Só que ele brigava muito, ficava na rua. Brigava com os guris. Vivia brigando. Às vezes ele não ia prô colégio, às vezes ficava na rua. Acho que foi por causa disso” (uma irmã).

“As vez ele fugia do colégio, tinha preguiça de estudar. Largou de repente, assim....ficava em casa” (uma mãe).

Algumas famílias associavam o abandono escolar à incapacidade do adolescente para o estudo que provocava o desinteresse, fazendo-o buscar atividades mais compensatórias.

“Ele parou, parou... Eu botei ele no Q. Fez jardim, aí passô prá primeira, aí ficou... não passou prá segunda. Daí chegou um tempo, eu trabalhava né? Ele fazia que ia prô colégio e ficava jogando bola lá em cima. Daí a professora me mandava me chamá. Ele estudava neste aqui, e depois eu botei ele no M., de repente se enturma, né? Lá no M. não tinha aquela amizade, mas em compensação ele não fazia nada. Eu vivia sendo chamada no colégio. Aí no final não foi estudá mais. ‘Tu que sabe, depois quem tem que puxá carroça amanhã ou depois vai sê tu’. Porque não tando estudando, né, já tendo estudo a pessoa não tem serviço adequado né? Não deu prô colégio, não adiantou” (uma mãe).

No caso das adolescentes, as implicações relacionadas com o sexo e o gênero feminino também repercutiram no abandono escolar. Das cinco adolescentes que participaram do estudo, somente uma freqüentava a escola. Na situação de uma delas o companheiro exercia pressão para que não estudasse, além de ter que arcar precocemente com a responsabilidade de uma gestação.

“Ela tava fazendo a 6ª série. O cara não queria que ela estudasse. Ele não deixava ela estudar. Então ela parou pela gravidez, e por que ele, o namorado, não deixava” (uma mãe).

Escola e trabalho

O trabalho também foi impedimento para a continuidade dos estudos, pois era difícil conciliar os horários das duas atividades e, em alguns casos, dois trabalhos com a escola.

“No começo, o trabalho dele era só na parte da tarde, mas depois o patrão dele mudou, tinha que pegar às 10 horas e sair às 14 horas, já que ele estava num restaurante, exige que pegue no horário do almoço, depois de tarde de novo, pegou às 17 horas e saía às 23 horas, porque fica aquela função da cozinha. Então, não tinha como ele estudar” (uma mãe).

Outra situação relatada era que trabalho e estudo eram vistos como situações excludentes tanto para a família como para o adolescente. A opção pelo trabalho, percebido como mais importante do que o estudo, era considerada uma atitude responsável.

“Parou com 10 anos. Parou para trabalhar. Acho que os filhos têm que trabalhar” (uma irmã).

A tabela 13 contribui para mostrar que a atividade profissional é um dos determinantes do abandono escolar. Verifica-se que a maioria já participava do mercado de trabalho (64,9%), grande parte em ocupações assalariadas (43,2%) ou em atividades irregulares (biscates) (40,5%). Dos que trabalhavam, somente 16,2% freqüentavam a escola, enquanto que 83,8% estavam fora dela.

De bem com a escola?

A relação que o adolescente estabelecia com a escola revela como se manifestava a influência dessa instituição na vida desses jovens. Na relação satisfatória, os adolescentes correspondiam às expectativas dos pais e professores a partir do bom desempenho escolar. Alguns familiares afirmaram com forte emoção que o desempenho de seus filhos era muito bom. Uma mãe disse que: *“as notas dele eram maravilhosas! Tinha que ir na escola prá vê o pecado que fizeram com essa criança” (chorando muito).*

Um pai também falou do orgulho que sentia do filho:

“Ele sempre foi um guri estudioso. Como os irmão dele. Ele sempre teve uma influência boa. Ele era até o tutor da sala de aula. Quando a professora saia, tinha que ir ao banheiro, ele ficava cuidando da sala de aula. Ele era um guri, não por eu tê-lo perdido o meu filho... mas ele era um filho excelente, nunca me deu problema. A gente falava uma vez só com ele. Ele era até mais alto do que eu, era um guri grande. Excelente, nunca foi assim.... por causa.... teve guri, na idade dele, na adolescência dele até essa idade, de 14 anos se acha assim... se sente homem, mas ele sempre ficava na dele” (um pai).

Houve casos em que, mesmo em que o aluno não tendo um bom desempenho escolar ou um comportamento adequado fora do colégio, essa relação era satisfatória, causando impressões positivas nos familiares e professores.

“Ele gostava da escola. Ele só não tinha boa memória pra gravar as coisas, essa parte é que ele não conseguia passar de ano, ele repetiu muito, mas ele era um aluno muito bom. Eu tinha orgulho dele...” (uma mãe).

Uma tia que ficou responsável pelo filho do irmão, que era presidiário, relatou que, apesar do adolescente ter uma conduta inadequada fora da escola, apresentava um bom desempenho escolar.

“Ele gostava de ir. Gostava e até hoje os professores falam nele. Ele era uma criança meiga, doce. Não sei porque que foi pra esse lado. Se ele sentasse perto das senhoras vocês iam ser acariciadas, isso era com certeza. Ele era uma criança maravilhosa, inteligentíssimo! Em dezembro ele passou por média....eu tirei ele dali temendo pela vida dele. Ele brigou. Ele estudava no J. L. S. e eu coloquei ele no A. D” (uma tia).

A relação que os familiares classificavam como satisfatória também estava vinculada ao bom comportamento dos adolescentes dentro do ambiente escolar.

A maioria assegurou que esse bom comportamento estava vinculado à manifestação positiva dos professores.

A dificuldade de aprendizagem foi um dos determinantes para uma relação insatisfatória com a escola. Os familiares afirmaram que eram chamados à escola pelo baixo desempenho escolar dos filhos. Alguns por manifestarem dificuldades pessoais para aprender ou por um comportamento distraído, outros por apresentarem dificuldades em algumas disciplinas específicas. Também o ingresso tardio na escola dificultava a adaptação ao meio escolar.

“É ele faltava um pouco a aula, porque ele...eu não sei. Ele tinha muita dificuldade de aprendê, né? Não sei porque, quando uma criança fica com uma idade entra pras aula, no colégio fica mais difícil prá ela. Acho, sei lá, os mais pequenininho vão aprendendo vão crescendo, né?. Eu não tenho bem certeza, não lembro, a idade que ele entrou, né. Mas acho que ... acho que ele entrou com uns 10 anos. Até antes, dos nove, oito anos. Mas eu achava ele uma criança com dificuldade prá aprendê” (uma irmã).

O grupo de influência

Da mesma forma que as influências externas propiciavam o abandono escolar, também impediam que esses jovens tivessem uma relação adequada ao colégio. Muitos pela pressão dos próprios colegas de aula ou dos amigos do bairro. Segundo os familiares, as atividades de lazer, como futebol e outros esportes, também influenciavam negativamente a conduta do adolescente em relação à escola. Os familiares relataram que a força do grupo fazia com que eles próprios perdessem o controle da situação.

“As notas eram boas. As últimas saíram ruins, mas antes eram boas. Um ano antes dele parar de estudar, eram ruim, porque decerto estavam enchendo a cabeça dele. Aí eu comecei “meu filho”, aí um dia eu cheguei dormi aqui, sentei aqui, cheguei até chorar com ele, aí ele foi obrigado a dizer, com dor no coração, né?! Foi obrigado a me dizer que tinham dito prá ele que estudar era coisa de filhinho de papai. Eu chorava de pena dele, porque a gente sabe o que é que é” (uma mãe).

Outra situação:

“Ele parou por causa do jogo, ele queria mais é saber do jogo do que do estudo, sabe... sei que no dia que ele tinha, que era de tarde que ele estudava né, de tarde era o treino, ele já matava aula por causa do treino” (uma mãe).

O ambiente da escola

A relação insatisfatória com a escola relacionava-se a com problemas de comportamento, como brigas, faltas, entre outros. Nessa situação, os adolescentes expressavam nitidamente que não gostavam de frequentar as aulas. Inclusive procuravam artifícios para burlar os esforços dos pais em mantê-los na escola.

“Ele ia prá escola... mas ele não fazia os dever, ele mais abusava, tinha uma brincadeira, ele dormia, ele deitava na classe ele dormia, ele enfaixava os braços prá dizê que tava com os dois braço pisado. Aí fui chamada na escola umas quantas veiz, e como eu trabalhava na firma e o meu horário era super brabo, né? a minha mãe fazia... ia né? conversava com as professora tudo, e a professora, ah, ele vai se endireitá. Foi, foi que ele disse: ‘não quero mais estudá’. Daí eu matriculei ele no turno da noite. Aí ele já tava com 14 ano prá 15 ano” (uma mãe).

A família fez tentativa, mas sem resultados satisfatórios:

“Fui só uma vez chamada na escola porque ele tava assim... não tava mais querendo estudá, né. Daí elas acharam que ele tinha um problema. Aí elas me chamaram lá prá leva ele prá fala com o Psicólogo. Aí eu falei prá elas. Daí a gente chegô ir umas, um mês ele ia. Aí depois eu fui lá e falei prá elas que não era nada daquilo. Ele não tinha problema nenhum, é que ele não queria estudá mesmo. Daí elas disseram que iam tentá mais um pouco, se ele não quisé, daí tudo bem” (uma mãe).

A inadaptação dos adolescentes à escola era manifestada também por um comportamento agressivo, brigas com colegas e professores. Além disso, verificava-se uma baixa frequência às aulas ou ausência total, evidenciando a pouca motivação desses alunos em relação aos estudos.

“Ah, ele brigava muito no colégio. Ah, ele brigava com os alunos, brigava com os professores. Que os professores sempre mandavam bilhetinho prá mãe, né, daí... por causa disso. Tava sempre brigando. Muito briguento. Andava sempre na rua também. Queria... tá fugindo, né. Eu ia atrás, buscava ele. As notas eram boas, mas faltava bastante” (uma irmã).

A falta de comprometimento dos pais também contribuiu para o baixo rendimento e desmotivação desses estudantes pela escola. O desinteresse dos pais em relação à situação escolar dos filhos, principalmente quanto às dificuldades que esses apresentavam no meio escolar por comportamento, foi observado neste estudo em famílias desestruturadas, com casos de alcoolismo e separação dos pais.

“O pai dele já foi chamado prá ir alí na escola prá conversar com ele, mas ele não foi. O seu J. ele nunca foi interessado pelas coisas de nenhum dos filho dele, porque ele só é mais envolvido em bebida, essas coisa e a mãe dele se separaram os dois, ficaram os filho tudo separado” (uma cunhada).

A escola como referência positiva

A influência que a escola exercia sobre o adolescente também contribuía nas suas escolhas. A maioria das famílias definiu a escola como um ambiente positivo, uma boa referência para o futuro, um lugar em que professores e alunos mantinham um relacionamento saudável, inclusive naquelas situações em que o adolescente não estava mais frequentando o meio escolar. Os familiares responsabilizaram os adolescentes classificados como problemáticos pelo fracasso escolar, isentando a escola dessa responsabilidade. Aqueles que tinham

problemas de comportamento, que brigavam dentro do colégio com colegas e professores, segundo as famílias faziam-no por influência do meio fora da escola.

“Não, não existe violência na escola. Aqui não existe. Agora, não tenho filho na escola não posso dizer se tem ou não, né. mas na época que ele tava estudando, tanto ele como a irmã, não tinha isso aí na escola. De um ano prá cá que levô a aparece... Se aparecia antes ninguém ficô sabendo, era uma coisa oculta né. Agora que começaram a mostrá a violência na escola. Porque aqui não tem. A violência tá na rua, aqui, é na rua a violência. Porque eu não posso saí de noite. Tu não pode i a lugar nenhum de noite, porque a violência tá e ninguém faz nada, ninguém dá bola...” (uma mãe).

“Ele desde pequeno ele já tinha uma grande diferença, assim... uma criança que já gostava de agitação. Assim de brigá... no colégio ele brigava muito com os colegas. Já tinha aquilo ali, aquela agitação. Então se ele não quisé, a professora coitada não vai... se escabelá prá ele fazê. Isso depende da criança, né? Se a criança tá mal, não consegue sei lá... se ele não conseguisse alcança os tema ali... ele tinha que dizê... ‘ó professora eu não tô conseguindo alcançá’. Mas ele não tinha assunto. Ele chegava aqui em casa, aqui, ele mostrava os caderno assim como ele estivesse participado da escola. Mas a gente sabia que não, né?” (outra mãe).

A escola sem significado....

Em determinadas situações a escola não era referência para os adolescentes, porque não representava significado nas suas vidas. Também se observou que não existia comunicação entre as famílias, adolescentes e escola, pois os pais desconheciam a influência do meio escolar nos jovens. Os relatos se restringiam à ausência de comentários dos adolescentes sobre o ambiente escolar:

“Ela não era muito de... Não sei nem como te explicá. Ela era muito diferente das adolescentes das crianças. Ela não tinha aquele apego, assim, no futuro. Eu vô sê isso ou aquilo. Ela simplesmente não comentava. Ela ia, estudava, tinha as amizades dela no colégio” (uma mãe).

“Ele nem comentava muito em escola. Ele não falava que ele gostava de ir na escola, ele ia mesmo, por causa, sabe namoradinha, isso e aquilo, por isso ele ia” (uma cunhada).

Uma minoria argumentou que a escola influenciava negativamente devido às companhias que proporcionava, ao ambiente que favorecia brigas, desrespeito aos professores e uso de drogas. Porém, muitas famílias afirmaram que esses fatores se originavam fora do meio escolar e se manifestavam no interior da escola.

“As notas dele eram boas, o relacionamento dele a princípio era muito bom. Depois já prô fim ele arrumô uma namoradinha, e a namoradinha fumava e ele começou a fumá. Aí ele começou a desrespeitar os professores. Ele dizia prá professora: “ainda não terminou esse período? Eu tô com vontade de fumá”. Aí puxava o cigarro e botava na boca. E ela dizia: “Não acende, hein”. “Não vô acende, vô lá na rua fumá”. Daí ele saía da aula prá ir lá na rua fumá. Mas aquilo eu não sei... se usava alguma droga antes de ir prô colégio. Porque a menina que ele namorava usava lá também” (uma tia).

“Ele até gostava de ir. A turma era mais ou menos porque sempre tinha briga no colégio com os colegas. Ah era, porque era muito de fazê briga” (uma irmã).

“Esses guri roubavam, né, usavam drogas. Eles eram assim. As companhia dele não eram boa” (uma mãe).

O trabalho

A maioria dos pais entrevistados desejava que os filhos permanecessem estudando. Os poucos adolescentes que não trabalhavam pertenciam a famílias que incentivavam os estudos porque almejavam para seus filhos um futuro melhor, pois reconheciam que qualquer atividade profissional naquele momento seria menos qualificada e com menor remuneração. Essas pessoas esforçavam-se para que os filhos se dedicassem somente aos estudos, como mostra o relato de uma mãe:

“Eu botei filho no mundo, prá ter alguém pra mim e que eu pudesse me orgulhar dele”.

“Aí ele queria trabalhar, nós discutia muito, ele queria trabalhar nós brigava muito, eu dizia: ‘não M., se tu for trabalhar, tu não tem estudo, se tu for trabalhar, vai ter que trabalhar em serviço pesado e eu não quero, tu é de menor, eu não botei filho no mundo prá explorar, eu botei filho no mundo, prá ter alguém pra mim e que eu pudesse me orgulhar dele’. Eu sempre dizia prá ele: ‘a tua obrigação é estudar e o tempo que tu não tá estudando, fica em casa fazendo os temas, fica em casa, vai escutando o rádio ou senão dorme, mas trabalhar não’. Porque se ele fosse trabalhar não tinha estudo, se fosse trabalhar era de serviço pesado, era de pedreiro e coisa, que os outros guris aí trabalham, mas eles precisam trabalhar, eles não tem pessoas responsáveis, eles precisam trabalhar” (uma mãe).

Em outra situação, os pais se sentiam responsáveis pela manutenção econômica dos filhos, e muitos adolescentes eram muito jovens para exercer uma atividade profissional.

Alguns adolescentes do sexo masculino estavam em idade de cumprir com as obrigações militares e portanto impedidos de assumir, naquele momento de vida, alguma atividade profissional.

“(...) parece quase assim perto da época do quartel dele que ele parou de trabalhar, mas ele gostava muito de trabalhar” (uma cunhada).

Em algumas situações o trabalho era colocado pelos pais como alternativa aos jovens que tinham abandonado a escola, mesmo que esses também não se interessassem por essa atividade. Outros optavam pela forma ilícita de adquirir bens de consumo, muitas vezes influenciados pelos amigos, apesar dos esforços dos pais em incentivá-los para o trabalho.

“Mas daí ele continuava com isso aí, né. Até ele falô com a mãe que ele queria melhorá, que ele ia trabalhá, até a mãe tava encaminhando documento dele. Que ele não tinha documento, né? Mas ele não... Às vezes ele tava bem, vinha os guri e já arrastavam ele. Aquele negócio de fazê documento, ele já não queria fazê mais, né. De trabalhá já não queria sabê mais. Qué dizê que ele queria mas não conseguia. Tinha uma coisa que puxava ele... Era isso, vivia assim, roubo eles iam lá e tal” (uma irmã).

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho também era outra razão que justificava a falta de atividade profissional. Alguns adolescentes sofriam a repercussão da crise do mercado de trabalho, associada à falta de qualificação profissional e suas dificuldades próprias, como gravidez, no caso das jovens, e uso de drogas.

“Quando faleceu não tava trabalhando. Tava tentando, mas sabe como é, difícil né. Não conseguia emprego. Tava desempregada por causa da gravidez e da idade também meio difícil ela... tinha lugares por causa da escolaridade que ela não tinha 1º grau completo. Agora, se envolveu também com drogas, isso tudo ajudou” (uma mãe).

O cotidiano de vida

O dia-a-dia desses adolescentes era muito diversificado. Pelas características próprias da faixa etária, as atividades desses jovens se

concentravam naquelas referentes ao lazer com grupos de amigos, o que os mantinha afastados do ambiente familiar.

“Olha, é que nem eu te disse, ele trabalhava e passava a maioria do tempo quando ele chegava em casa na rua, né. Sempre nas esquinas com os guris” (uma mãe).

As atividades esportivas também faziam parte do dia-a-dia dos adolescentes, principalmente o futebol, que permitia que os rapazes estabelecessem relações de amizade e formassem grupos.

No entanto, como a maioria desses jovens ocupava o seu dia com o trabalho, e alguns procuravam conciliá-lo com os estudos, o lazer era destinado aos fins-de-semana ou à noite. A conduta desses adolescentes era caracterizada pelos pais como responsável, pois se dedicavam ao trabalho em detrimento do lazer:

“Ele ia prô colégio, porque ele estudava de manhã, vinha prá casa, almoçava e ficava com nós o dia todo. Ficava no armazém. Depois ele pegou o fliperama, ficava trabalhando no fliperama. Porque ele tinha hora prá abri, né. Ficava... abria às 2 horas e ficava até às 7 horas, 7h30' no fliperama. Cedo ele tava aqui. Quando saía ficava sempre aqui na frente, não saía daqui” (uma mãe).

Entre os poucos adolescentes que não trabalhavam, seis deles ocupavam o seu dia com atividades dentro do ambiente doméstico. Segundo o relato dos familiares, eles se satisfaziam com essas atividades por terem um comportamento exemplar e por não serem influenciados pelo meio onde residiam.

“Chegava do colégio, tirava a roupa dele, se dava tempo ele tomava banho. Depois ia almoçá. Limpava a cozinha. Daí eu ia fazê tricô. Daí ele fazia a física dele. Aí ele fazia exercícios físicos aqui em casa, deitado no chão. Fazendo os exercícios dele. Aí ele tomava outro banho ia fazê o café. Nós sentávamos prá tomá café. Quer dizê que era uma rotina entre nós dois. O lazer dele era fazê física dentro de casa ou então jogá video game. Gostava muito de estudá, gostava de ficá escutando música...” (uma mãe).

Por outro lado, 13 dos adolescentes que não trabalhavam tinham história prévia de ter tido pelo menos uma das situações de risco como uso de drogas, passagem pela FEBEM, polícia e antecedentes criminais. Alguns deles dormiam durante o dia porque permaneciam à noite fora de casa em busca de atividades de lazer. Outros ocupavam seu dia com atividades ilícitas, como tráfico de drogas.

“De dia ele ficava mais em casa, né? Ele saía mais era de noite, de dia ele ficava em casa lá, né, ficava com nós. Às vezes dormia. Passava quase todo o dia dormindo. Aí de tarde acordava, comia alguma coisa e saía. Saía e voltava de madrugada, às vezes voltava de manhã.” (mãe).

“Ele tava sempre fazendo biscate, ‘vendendo’...ele começou a ‘vendê’...prá sobrevivê como ele disse. Vendia drogas, mas também trabalhava” (cunhada).

Vida afetiva e sexual mais amigos

A tabela 14 mostra que 80,7% dos adolescentes tinham namorada(o) na época do óbito, sendo que desses, 37% já moravam junto com a(o) companheira(o). Um dado relevante, é que dos 57 jovens cujas famílias foram entrevistadas, em torno de 40% já tinham filhos, sendo que 22,7% tinham menos de 18 anos. Esses dados, além de representar a precocidade com que alguns jovens vinham constituindo família, significam também que os filhos desses adolescentes também sofreram a perda prematura dos seus pais.

A grande maioria desses jovens participava de grupos de amigos cujas famílias classificavam como boas companhias (47,3%). Porém, um número significativo tinha história de convivência com amigos envolvidos com drogas e assaltos (45,6%), revelando que esses estavam vulneráveis a uma situação de risco (tabela 14).

TABELA 14 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES À(AO) NAMORADA(O), FILHOS E AMIGOS, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
namorada(o)		
sim	46	80,7
não	11	19,3
total	57	100,0
morava junto		
sim	17	37,0
não	29	63,0
total	46	100,0
filhos		
sim	22	38,6
não	35	61,4
total	57	100,0
tipo amigos		
envolvidos com drogas e assaltos	26	45,6
amigos de famílias violentas	1	1,8
bons e desonestos	2	3,5
amigos bons	27	47,3
ignorado	1	1,8
total	57	100,0

Quem eram os amigos?

As famílias que consideravam que seus filhos estabeleciam relações de amizade com pessoas de “boa índole” referiram que conheciam e aprovavam o convívio com esses amigos. Os pais acreditavam que pela formação que seus filhos tinham eles saberiam optar adequadamente pelas amizades.

“Eram os guris daqui, os mesmos que eram amigos do meu outro filho, que tá casado, aqui perto. Tudo trabalhava, tudo menino filho de família, e os colegas dele de serviço, também né” (uma mãe).

O local onde o adolescente vivia propiciava que ele mantivesse um relacionamento de amizade com pessoas honestas ou desonestas. Essa relação estava associada também às escolhas do adolescente que não fazia distinção nas compainhas.

“Ela tinha umas amigas assim, que usavam drogas também, mas tinha umas pessoas amigas que não usavam drogas, pessoas que estudavam, que trabalhavam, tudo. Ela não tinha escolha de amigos, muitas pessoas de idade eram amigos dela, são pessoas que são meu amigos também, rapazes, homem, mulher, preto, branco todo mundo ela não tinha preferências” (uma mãe).

Conforme relato de um tio, o meio também propiciava o convívio em ambientes que concentravam um número grande de famílias desestruturadas, o que comprometia o comportamento dos amigos do adolescente. Ele considerou que essa desestrutura estava associada a famílias que residiam em casas ou apartamentos invadidos, com muitos filhos e baixo poder aquisitivo e que isso facilitava o clima de violência.

“Os amigos dele eu não conhecia, mas eu acho assim que tinha muito, pelo o que o meu irmão falava que se dava com algumas crianças onde tinha famílias completamente desestruturadas e são os amigos dele, são pessoas que moram num lugar onde tem muitos apartamentos invadidos. E eles tinham o apartamento deles comprado, tudo direitinho, mas ali tinha muitos apartamentos invadidos, famílias com muitos filhos. Tinha um menino que era muito amigo deles, que inclusive continua estudando com ajuda da família, que tinha problema de .. tava na cadeira de rodas devido a uma facada que o padrasto tinha dado nele. Era gente assim, já com uma desestrutura, num clima de família bem desestruturada” (um tio).

A forte influência do meio propiciava a procura por amigos que estavam envolvidos com assaltos e tráfico de drogas (45,6%), havendo casos em que o adolescente assassinado também tinha participação nessas atividades ilícitas, como consta na tabela 14.

“Os amigos eram todos influenciáveis. Barra pesada. Tinha muita gente boa também, né. Mas quem ele considerava amigos eram estes, drogados, sempre armados, muitos traficavam. A maioria já tá morto até. Hoje tem muito que estão presos. Porque nessa vida não vai longe” (um irmão).

Uma mãe afirmou que procurava alternativas para conviver pacificamente com essa forte influência. Seu filho escolhia por amigos com comportamento adequado, porém, para manter um ambiente seguro, ela educava os filhos para manterem um relacionamento sociável com pessoas consideradas marginais, resguardando-se de um envolvimento próximo.

“Não vira cara não faz pouco caso, mas não se junta com eles!”

“Não sei minha filha. Sobre isso aí eu não sei mais nada. A gente fazia todo o possível... eu lutei prôs meus filhos não sê marginal, criados aqui num ambiente horrível. Criado aqui nessa vila. Fiz de tudo prá não se criarem no meio, não se misturarem. Mas não queria que acontecesse.... Eu tenho amigos marginal... meu filho tem amigo marginal. É uma coisa assim, que a gente cria, ó, eu tinha medo disso... Porque eu botava os marginal prá lá, os meus filho prá cá. Pode se dá bom dia, boa tarde e deu. Assim que eu criei eles. Todos esses anos do primeiro até o último. Não vira cara não faz pouco caso, mas não se junta com eles. Eu sempre criei assim. Mas eu não sei se isso não virava mágoa,prô marginal... Não sei se também não é uma rixa, porque conseguiu se separá desse mundaréu de marginal. Não sei bem” (uma mãe).

O homicídio

A trajetória de vida desses adolescentes repercutiu de alguma forma nas razões que provocaram o homicídio. A classificação dos motivos dos homicídios é resultante das respostas das famílias sobre essa questão.

Algumas razões merecem melhor definição para auxiliar na sua compreensão. Chamamos de motivo fútil mortes cujo ato do agressor não estava

condicionado a nenhum objetivo específico; razão ignorada cujas situações de homicídio eram desconhecidas pelas famílias; por causa da namorada quando envolvia brigas por disputas de mulheres; envolvimento com drogas quando associado a questões em que existia a participação do adolescente com o tráfico; participação em assalto quando o adolescente foi morto pela polícia ou companheiros durante ou após o assalto; rixa de *gangs* quando o adolescente fazia parte de grupos que disputavam poder e espaço entre eles; abuso de poder da polícia quando o adolescente foi morto pela autoridade policial sem ter cometido nenhum ato ilegal; queima de arquivo quando o adolescente foi morto por ter conhecimento ou ter presenciado algum fato que comprometia o agressor.

Segundo relato das famílias, 7% morreu por causa de envolvimento com drogas, 3,5% por participarem de rixas de *gangs* e 5,3% por estarem participando de assalto. Essas situações juntas representam um total de 15,8%. Outras situações, como razão ignorada pela família, 15,7% e vingança, 12,2%, em alguns casos podem estar relacionadas com roubos e envolvimento com drogas. Em menor proporção aparece queima de arquivo (5,3%), que também pode ter a mesma relação com as hipóteses citadas acima. Essa é uma inferência que não foi possível clarear a partir das informações das famílias.

O argumento classificado pelos pais como “motivo fútil” aparece como a principal causa de morte, com uma proporção de 22,8%, acompanhado de outros em menores proporções que ajudam a compor o perfil das vítimas, como as que foram assassinadas por sofrerem roubos (5,3%), por causa da namorada (5,3%), por ciúmes do companheiro (7%), abuso de poder da polícia (1,8%), bala perdida (3,6%) e após sofrer violência sexual (1,8%). Essas causas dos homicídios mostram que as vítimas não tiveram participação ativa ao serem submetidas a essa violência (tabela 15).

TABELA 15 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES, REFERENTES AO HOMICÍDIO PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
razão homicídio		
motivo fútil	13	22,8
ignorada	9	15,7
vingança	7	12,2
envolvimento com drogas	4	7,0
companheiro matou por ciúmes	4	7,0
participação em assalto	3	5,3
vítima de roubo	3	5,3
por causa da namorada	3	5,3
queima de arquivo	3	5,3
brigas entre amigos	2	3,5
rixa <i>gangs</i>	2	3,5
bala perdida	2	3,5
abuso poder da polícia	1	1,8
homic. precedido de violência sexual	1	1,8
agressor		
delinqüente	26	45,6
parente	3	5,3
polícia	2	3,5
companheiro	3	5,3
amigos	6	10,5
outros	8	14,0
ignorado	9	15,8
foi socorrido		
sim	35	61,4
não	20	35,1
ignorado	2	3,5
total	57	100,0

Por que não foi socorrido?

No universo dos 68 óbitos, 88,2% dos homicídios foram praticados com arma de fogo (ver tabela 12), mostrando o acesso facilitado a esse instrumento. Apesar de 61,4% dos adolescentes terem sido socorridos, segundo as famílias entrevistadas, vieram a falecer, indicando a dificuldade de tratamento nesses

casos, devido ao impacto da agressão produzida por esse armamento (ver tabela 15).

“(...) quando eu cheguei lá ele já estava morto, um vizinho nosso ali do conselho, escutou a pulsação do A. e disse que sentia muito, mas não tinha mais o que fazer. Não deu tempo de levar ele para o médico” (uma mãe).

Outra mãe:

“Só escutaram os tiros. Dizem que dois seguranças que viram e chegaram perto. Mas não tinha como, porque o primeiro tiro que ele deu nela já matô ela”.

Sabe-se que o homicídio, sendo uma agressão intencional, gera situações de medo e omissão em relação ao socorro, o que diminui a chance de sobrevivência das vítimas, como podemos perceber no depoimento de uma mãe:

“(...) alguém escutou, pessoas viram, ouviram os gritos diretos por socorro, mas ninguém fez nada. Porque todo mundo tinha medo. Foi por medo e ele usava drogas”.

O socorro imediato também não ocorre quando o homicídio acontece em momento e local desconhecidos pela família. O desaparecimento da pessoa é o fator que desencadeia a busca e a família tem dificuldade, posteriormente, em localizar o corpo.

“Já tava morto. Quando ele foi localizado já tava morto. Então ele não foi socorrido porque já tava morto” (uma mãe).

Houve uma situação em que a vítima, apesar das chances de sobrevivência, não foi atendida em tempo hábil por desconhecimento de quem socorreu, que inicialmente acionou a polícia quando deveria ter encaminhado direto à emergência hospitalar. A demora da polícia em responder ao chamado impediu que o adolescente fosse socorrido de forma adequada.

“A vizinha, que é muito curiosa, foi vê o que que era, que gritaria era aquela. Daí ela que atendeu eles aí. Fez chá prô guri, porque o guri ficô apavorado, o outro, né. Ficô apavorado e ela acudiu ele e chamou a polícia. Só que a polícia demorô muito. Poderia tê chegado vivo no hospital. Se tivesse salvação ainda. Mas a polícia custô muito a chegá, né. Nós fiquemo sabendo a uma e pouco da madrugada” (uma mãe).

Além das questões mencionadas acima, destaca-se que 45,6% dos homicídios foram cometidos por delinquentes com vários antecedentes criminais e que estavam em liberdade, mostrando a morosidade do sistema judiciário da cidade. Também se verifica que, em 15,8% dos casos, o agressor não foi identificado, indicando situações de impunidade (tabela 15).

A situação de risco

A conduta desses 57 adolescentes, como vemos na tabela 16, mostra que o consumo de bebida alcoólica era de 40,4%, sendo que 65,2% a ingeria ocasionalmente. As drogas de maior consumo eram loló e maconha (21,1%), cocaína (19,3%) e em menor proporção cola de sapateiro (3,5%) e crack (1,8%). Esses índices de consumo de drogas refletem o viés do desconhecimento mencionado por 11 (19,3%) dessas famílias. No entanto, os dados conhecidos representam uma prevalência importante de uso de drogas.

Outro dado relevante é que 40,4% desses jovens já tinham tido passagem pela FEBEM, 31,6% pela polícia e 33,3% possuíam antecedentes criminais, principalmente por assalto e tráfico de drogas. Somente 16 jovens não haviam passado por nenhuma dessas situações de risco, incluído o uso de droga. No entanto, 33 deles apresentavam história de ter tido, pelo menos, a experiência em uma dessas situações de risco, sendo que 10 passaram por todas elas. Esse quadro mostra a inserção precoce desses jovens no mundo do crime e das drogas, o que os tornou vulneráveis ao risco de morrer prematuramente. Outra informação importante é que desses adolescentes, 12 (21,1%) tinham o hábito de utilizar armas de fogo, indicando outra situação de vulnerabilidade.

É importante destacar que a proporção de jovens que usavam drogas, teve passagem pela FEBEM ou polícia e antecedentes criminais é menor quando comparada com a dos que não apresentavam essas situações de risco, como mostra a tabela 16. Isso demonstra que a vulnerabilidade à morte tem também outras implicações, além das situações de risco apontadas acima.

TABELA 16 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES REFERENTES À SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
uso de armas		
arma de fogo	12	21,1
não usava	43	75,4
ignorado	2	3,5
total	57	100,0
uso de bebida alcoólica		
sim	23	40,4
não	31	54,4
ignorado	03	5,3
total	57	100,0
freqüência do uso		
diariamente	1	4,4
semanalmente	7	30,4
ocasionalmente	15	65,2
total	23	100,0
uso de drogas*		
loló		
sim	12	21,1
não	34	59,6
ignorado	11	19,3
maconha		
sim	12	21,1
não	34	59,6
ignorado	11	19,3
crack		
sim	1	1,8
não	45	78,9
ignorado	11	19,3
cola		
sim	2	3,5
não	44	77,2
ignorado	11	19,3
cocaína		
sim	11	19,3
não	36	63,2
ignorado	10	17,5
total	57	100,0

Continua

TABELA 16 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES REFERENTES À SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997

Conclusão		
variáveis	n	%
passagem pela FEBEM		
sim	23	40,4
não	33	57,8
ignorado	1	1,8
total	57	100,0
freqüência da passagem		
uma vez	16	69,6
duas vezes	2	8,7
três vezes	1	4,3
dez vezes	2	8,7
ignorado	2	8,7
total	23	100,0
passagem polícia		
sim	18	31,6
não	39	68,4
total	57	100,0
freqüência da passagem		
uma vez	12	66,6
duas vezes	3	16,6
seis vezes	1	5,6
dez vezes	1	5,6
ignorado	1	5,6
total	18	100,0
antecedentes criminais		
furto	3	5,3
agressão	1	1,8
assalto	6	10,5
assalto e tráfico de drogas	5	8,7
tráfico de drogas	1	1,8
homicídio	1	1,8
assalto, tráfico de drogas e homicídio	2	3,5
sem antecedentes criminais	38	66,6
total	57	100,0

* as variáveis não são excludentes

Os sonhos para o futuro

Apesar da adolescência ser um período conflitual e muitos desses jovens se caracterizarem por “comportamentos rebeldes”, 75,4% tinham planos para o futuro, relacionado com ascensão profissional e estudo (26,3%), trabalho e consumo (28,8%) e 21,1% interessavam-se em mudar de vida e dedicar-se à família. Por outro lado, 21,1% não idealizavam nada para o futuro (tabela 17).

Os planos de vida, de certa forma, correspondem à história de vida dos adolescentes. Dos jovens que frequentavam a escola, 70% planejavam estudar e ascender profissionalmente. No entanto, os planos referentes à mudança de vida e dedicação à família se concentraram nos adolescentes que tinham história prévia de passagem pela FEBEM, polícia e antecedentes criminais, numa proporção entre 66% a 75%. Essa informação mostra que a conduta desses jovens não correspondia aos seus desejos.

TABELA 17 – VARIÁVEIS PERTENCENTES À DIMENSÃO DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS DOS ADOLESCENTES REFERENTES A PLANOS DE VIDA, PORTO ALEGRE, 1997

variáveis	n	%
planos para o futuro		
trabalho e consumo	15	26,3
ascensão profissional e estudo	16	28,0
mudar de vida e dedicação à família	12	21,1
não tinham planos	12	21,1
ignorado	2	3,5
total	57	100,0

Os adolescentes que estavam exercendo a paternidade tinham uma expectativa em melhorar de vida e desfrutar dessa nova fase desencadeada pela vinda dos filhos. A gravidez da companheira gerava sentimentos de orgulho e de responsabilidade, que obrigatoriamente os mobilizava a buscar uma situação mais estável e tranqüila.

“Ele tava pensando em trabalhá, em se ajeitá na vida dele... assumi o filho, né? Faceiro com a gravidez da V., né? Ele tava, né? Com tudo prá dá certo, tudo prá dá certo com a mãe da guria. Separou, né.” (uma mãe).

“Tô fazendo uma casinha”!

“Como eu falei, ele tinha filho, né. Tava querendo fazer uma casa pra ele, tava construindo uma casa prá ele até, na época. Fazendo uma casinha. Até perguntei: ‘o que tu vai fazer agora que tem filho?’ ‘Tô fazendo uma casinha’ (primo).

Os adolescentes vislumbravam nos estudos uma situação de vida melhor que a dos seus pais, buscando profissões de melhor qualificação. Existia o incentivo dos pais, que depositavam nos filhos toda uma expectativa de um futuro promissor, o que foi interrompido pela morte prematura. Disse uma mãe: *“queria ser engenheiro agrônomo, que nem o meu patrão”*.

Um pai relatou:

“Quería sê advogado. ‘Que Deus te ilumine meu filho, a única coisa que o pai pode dá prá vocês é estudo. O pai vai dá o que pode, a tua mãe também. Estuda, estuda e estuda! Vai vê até onde tu pode. A gente vai trabalhar prá tu entrá na faculdade. A gente vai lutá prá consegui uma bolsa prá ti, alguma coisa’. Ele era muito estudioso, era caprichoso os caderno dele. Muito caprichoso, sabe?”

A maioria dos adolescentes que estavam inseridos na delinqüência fazia planos de sair dessa vida e ter uma situação e emprego mais estável para desfrutar o convívio com a família. Segundo os familiares, o peso da instabilidade dessa situação os mobilizava a buscar uma condição social melhor.

“Ele falava que ele queria pará de roubá, queria trabalhá, ajudá a mãe. Quería dá uma casa prá ela, né. Era isso que ele falava. Sempre falava isso. Daí ele se esforçava, tentava saí prá rua, mas não adiantava. Tirô foto, ela tava tentando fazê os documento dele prá vê se ele conseguia. Até saiu algumas vezes prá procurá serviço, né.

Mas é que uma pessoa que é assim é difícil de conseguir, né. A gente que é direito, não consegue, né? Daí ele não... às vezes ele ia, às vezes ele não ia” (uma irmã).

Ter uma casa melhor era um sonho do adolescente, compartilhado pela família, pois significava, além do conforto, uma posição melhor no estrato social de convívio. Grande parte dos adolescentes que foram assassinados morava em residências com precárias condições, como já foi mencionado anteriormente.

“(...) o tempo que ele tinha, ele comentava mil e um sonhos, queria fazer a casa maior, a gente gosta muito de progredir, quem não gosta? Sonhar alto, botar um armazém lá, a gente sonhava” (uma mãe).

“Aí antes dele morrer, que ele morreu dia 9 de novembro, aí ele queria... queria fazê aniversário, né. No dia 15 ele queria fazê o aniversário dele. Fazer a casa dele, arrumá direitinho, fazê banheiro. Arrumá a casa dele, né. Mas não deu...” (outra mãe).

Alguns adolescentes vislumbravam uma situação melhor de vida a partir do trabalho ou da possibilidade de fazer parte do quartel ou ainda de ser jogador de futebol. Essas possibilidades, segundo os familiares, eram mais viáveis para que atingisse um determinado patamar no estrato social. A afirmação seguinte ilustra as pretensões e o sonho de ser jogador de futebol como uma saída real:

“Queria ser jogador. Desde pequeno freqüentava o Grêmio. Era um sonho que queria realizar. Queria servir no quartel. Falava em casar” (uma mãe).

Conforme a tabela 17, 21,1% dos adolescentes não verbalizavam planos para o futuro, sendo que tal atitude foi observada não apenas naqueles que viviam situações de risco. Conforme relato das famílias isso estava associado a adquirir coisas mais imediatas, ao consumo do momento. Por outro lado, familiares observavam também uma falta de perspectiva, manifestada por um comportamento apático por parte de alguns adolescentes, não correspondendo às expectativas dos pais.

“... o que que tu vai ser? Não sei. O que tu pretende da vida? Também não sei...”

“Não, ele sempre foi do momento, sempre ganhava o dinheiro dele e gastava em roupa, andava sempre bem vestido, nunca pensava no futuro...” (uma mãe).

O comentário de um tio reforça essa realidade:

“(...) eu achava ele muito assim perdido, muito apático, porque ele nunca idealizou nada prá vida dele, assim, tudo prá ele tava bom. D. hoje nós vamos comer tal coisa, tava bom, D. hoje não vamos comer nada, tava bom. Quanto a isso ele sempre foi... se dava bem com todo mundo, calmo, nunca cometeu um ato de violência contra ninguém, nem contra a irmã menor, nunca praticou nenhum tipo de ato assim, só que ele não tinha ideal nenhum, e isso eu notava porque tu perguntavas coisas prá ele e ele era muito apático, tanto faz, sei lá, o que tu vai ser, não sei, o que tu pretende da vida, também não sei, era assim”.

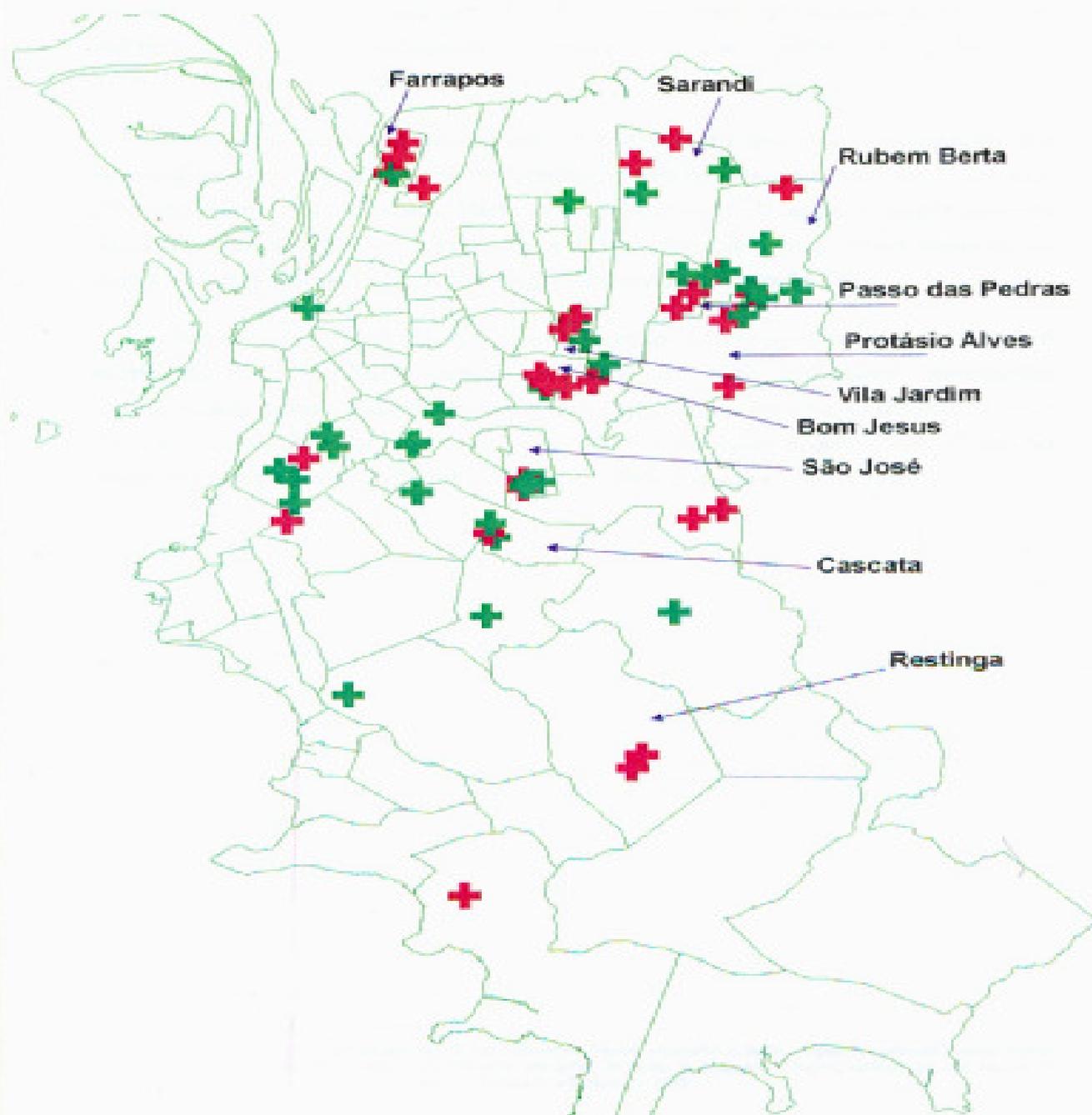
5.1.4 A distribuição dos homicídios dos adolescentes nos bairros de Porto Alegre

No intuito de sintetizar alguns dos achados já apresentados, o recurso da espacialização nos permite visualizar a distribuição dos homicídios dos adolescentes no mapa da cidade a partir da residência e local de ocorrência, associando com situações de risco, como uso de drogas, passagem pela FEBEM e polícia e antecedentes criminais, identificando a heterogeneidade dos bairros em Porto Alegre. O anexo E permite identificar e localizar os diversos bairros que compõe o mapa da cidade.

A figura 7 mostra a distribuição da residência dos 68 adolescentes assassinados em 1997, juntamente com as situações de risco. Pode-se verificar que os óbitos se concentraram principalmente nos bairros Farrapos, Sarandi, Rubem Berta, Protásio Alves, Passo das Pedras, Vila Jardim, São José, Cascata e Santa Tereza. Na análise conjunta da distribuição dos adolescentes que

apresentavam uma das situações de risco, estas também se concentraram nos bairros que apresentaram maior número de mortes.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS SEGUNDO LOCAL DE MORADIA E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, RS, 1997.



Fonte: CEDIS/CVB/SMS/PMPA

+ Situações de risco (drogas, polícia, FEBEM, antecedentes criminais)

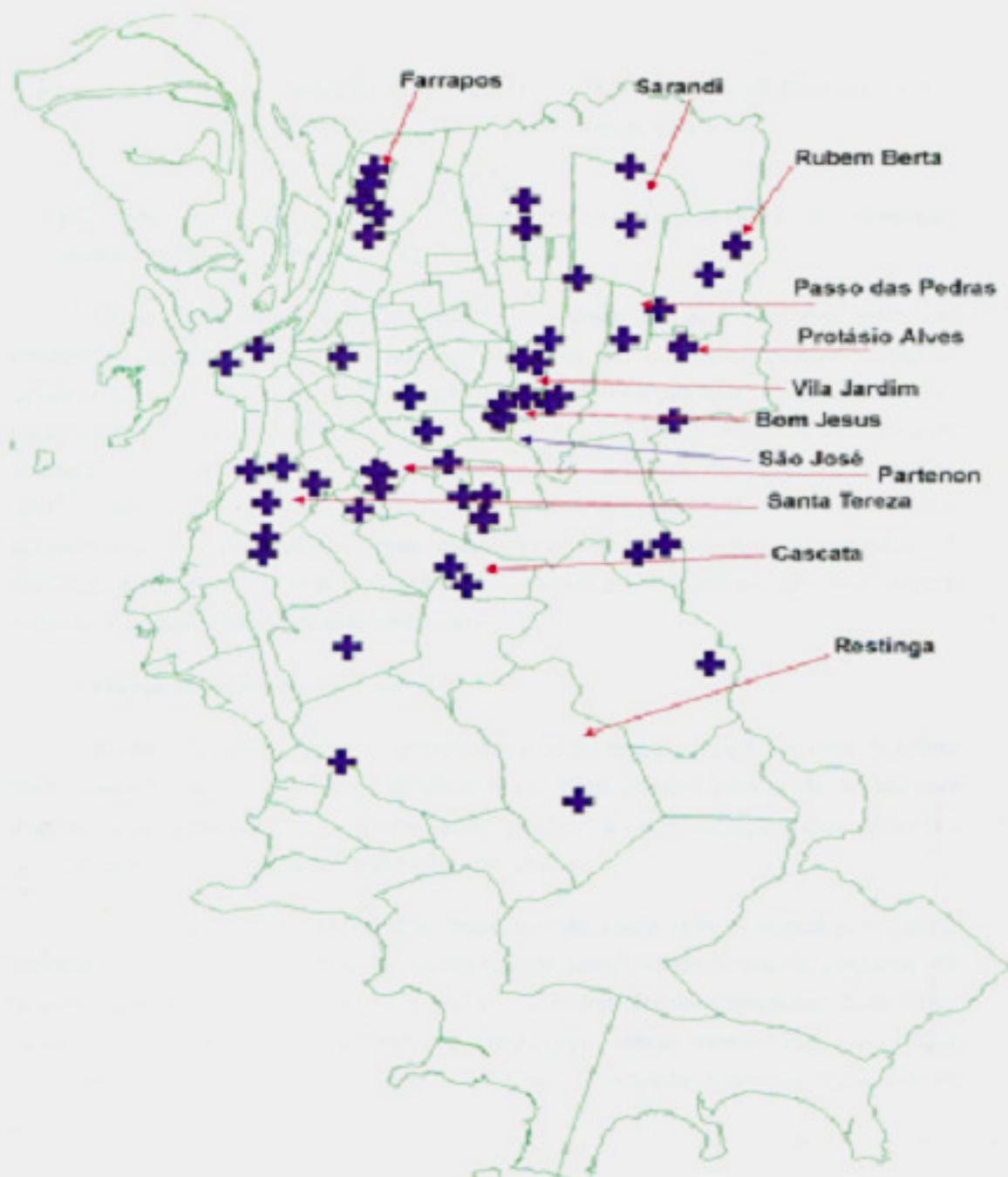
+ Sem situações de risco

A figura 8 mostra a distribuição dos óbitos nos bairros a partir da ocorrência do evento. Nesse aspecto, observa-se que a maioria dos adolescentes morreu próximo à sua residência, indicando que a ocorrência se sobrepõe ao local de moradia na maioria dos bairros.

A análise conjunta das figuras 7 e 8 mostra que a espacialização dos homicídios dos adolescentes se concentra em alguns bairros, como Santa Tereza, Sarandi, Bom Jesus, Cascata, Partenon e Farrapos, onde aparece maior número de óbitos por residência e ocorrência e também concentra maior número de domicílios em aglomerados subnormal*, conforme censo de 1991.

No entanto, esses bairros, com exceção do bairro Cascata, apresentam oferta de infra-estrutura, como instalação de rede hidráulica, instalações sanitárias adequadas, rede de esgoto e serviço de coleta de lixo. O diferencial está nos indicadores econômicos, sendo que nos bairros onde ocorreram os óbitos há maior concentração de famílias com baixa renda e baixa escolaridade.

FIGURA 8 – DISTRIBUIÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 19 ANOS SEGUNDO LOCAL DE OCORRÊNCIA, PORTO ALEGRE, RS, 1997.



Fonte: CEDIS/GVS/IMS/PMPA

6 “O TAPETE DE PENÉLOPE”: AS INTERFACES ANALÍTICAS NO DIÁLOGO COM A BIBLIOGRAFIA

6.1 Os homicídios entre adolescentes: articulando a situação socioeconômica, a raça/cor e gênero.

Nesse item buscamos descrever e analisar as inter-relações entre as categorias de gênero, raça/cor e socioeconômicas, as vulnerabilidades e situações de homicídio observado nesse grupo populacional. Para que essas análises se tornassem possíveis, buscamos construir cruzamentos entre algumas variáveis na intenção de investigar as suas influências nas histórias de vida e morte dos adolescentes. Houve um esforço de combinar analiticamente os dados quantitativos e qualitativos, mas essas análises certamente não esgotam a temática considerando-se a limitação das abordagens e métodos de pesquisa em relação à complexidade dessas imbricações.

Homicídio: destino de classe?

Todos os adolescentes sujeitos do estudo eram procedentes de famílias com situação socioeconômica desfavorável, com baixos níveis de renda *per capita*. Por essa razão, é importante avaliar a inter-relação dos aspectos socioeconômicos com as situações de homicídio.

O estudo da associação das situações de risco com a renda *per capita* (tabela 18), mostra que em todas as faixas de renda identifica-se o consumo de drogas, passagem pela FEBEM e polícia e antecedentes criminais. Mas essas situações concentram-se na faixa de renda *per capita* menor que um salário mínimo, sendo que o único caso sem renda apresenta todas as variáveis de situação de risco. Isso nos leva a pensar que quanto menor a renda maior é a predisposição a essa situação de violência.

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO A RENDA *PER CAPITA* E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997

situações de risco	sem renda < 1 sal. min.		1 a < 2 sal min		2 a 3,4 sal min		total			
	n	%	n	%	n	%	n	%		
drogas	1	5,6	10	55,6	3	16,7	4	22,2	18	100,0
passagem FEBEM	1	4,5	13	59,1	4	18,2	4	18,2	22	100,0
passagem policia	1	5,9	10	58,8	4	23,5	2	11,8	17	100,0
antecedentes criminais	1	5,6	12	66,7	2	11,1	3	16,7	18	100,0

Conforme o relato de um familiar, as atividades ilícitas, como venda de drogas, eram vistas como únicas alternativas para a manutenção econômica.

“Ele tava sempre fazendo biscate, vendendo...ele começou a vendê...prá sobrevivê como ele disse”.(uma cunhada).

Como o objetivo dessa pesquisa é trabalhar somente com os adolescentes que foram assassinados, não é possível fazer uma comparação com outros jovens de famílias que apresentam rendas superiores ao grupo de estudo e verificar se existe associação das situações de risco com a inserção socioeconômica. A constatação, como já foi dito anteriormente, é que todos os adolescentes que sofreram essa violência nesse ano de estudo pertenciam a famílias com precária inserção socioeconômica, sendo possível inferir que essa condição predispõe a situações de risco vinculadas a condutas sociais inadequadas e à violência.

No estudo realizado por Assis e Souza (1999) sobre delinqüência juvenil foi constatado que a maioria dos sujeitos também pertenciam a classes populares, vivendo em situações de pobreza e exclusão social. As ocupações dos componentes familiares eram em trabalhos não-especializados com baixa remuneração. Os dados desse estudo confirmam, em grande parte, os resultados obtidos com as famílias dos adolescentes que morreram em Porto Alegre no ano de 1997.

Homicídio: destino de raça/cor?

É possível também observar diferenças na distribuição dos homicídios em relação à categoria raça/cor. Como foi citada no capítulo anterior, a proporção de homicídios na faixa etária de 10 a 19 anos foi maior na raça branca. No entanto, o Teste de Comparação de Proporções, na tabela 19, mostra que a proporção de óbitos entre negros e pardos é bastante superior ao esperado, quando comparada com a proporção da população por raça/cor em Porto Alegre, já que os brancos representam 84,1% dessa, segundo o Censo do IBGE de 1991 (Costa, 1999a). Assim, as diferenças encontradas na distribuição das mortes segundo raça são estatisticamente significativas ($p < 0,05$). Isso revela que a distribuição dos homicídios por raça/cor no ano de 1997 difere daquela encontrada na população da cidade.

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NA CIDADE E DOS HOMICÍDIOS SEGUNDO RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997

raça/ cor	Porto Alegre*		população em estudo**		p***
	n	%	n	%	
brancos	1.061.939	84,1	35	51,5	0,00006
negros	89.206	7,2	17	25,0	0,005
pardos	104.317	8,2	15	22,1	0,03

* Censo de 1991/não considerados indígenas e orientais

** homicídios em 1997/ 1 caso de raça/cor ignorado

*** Nível de significância do teste de comparação de proporções

A partir de teste estatístico foi constatado que nesse grupo de estudo os pardos e negros estavam mais expostos aos homicídios que os brancos. Estudos revelam que a violência estrutural atinge mais os negros, por apresentarem condições de vida mais precárias, como foi constatado em uma pesquisa realizada na região metropolitana de Salvador, Bahia (Noronha et al., 1999).

As tabelas que seguem mostram a análise conjunta da categoria raça/cor com outras variáveis. Como o número de óbitos em cada categoria é muito pequeno, não foi possível utilizar testes estatísticos para verificar o nível de

significância dos resultados. Portanto, será utilizada somente a descrição desses achados a partir das proporções encontradas nas diferentes categorias de cada variável.

Na tabela 20, observa-se que a distribuição dos óbitos entre brancos e pardos foi maior na faixa etária de 18 a 19 anos, enquanto que entre os negros os óbitos nas duas faixas foram quase equivalentes, mas com uma proporção um pouco maior na faixa etária menor de 18 anos. Por outro lado, verifica-se que entre negros e brancos a média de idade foi de 17 anos, com desvios padrão de 2,097 e 1,764, respectivamente, enquanto que nos pardos foi de 18 anos com desvio padrão de 1,125. Isto mostra que não há diferença significativa entre as idades dos adolescentes nas três raças/cor.

TABELA 20 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO IDADE E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997

raça/cor	menor 18 anos		18 e 19 anos		total	
	n	%	n	%	n	%
brancos	13	37,1	22	62,9	35	100,0
negros	9	52,9	8	47,1	17	100,0
pardos	4	26,7	11	73,3	15	100,0
ignorado	1	100,0	0	0,0	1	100,0

Em relação às situações de homicídio, a tabela 21 demonstra que os tipos de agressores mencionados com maior frequência foram delinquentes nas três raças. Chama atenção que os negros foram vítimas dos dois únicos casos de homicídio praticados pela polícia e os brancos foram os que tiveram maior número de casos cujas identidades dos agressores são ignoradas.

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E AGRESSOR, PORTO ALEGRE, 1997

agressor	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
delinqüente	14	43,8	5	35,7	7	63,6
parente	0	0,0	2	14,3	1	9,1
polícia	0	0,0	2	14,3	0	0,0
companheiro	3	9,4	0	0,0	0	0,0
amigos	3	9,4	2	14,3	1	9,1
outros	5	15,5	2	14,3	1	9,1
ignorado	7	21,9	1	7,1	1	9,1
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0

As razões dos homicídios se distribuíram aleatoriamente, portanto não se evidenciaram diferenças significativas entre as raças/cor como mostra a tabela 22. No caso de rixa de *gangs* não houve participação dos brancos e na situação de vítima de roubo não aconteceu nenhum caso entre os negros. Nas razões como motivo fútil e envolvimento com drogas houve participação de todas as raças/cor. Na participação em assaltos existiu envolvimento de negros e brancos. Chamam atenção que nos casos de abuso de poder da polícia e violência sexual os únicos atingidos foram os negros.

TABELA 22 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E RAZÃO DOS HOMICÍDIOS, PORTO ALEGRE, 1997

razão	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
motivo fútil	7	21,9	3	21,4	3	27,3
ignorada	4	12,5	3	21,4	2	18,2
vingança	5	15,6	0	0,0	0	0,0
envolvimento com drogas	2	6,3	1	7,1	1	9,1
vítima de roubo	2	6,3	0	0,0	1	9,1
por causa da namorada	2	6,3	1	7,1	0	0,0
queima de arquivo	3	9,4	0	0,0	0	0,0
companheiro matou por ciúmes	3	9,4	0	0,0	0	0,0
briga entre amigos	2	6,3	0	0,0	0	0,0
participação em assalto	1	3,1	2	14,3	0	0,0
rixa de <i>gangs</i>	0	0,0	1	7,1	1	9,1
abuso poder da polícia	0	0,0	1	7,1	0	0,0
bala perdida	1	3,1	1	7,1	0	0,0
Homicídio precedido de violência sexual	0	0,0	1	7,1	0	0,0
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0

Na tabela 23, onde estão colocadas as situações de risco, verifica-se que entre os brancos a proporção de usuários de drogas é menor, o que ocorre de forma inversa em relação aos pardos e negros. Em relação à FEBEM essa situação se repete, sendo que mais da metade dos negros e pardos já tinham história prévia de passagem por essa instituição. Entre os pardos percebe-se também maior proporção de antecedentes criminais.

TABELA 23 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E AS SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997

situações de risco	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
uso de drogas						
sim	9	28,1	6	42,9	6	54,5
não	16	50,0	5	35,7	5	45,5
ignorado	7	21,9	3	21,4	0	0,0
passagem pela FEBEM						
sim	9	28,1	8	57,1	6	54,5
não	22	68,8	6	42,9	5	45,5
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
passagem pela polícia						
sim	9	28,1	5	35,7	4	36,4
não	23	71,9	9	64,3	7	63,6
antecedentes criminais						
sim	8	25,0	5	35,7	6	54,5
não	24	75,0	9	64,3	5	45,5
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0

Também se nota diferenças entre as raças/cor quando analisadas em conjunto com a escolaridade. A tabela 24 mostra que a proporção dos que não estudavam na época do óbito é maior em todas as raças. Entre os brancos a proporção dos que estudavam é 25%, enquanto que entre os negros e pardos essa proporção é um pouco menor, apresentando 14,3% e 18,3%, respectivamente.

TABELA 24 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO A FREQUÊNCIA À ESCOLA E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997

raça/cor	estudava		não estudava		total	
	n	%	n	%	n	%
brancos	8	25,0	24	75,0	32	56,1
negros	2	14,3	12	85,7	14	24,6
pardos	2	18,3	9	81,8	11	19,3
total	12	21,1	45	78,9	57	100,0

A distribuição das raças/cor em relação ao nível de escolaridade mostra que entre os brancos apresenta maior concentração entre a 5ª à 8ª série (56,3%) e 6,3% conseguiram atingir o 2º grau. A escolaridade dos negros e pardos se concentrou entre a 1ª à 4ª série, com proporções de 78,6% e 45,5%, respectivamente. Em contrapartida, os pardos foram os que atingiram maior nível de escolaridade em relação às outras raças, pois 18,2% conseguiram chegar ao 2º grau. Os negros apresentaram menor nível de escolaridade, sendo que nenhum deles teve acesso ao 2º grau (ver tabela 25).

Apesar dos brancos, negros e pardos terem apresentado uma média de idade de 17 anos, na análise conjunta das tabelas 20 e 25, verifica-se que em termos de proporções os pardos e brancos tiveram maior concentração de mortes na faixa etária de 18 e 19 anos, o que aumentou suas chances de atingir o 2º grau, diferentemente do que ocorreu com os negros, cujas mortes aconteceram mais na faixa etária menor de 18 anos.

TABELA 25 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997

raça/cor	até a 4ª s		5ª à 8ª s		1º grau ign.		2º grau		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
brancos	11	34,4	18	56,3	1	3,0	2	6,3	32	100,0
negros	11	78,6	3	21,3	0	0,0	0	0,0	14	100,0
pardos	5	45,5	4	36,4	0	0,0	2	18,2	11	100,0

A situação socioeconômica sempre contribuiu, de alguma forma, nas situações de homicídio, vulnerabilidades e situação de risco entre as raças/cor, portanto a análise conjunta dessas informações auxilia na compreensão das inter-relações que existem entre elas.

Cunha (1997), ao analisar os dados dos censos demográficos da população brasileira, identificou a posição de desvantagem relativa da população declarada preta com relação à parda e branca quanto à inserção no sistema educativo formal

e na estrutura produtiva. Essa desigualdade é resultante da concentração desse grupo nos níveis sem instrução e em ocupações consideradas de menor qualificação da mão-de-obra e conseqüentemente com menores rendimentos.

A tabela 26 mostra que em todas as raças a faixa de renda *per capita* que predominou foi a de menos de um salário mínimo. No entanto, entre os negros encontrou-se o quadro mais desfavorável, com o único caso cuja família não tinha renda, além de não atingirem o patamar de 2 salários mínimos. Os brancos apresentaram a maior proporção de renda *per capita*, na faixa de 2 a 3,4 salários mínimos, com 24%, enquanto que entre os pardos somente um caso atingiu essa faixa.

TABELA 26 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RENDA *PER CAPITA E RAÇA/COR, PORTO ALEGRE, 1997.**

raça/cor	sem renda		< 1 sal. min.		1 a < 2 sal min		2 a 3,4 sal min		total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
brancos	0	0,0	16	55,2	6	20,7	7	24,1	29	100,0
negros	1	7,1	9	64,3	4	28,6	0	0,0	14	100,0
pardos	0	0,0	5	45,5	5	45,5	1	9,1	11	100,0

* Três casos de renda ignorada da raça/cor branca

A tabela 27 indica que a escolaridade dos pais nas três categorias de raças/cor se concentrou nos intervalos até a 4ª série e da 5ª à 8ª série. As mães dos brancos tiveram um percentual maior de nível de escolaridade no 2º grau, enquanto que os pais tiveram uma proporção bem menor nessa faixa de escolaridade em todas as raças/cor, principalmente entre os pardos, em que não houve nenhum caso.

TABELA 27 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E ESCOLARIDADE DOS PAIS, PORTO ALEGRE, 1997

escolaridade pais	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
mãe						
até 4ª série	19	59,4	7	50,0	5	45,4
5ª à 8 série	8	25,0	3	21,4	4	36,4
1º g ign	0	0,0	2	14,4	1	9,1
2º grau	4	12,5	1	7,1	1	9,1
ignorado	1	3,1	1	7,1	0	0,0
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0
pai*						
até 4ª série	9	40,9	9	54,5	2	33,3
5ª à 8 série	9	40,9	9	18,2	4	66,7
1º g ign	1	4,5	1	9,1	0	0,0
2º grau	1	4,5	1	9,1	0	0,0
ignorado	2	9,2	1	9,1	0	0,0
total	22	100,0	11	100,0	6	100,0

* não considerados os 18 casos de pais falecidos ou ausentes.

A tabela 28 mostra que, entre os adolescentes brancos, 31,3% estavam inseridos no mercado de trabalho assalariado, tendo a mesma equivalência na proporção dos que não trabalhavam. Verifica-se a mesma distribuição em relação aos pardos. Já entre os negros observa-se que a maior concentração estava em ocupações irregulares (biscates), com 42,9%, enquanto que uma proporção de 35,% não estava inserida no mercado de trabalho.

TABELA 28 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO, PORTO ALEGRE, 1997

trabalho do adolescente	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
assalariado	10	31,3	2	14,3	4	36,4
autônomo	3	9,4	1	7,1	2	18,2
biscate	8	25,0	6	42,9	1	9,1
não trabalhava	10	31,3	5	35,7	4	36,4
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0

Em relação à inserção no mercado de trabalho dos pais, verifica-se que nas três raças/cor a maioria trabalhava em ocupações assalariadas (tabela 29). As mães dos adolescentes brancos e pardos também tinham atividades profissionais autônomas, diferentes do que acontecia com os negros, além de apresentarem uma proporção de 28,6% de atividades irregulares (biscates). Em relação aos pais também se verifica que a maioria apresentava atividades profissionais assalariadas, sendo que somente entre os brancos apareceu um caso de empregador. Entre os negros a proporção de atividades irregulares (biscates), 27,3%, era maior que a autônoma, 18,2%, e entre os pardos as atividades profissionais se concentraram em assalariadas (66,7%) e biscates (33,3%).

TABELA 29 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DOS PAIS, PORTO ALEGRE, 1997

trabalho pais	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
mãe						
assalariada	15	46,9	6	42,8	6	54,5
autônoma	4	12,5	0	0,0	3	27,3
biscate	1	3,1	4	28,6	1	9,1
não trabalhava	11	34,4	4	28,6	1	9,1
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0
pai*						
assalariado	10	45,5	6	54,5	4	66,7
autônomo	5	22,8	2	18,2	0	0
empregador	1	4,5	0	0	0	0
biscate	4	18,2	3	27,3	2	33,3
não trabalhava	1	4,5	0	0,0	0	0,0
ignorado	1	4,5	0	0,0	0	0,0
total	22	100,0	11	100,0	6	100,0

*não considerados 18 casos de pais falecidos ou ausentes

Tratando-se do local de moradia (ver tabela 30), a maioria dos brancos, 93,8%, residiam em locais com infra-estrutura urbana. A proporção de moradias em locais sem infra-estrutura foi maior em negros e pardos, com 21,4% e 36,4%, respectivamente. O único morador de rua era da raça/cor negra.

No que diz respeito às condições de moradia, percebe-se que a maioria das residências tinha assoalho. No entanto, observa-se que entre os pardos existia maior concentração de moradias sem teto e com janelas sem vidro. Também entre os negros a ausência de janelas com vidros representa 50%.

Nas três raças/cor as residências eram de alvenaria ou de madeira e eram constituídas na sua maioria de 4 a 5 peças. Nessas variáveis não se evidenciou diferença entre as raças/cor.

TABELA 30 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E AS CONDIÇÕES DE MORADIA, PORTO ALEGRE, 1997

Condições de moradia	Branços		Negros		Pardos	
	n	%	n	%	n	%
local						
com infra-estrutura	30	93,8	10	71,4	7	63,6
sem infra-estrutura	1	3,1	3	21,4	4	36,4
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
assoalho						
sim	30	93,8	13	92,9	10	90,9
não	1	3,1	0	0,0	1	9,1
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
teto com forro						
sim	23	71,9	9	64,3	5	45,5
não	8	25,0	4	28,6	6	54,6
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
janela com vidro						
sim	16	50,0	6	42,9	5	45,5
não	14	43,8	7	50,0	6	54,5
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	2	6,3	0	0,0	0	0,0
porta com trinco						
sim	27	84,4	11	78,6	9	81,8
não	3	9,4	2	14,3	2	18,2
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	2	6,3	0	0,0	0	0,0
agua encanada						
dentro de casa	26	81,3	12	85,7	10	90,9
no terreno	4	12,5	1	7,1	1	9,1
não tem	1	3,1	0	0,0	0	0,0
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
sanitário						
c/ descarga	26	81,3	10	71,6	10	90,9
s/ descarga	2	6,3	0	0,0	0	0,0
casinha	3	9,4	1	7,1	0	0,0
coletivo	0	0,0	1	7,1	0	0,0
não tem	0	0,0	1	7,1	0	0,0
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
habitação						
alvenaria	16	50,0	7	50,0	7	63,6
mista	3	9,4	1	7,1	1	9,1
madeira	11	34,4	5	35,7	3	27,3
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
peças						
1 peça	3	9,4	1	7,1	1	9,1
2 a 3 peças	8	25,0	4	28,6	3	27,3
4 a 5 peças	11	34,4	6	42,9	5	45,5
6 a 17 peças	8	25,0	2	14,3	2	18,2
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	2	6,3	0	0,0	0	0,0
total	32	100,0	14	100,0	11	100,0

A tabela 31 mostra que a maior parte das famílias, independente da raça/cor, possuía equipamentos domésticos essenciais como fogão e geladeira e outros menos essenciais como televisão e rádio. Verifica-se uma proporção considerável de ausência de geladeira entre os brancos (21,9%), o que se percebe também entre negros e pardos, mas em menores proporções. Nota-se a ausência de televisão nos brancos e pardos e a de rádio somente nos negros. Não se verificam diferenças significativas entre as raças/cor em relação à aquisição de carro.

TABELA 31 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO RAÇA/COR E OS EQUIPAMENTOS DOMÉSTICOS, PORTO ALEGRE, 1997.

equipamentos	brancos		negros		pardos	
	n	%	n	%	n	%
fogão						
sim	30	93,8	13	92,9	11	20,4
não	1	3,1	0	0,0	0	0,0
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
geladeira						
sim	24	75,0	11	78,6	9	81,8
não	7	21,9	2	14,3	2	18,2
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
televisão						
sim	26	81,3	13	92,9	10	90,9
não	5	15,6	0	0,0	1	9,1
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
rádio						
sim	30	93,8	12	85,7	11	100,0
não	0	0,0	1	7,1	0	0,0
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	2	6,3	0	0,0	0	0,0
carro						
sim	5	15,6	2	14,3	2	18,2
não	26	81,3	11	78,6	9	81,8
morador de rua	0	0,0	1	7,1	0	0,0
ignorado	1	3,1	0	0,0	0	0,0
total	32	100,0	11	100,0	11	100,0

Houve diferenças, apesar de tênues, entre negros, pardos e brancos referentes aos aspectos socioeconômicos e situações de homicídios, que pela limitação do número de sujeitos participantes do estudo não nos permite considerar como estatisticamente significativas. Mas alguns fatos apontam que os negros sofreram situações diferenciadas em relação às outras raças/cor: um número maior de mortes na faixa etária menor de 18 anos, níveis mais baixos de escolaridade e renda *per capita*, sendo que um caso não tinha renda, inserção no mercado em atividades irregulares (biscates) e um caso de morador de rua. Esses dados revelam que os negros são os principais atingidos por situações desfavoráveis.

Neste estudo também se observa que entre negros e pardos existia maior proporção de história prévia de uso de drogas e passagem pela FEBEM e os dois únicos casos de homicídios provocados pela polícia foram entre os negros. Em relação à exposição a homicídios provocados por delinquentes, não houve diferenças significativas entre as três raças/cor.

Noronha et al. (1999) apontam que a violência e a raça têm como fator de confusão a posição socioeconômica dos indivíduos, pois, segundo o estudo realizado pelos autores na região metropolitana de Salvador, as vítimas mais freqüentes da violência habitavam bairros pobres. Dessa forma, sendo que os bairros periféricos e caracterizados pela pobreza possuem um contingente maior de negros, é de se esperar que os eventos se concentrem mais nesse grupo.

Em Porto Alegre não é conhecida a distribuição das raças/cor nos bairros, portanto não é possível afirmar que as moradias de negros e pardos se concentrem em locais de precária inserção social. De qualquer forma, foi comprovado estatisticamente que nesse grupo populacional estudado os negros e os pardos apresentaram maior vulnerabilidade aos homicídios. Essa situação não responde sobre a questão da violência, mas remete à reflexão a respeito das diferenças sociais a que os grupos raciais estão submetidos.

Matar e morrer por homicídio: destino de gênero?

Como já foi relatado, o homicídio ocorreu em sua imensa maioria no sexo masculino (91,2%), mostrando que os homens estão mais vulneráveis e suscetíveis a morrer por essa causa de morte. Isso não se verifica somente em relação aos homicídios, mas também em outros agravos que estão inseridos no grupo das Causas Externas descrito no capítulo introdutório à problemática.

É importante ressaltar que todos os homicídios cuja identidade do agressor era conhecida foram provocados por homens, indicando que esse tipo de violência está associado a uma conduta de masculinidade historicamente construída. Na população estudada, esse fato se evidencia tanto em relação à vítima quanto ao seu agressor, correspondendo, portanto, a situações de homicídio em que o envolvimento dos homens predomina.

Os homicídios no grupo estudado estavam relacionados a comportamentos socialmente aceitos, vinculados à disputa de poder característica culturalmente incorporada a cultura masculina. A maioria das vítimas eram homens que foram assassinados por outros homens, e os assassinos das mulheres também eram homens.

O número reduzido de óbitos femininos (8,8%) também indica que as razões e situações de homicídio que ocorreram nesse grupo populacional são distintas entre os sexos. Os fatos que explicam esses assassinatos nos homens e nas mulheres são diferentes e estão associados às representações históricas e culturalmente construídos das relações sociais entre os sexos.

A tabela 32 mostra que as razões do homicídio no sexo masculino se distribuem de diferentes formas. Motivo fútil foi caracterizado pelas famílias como a principal razão dos óbitos no sexo masculino, sucedido por vingança, vítima com envolvimento com drogas, participação em assaltos e queima de arquivo.

Nas palavras dos familiares, os “delinquentes” apareceram como os principais responsáveis pelos óbitos do sexo masculino, acompanhados por uma

diversidade de agressores, como ignorado, outros, amigos, parente e polícia, sucessivamente.

TABELA 32 – DISTRIBUIÇÃO POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO E SITUAÇÕES DE HOMICÍDIO, PORTO ALEGRE, 1997

situação do homicídio	masculino		feminino	
	n	%	n	%
razão				
ignorada	9	17,3	0	0,0
rixa de <i>gangs</i>	2	3,8	0	0,0
vítima de roubo	3	5,8	0	0,0
motivo fútil	12	23,3	1	20,0
envolvimento com drogas	4	7,7	0	0,0
por causa da namorada	3	5,8	0	0,0
vingança	8	15,4	0	0,0
briga entre amigos	2	3,8	0	0,0
companheiro matou por ciúmes	0	0,0	3	60,0
participação em assalto	3	5,8	0	0,0
abuso poder da polícia	1	1,9	0	0,0
bala perdida	2	3,8	0	0,0
queima de arquivo	3	5,8	0	0,0
homicídio precedido de violência sexual	0	0,0	1	20,0
agressor				
delinqüente	25	48,1	1	20,0
parente	3	5,8	0	0,0
polícia	2	3,8	0	0,0
companheiro	0	0,0	3	60,0
amigos	6	11,5	0	0,0
outros	7	13,5	1	20,0
ignorado	9	17,3	0	0,0
total	52	100,0	5	100,0

Os óbitos que foram classificados como motivo fútil se caracterizaram por discussões e brigas disseminadas em festas ou nos bairros, desencadeadas por disputa de poder, diferenças de opinião entre grupos ou assassinatos sem nenhuma razão explicativa.

Em uma situação um jovem foi comemorar o dia do seu aniversário numa pizzaria. Ao retornar para casa com a prima, sofreu a agressão. Essa situação exemplifica o que uma mãe definiu como um motivo fútil.

“Eles tavam na parada daí o Passo das Pedras demorô e eles pegaram o Leopoldina. Daí os caras começaram a mexê com minha sobrinha no ônibus e ele resolveu descê no 24h ali, né? Mas nunca imaginô que os três rapazes ia descê atrás. E daí descendo... descendo do ônibus os caras vieram atrás correndo. E não sei qual foi a reação dele, se ficô parado não correu, gritô. Só gritô prá minha sobrinha corrê. E ficô parado. Daí o cara puxô da mochila um punhal e esfaqueou ele. E um policial, que deu declaração pegou o rapaz, disse que viu ainda quando ele tava com as mão prá cima e...(chorando)” (uma mãe).

No depoimento acima se verifica uma conduta injustificável do agressor perante uma situação em que a vítima não teve qualquer participação ativa no crime. As circunstâncias dessa morte revelam uma atitude agressiva de disputa de poder entre homens para se imporem, ou seja, mostrarem sua masculinidade a partir de uma conduta socialmente consagrada e que se baseia na intimidação e no ato violento.

Na situação do assassinato por vingança, esse ato “justifica-se” na participação das vítimas nesse processo. Muitos desses adolescentes tinham atitudes violentas, manifestadas em envolvimento em brigas, agressão física, crime contra o patrimônio e a vida das pessoas, provocando nos agressores o anseio por justiça, configurada em um ato de vingança.

As histórias desses homicídios são reveladoras dessas situações e ilustram nossas análises:

“Aí até nesse dia que ele morreu, foi numa terça-feira, ele tinha tado na minha casa segunda, né. Que ele andô brigando com um cara, numa festa, no primeiro do ano e ele matou o cara. Ele matô. Dali 21 dias que ele tinha matado esse rapaz que morava, era, tava tudo numa

festa de 1º do ano, ele... o pai dele matou ele, o pai desse rapaz matou o meu guri” (uma mãe).

Outra razão apontada como causa da morte dos adolescentes foi o envolvimento com drogas ou o relacionamento com traficantes. A exposição a essa situação de risco ocorreu somente no sexo masculino, e indica, de certa forma, a busca, mesmo que ilícita, do poder econômico, associado ao desafio ao poder instituído, além de apontar para a falta de perspectiva no mercado de trabalho.

Conforme o relato de uma cunhada, o tráfico de drogas era a única alternativa de sobrevivência para um dos adolescentes, o que gerava um clima de disputa, medo e morte:

“(...) a realidade? Pode dizê? Ele vendia drogas...tava envolvido com drogas. Mas não matava ninguém, não fazia mal prá ninguém. Fazia mal prá ele mesmo. Eu não sei o que que houve...essas coisas de gang que disseram que o fulano matou, o beltrano matou. Só que ele não tinha feito nada. É que ele não fazia. Ele só fazia isso, chorava inclusive. Ele dizia prô irmão mais velho, meu marido, 'eu faço isso prá mim sobrevivê. Prô meu pai não passá fome. Eu não gosto dessa vida que eu levo. Mas eu não tenho trabalho, não tenho estudo'. E aconteceu que ele tava numa peça vendendo...ele chamou o irmão. Ele tava bêbado, embriagado. E chamô, chamô...não sei se alguém tava atrás dele, tava desconfiado...chamô esse irmão, e o irmão não atendeu...que ele tava na rua zanzando. Daí quando o irmão dele...o irmão dele viu, só o barulho. Quando viu já tinha acontecido. Quando ele foi atendê já saíram atirando. Não deu tempo. Não sei se mandaram fazê...porque essas coisa assim...quem vende mais....vende menos né. Em vila...eles acham que tem que...tem que vendê mais né.? Eu acho que deve tê sido isso, sei lá (uma cunhada).

As disputas pelas mulheres também fazem parte das razões dos homicídios. A preservação do espaço de poder se dá pelo controle das mulheres,

que não podem se envolver afetivamente com indivíduos que não pertencem ao grupo.

“Ele matou meu irmão por ele namorar a guria do lugar onde ele morava. Porque muitos de lá onde este rapaz mora não gosta de gente da nossa rua. Porque como meu irmão morava, mesmo não estando metido em confusão, mas morava aqui, né” (uma irmã).

Outras situações, como rixa entre gangs, participação em assalto, brigas entre amigos e queima de arquivo, indicam que a vulnerabilidade ao homicídio caracteriza-se por uma conduta “masculina” de circular em espaços que propiciam esses riscos. Esses comportamentos estão relacionados com uma conduta esperada do sexo masculino, que é impor desafios e riscos à sua integridade física, o que explica o maior número de mortes nesse grupo em relação às mulheres.

Nessa perspectiva, Willis (1991) refere que a violência é uma das formas de expressar a masculinidade, *“regula uma espécie de honra”* (p.52). Segundo o autor, é uma forma de manifestar a virilidade e manter a hierarquia dentro de um grupo.

Essa expressão da masculinidade mediante a violência também ocorre no domínio do corpo feminino. As razões dos óbitos das adolescentes foram diferentes dos motivos que levaram os jovens do sexo masculino à morte. Conforme a tabela 33, a principal razão do assassinato no sexo feminino foi ciúmes do companheiro, que foi quem cometeu o crime.

Essas situações de homicídios envolvendo as mulheres apontam também para as culturas de gêneros como atributos explicativos. Os companheiros das três adolescentes tinham características em comum: todos apresentavam história de antecedentes criminais e envolvimento com assaltos, homicídios e tráfico de drogas. A relação que eles mantinham com elas era de posse, e o assassinato ocorreu no momento em que essas adolescentes reagiram de forma inesperada às imposições de conduta. Uma mãe relata o seguinte:

“Ele era muito ciumento, doentio porque ele matou ela por causa de ciúme. Ela tinha saído prá dançar. Ele subiu com ela, ela já não tava mais com ele, ela tinha se separado por causa dessa criança que ela teve que dá e porque ele tinha muito ciúme dela, ele queria ela e não queria as crianças. Perseguiu ela, foi até em casa e matou.”

Saffioti (1994) estudou essas situações e afirma que o espaço público é eminentemente masculino e os homens estão mais expostos a sofrer violência por parte de outros homens nesses lugares. As mulheres sofrem violência no espaço privado e seus agressores são geralmente ex-maridos, ex-companheiros e ex-namorados.

A partir de dados publicados pelo IBGE em 1988, a autora constatou que 70% dos casos de homicídios praticados pelos homens contra as mulheres relacionam-se com a inconformidade masculina em relação à separação. A situação das três jovens, deste estudo, que foram mortas por seus companheiros, comprova esses achados.

Entre as demais adolescentes as situações de morte foram as seguintes: uma delas estava com um grupo que fazia roleta russa, por discordar dessa prática foi assassinada por um dos seus componentes; a outra sofreu violência sexual sucedida de morte. Nesse segundo caso, observa-se a força física como determinante na imposição de poder do masculino sobre o corpo feminino.

O relato da mãe dessa adolescente confirma a impossibilidade de defesa diante dessa situação:

“Daí ele se agarrou e foi levando. Diz que as outras gurias viram, parece que ele ameaçou. Diz que era uma turma (chorando). Diz que usou uma arma de caça. E aí diz que... fez o que tinha que fazê, né. Diz que deu um tiro na cabeça dela. Ela começô a gritá, a pedi socorro. A polícia contou que foi abafada com um colchão e por um trabisseiro prá ninguém ouvi o tiro. Daí ele tentou enterrá ela, decerto prá ninguém vê” (uma mãe).

É inegável, no entanto que, as mortes desses adolescentes estavam também relacionadas com as situações de risco em que eles estavam envolvidos. A tabela 33 mostra que essas situações se manifestaram tanto no sexo masculino quanto no sexo feminino.

TABELA 33 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO O SEXO E SITUAÇÕES DE RISCO, PORTO ALEGRE, 1997

situações de risco	masculino		feminino	
	n	%	n	%
uso de drogas				
sim	18	34,6	3	60,0
não	24	46,2	2	40,0
ignorado	10	19,2	0	0,0
uso de armas				
sim	12	23,1	0	0,0
não	38	73,1	5	100,0
ignorado	2	3,8	0	0,0
passagem pela FEBEM				
sim	21	40,4	2	40,0
não	30	57,7	3	60,0
ignorado	1	1,9	0	0,0
passagem pela polícia				
sim	17	32,7	1	20,0
não	35	67,3	4	80,0
antecedentes criminais				
assalto e tráfico de drogas	5	9,6	0	0,0
tráfico de drogas	1	1,9	0	0,0
homicídio	1	1,9	0	0,0
assalto	6	11,6	0	0,0
assalto tráfico de drogas e homicídios	2	3,8	0	0,0
furto	1	1,9	2	40,0
agressão	1	1,9	0	0,0
não tem antecedentes criminais	35	67,4	3	60,0
total	52	100,0	5	100,0

Observa-se que a maioria das mulheres assassinadas consumia drogas (60%). Em contrapartida, entre os homens, a proporção de usuários de drogas (34,6%) era elevada, mas menor em relação aos que não usavam (46,2%). Esse

dado deve considerar as limitações da informação, pois no sexo masculino encontrou-se 10 casos em que o uso de drogas era ignorado.

Nesse grupo populacional, a prática do uso de armas ocorria somente no sexo masculino, o que denota uma atitude prévia de defesa ou ataque. Essa prática é condicionada culturalmente e os homens assumem esse comportamento e aderem mais comumente ao uso privado ou “esportivo” das armas de qualquer espécie, contrariamente ao comportamento feminino.

Não se observa diferença significativa nas variáveis passagens pela FEBEM e polícia entre os sexos masculino e feminino. No entanto, com relação à variável antecedentes criminais, percebe-se que os homens participavam de atividades ilícitas mais graves, como assaltos, tráfico de drogas, agressões e homicídios, enquanto que as mulheres envolviam-se em furtos, por exemplo.

Essas situações de risco, em parte, explicam a predominância de homicídios no sexo masculino, pois esses jovens adotavam atitudes desencadeadoras de violência, tornando-se mais expostos a esse desfecho. Já a vulnerabilidade feminina entre as cinco adolescentes que foram assassinadas está relacionada à atitude de passividade em relação ao seu agressor, o que é culturalmente esperado das mulheres e ocorre de forma mais evidente nesses estratos sociais.

Essa relação se confirma na variável planos para o futuro, em que 60% das adolescentes estudadas (três) não tinham nenhuma idealização, diferente dos homens que apresentavam como principal projeto de vida os estudos e a ascensão profissional. As duas adolescentes que tinham planos para o futuro estavam mais direcionadas a situações do momento, como trabalho e consumo, mudança de vida e dedicação à família (ver tabela 34).

TABELA 34 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO E PLANOS PARA O FUTURO, PORTO ALEGRE, RS, 1997

planos para o futuro	masculino		feminino	
	n	%	n	%
trabalho e consumo	14	26,9	1	20,0
estudo e ascensão profissional	16	30,8	0	0,0
mudar de vida e dedicação à família	11	21,2	1	20,0
sem planos	9	17,3	3	60,0
ignorado	2	3,8	0	0,0
total	52	100,0	5	100,0

A tabela 35 mostra uma maior proporção de mulheres com filhos, enquanto que entre os homens essa proporção é menor, apesar de ser elevada. Isso em parte responde ao fato de que duas das adolescentes tinham planos direcionados ao momento, principalmente relacionados à dedicação à família. Também a falta de projetos para o futuro pode estar relacionada à precocidade da maternidade, já que é pouco provável que as gestações tenham sido planejadas, por todas estarem na adolescência.

TABELA 35 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM ESTUDO SEGUNDO SEXO DOS ADOLESCENTES COM FILHOS, PORTO ALEGRE, 1997

adolescentes com filhos	masculino		feminino	
	n	%	n	%
filhos				
sim	19	36,5	3	60,0
não	33	63,5	2	40,0
total	52	100,0	5	100,0

É interessante refletir sobre a situação de mulheres jovens que precocemente sofrem com a violência decorrente das relações assimétricas entre os sexos. É importante rever o papel feminino, principalmente das jovens

procedentes de famílias de precária inserção socioeconômica, cujas aspirações para um futuro melhor estão suprimidas, condicionadas à maternidade precoce, pela ausência de liberdade de escolha e ao meio violento em que vivem.

6.2 Histórias de vida e morte – síntese das dimensões em estudo

As dimensões socioeconômicas, familiares e individuais dos adolescentes estão inter-relacionadas com suas histórias de vida e morte. Buscamos nesse exercício analítico uma síntese compreensiva desse conjunto de imbricações.

Indubitavelmente a precária situação socioeconômica permeou, de alguma forma, todas as situações de homicídios vividas pelos adolescentes. Isso se verifica pela homogeneidade das variáveis que constituíram essa categoria, que se caracterizaram na baixa escolaridade dos pais, nos baixos níveis de renda *per capita* e nas precárias condições de moradia.

Conforme mostram os resultados, nos locais onde residiam os adolescentes a maioria dos indicadores de oferta de condições de infra-estrutura eram satisfatórios, somando-se ao fato de que a maioria das famílias possuía equipamentos domésticos essenciais. No entanto, esses indicadores numéricos não expressam a realidade como esta é presenciada “*in loco*”, pois as casas apresentavam, na sua maioria, condições precárias na sua estrutura, configurando uma paisagem feia e desorganizada quando distribuídas no conjunto de determinado espaço urbano.

Neto e Moreira (1999) apontam que a mera quantificação em índices que tradicionalmente são aferidores de qualidade de vida sempre representará, por mais apurada que seja a sua técnica, uma constatação voltada apenas para aspectos mensuráveis, não contemplando as complexas e abrangentes relações socioeconômicas e políticas. Os autores reforçam a importância da avaliação das condições de vida de forma qualitativa para compreender e elucidar a realidade com suas carências e ausências.

Portanto, as características desse espaço urbano não podem ser analisadas somente pelos indicadores sociais, mas também pelas situações sociais,

econômicas e culturais desses locais, considerando as inter-relações que se estabelecem entre seus habitantes e as necessidades não só materiais, mas de lazer, estéticas, entre outras.

Esses adolescentes pertenciam a famílias cujos pais, em sua maioria, trabalhavam e não apresentavam história de criminalidade. No entanto, residiam em locais, que a partir de seus relatos, eram considerados violentos por eles próprios, pelo alto grau de marginalidade decorrente de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, assassinatos e roubos, sendo que muitos desses adolescentes participavam dessas atividades.

O tráfico de drogas é uma atividade ilícita que oferece altos níveis de renda, sendo portanto, gerador de conflitos que atingem todos os indivíduos que ocupam o mesmo espaço urbano, principalmente nos locais onde concentram-se famílias com baixo poder econômico. Esses conflitos expõem todos os moradores, tanto os que estão envolvidos com essas atividades quanto os que não estão.

Zaluar (1992) aponta para o problema da identificação da pobreza como origem da violência. A autora refere que a carência material associada a grupos raciais e residenciais é objeto da suspeita da prática de atos ilegais ou ilícitos ou de ser agente da violência. Esse sentido da falta é estendido ao plano moral, desaparecendo as fronteiras entre o pobre honesto e o marginal ou criminoso, ganhando esses grupos o rótulo de “*classes perigosas*” (ibid, p. 115), não considerando a experiência da exclusão política e social e da violência institucional a que estão submetidos esses grupos populacionais.

Diante do que refere a autora, entendemos que a morte desses adolescentes, todos oriundos de famílias com precária inserção social, mostra a vulnerabilidade à violência a que estão submetidos os indivíduos que sofrem com o fenômeno da marginalidade no sentido amplo e com a segregação urbana.

Por outro lado, Zaluar (1996) também nos auxilia nessa compreensão quando afirma que o fator econômico não é o único determinante para a explicação dos fatos. É preciso buscar um conjunto de fatores que desencadeiam

uma rede de associações que, como descreve a autora, é como o tapete de Penélope, nunca termina.

Nessa rede que indica a autora, a família sofre os efeitos resultantes desses infindáveis entrecruzamentos. Essas famílias que passaram pela experiência da perda violenta dos seus filhos tiveram o fator externo como principal responsável por esse desfecho.

Assis e Souza (1999) referem que a responsabilidade socialmente atribuída à família é suprimida pelas precárias condições de vida relacionadas à extrema pobreza e violência, o que as impede de conduzir a educação dos seus filhos e o controle dos mesmos, incapacitando-a de apontar aos filhos os limites à convivência em sociedade. Portanto, não se pode considerá-la como a única ou como a principal responsável pelo envolvimento dos jovens no mundo do crime. Quando existe a influência da família, essa é potencializada pela ação de uma conjuntura social em que a miséria, o narcotráfico, a lógica da cultura do consumismo, a influência perversa da comunidade, onde é comum o uso de drogas, de armas e de assassinatos, predispõe a mecanismos de violência cotidiana.

Nesse estudo, não foi possível aprofundar, a partir dos relatos, se as relações internas estabelecidas nas famílias tiveram influência direta e definitiva nas situações de homicídio. A constituição familiar, a distribuição dos pais sociais e o relacionamento que os adolescentes mantinham com ambos os pais, tanto os satisfatórios, como os insatisfatórios, não evidenciaram diferenças na distribuição estatística das situações de risco como uso de drogas, passagem pela FEBEM e polícia e antecedentes criminais.

A ausência da figura paterna em 18 casos mostrou que em nove casos os adolescentes apresentavam situações de risco. Em uma reportagem da Folha de São Paulo (Caderno cotidiano, 1998) realizada a partir de dados preliminares de uma pesquisa financiada pelo Ministério da Justiça e realizada em conjunto pela FEBEM e pela Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, mostra que as famílias de jovens infratores 50% são chefiadas somente por mulheres. Essa situação é

influenciada pelo baixo poder aquisitivo em que estão submetidas às mulheres, o que pode induzir os jovens a busca de atividades ilícitas para compensar o baixo rendimento familiar. Em Porto Alegre 47% das mulheres chefes do domicílio apresentam escolaridade inferior ao 1º grau, dificultando a inserção no mercado de trabalho em atividades de maior qualificação e remuneração predispondo a situação de maior pobreza.

Por outro lado, a mesma reportagem, atribui a ausência do pai como um dos fatores responsáveis, que levam os jovens a eleger os líderes de grupos de rua como modelos a serem seguidos com a intenção de receber deles a proteção. Nas favelas do Rio de Janeiro os comandos do tráfico muitas vezes ocupam o lugar do pai ausente.

No entanto, a pesquisa sobre os adolescentes que morreram em 1997 em Porto Alegre, vai além desses resultados do estudo realizado em São Paulo, porque também identificou situações de risco em jovens que pertenciam a famílias onde existia a presença de ambos os pais. Este fato nos leva a considerar também as outras questões que dispõem os jovens a situações de risco, como por exemplo, a precariedade socioeconômica como geradora de um ambiente intrafamiliar de privação, muitas vezes incapaz de proteger seus membros.

O desfecho da morte, para os adolescentes que não tinham situações de risco como para os que as viviam, estava relacionado, segundo as famílias, com situações fora do ambiente familiar, que dificultavam a intervenção dos pais. Essa postura dos pais também pode estar associada à negação e a manifestação de um sentimento de isenção de culpa diante da morte do filho.

Violante (1997) sustenta os nossos pressupostos quando refere que os fatores sociais desempenham papel fundamental na constituição do sujeito e nas suas escolhas e, ainda que o ambiente familiar seja amistoso, o que ela considera uma utopia, principalmente em famílias marcadas pela privação das necessidades básicas, essas famílias não têm possibilidades de proteger seus filhos da adversidade imposta pelo meio social.

A afirmação da autora retrata a realidade em que vivem as famílias que perderam seus filhos por homicídio. As respostas afirmativas dos entrevistados em relação à expectativa da morte dos filhos mostram que o meio onde viviam propiciou esse desfecho. Isso pode ser observado nas respostas positivas tanto dos familiares dos adolescentes que apresentavam situações de risco, que foram geradas por interferência do meio, quanto nas daqueles que não tinham essas situações, mas moravam ou estavam em locais que precipitaram as suas mortes. Isso mostra a impotência das famílias diante de um fato inexorável, que foge ao seu controle interno, mas que reflete a (des) organização social.

Por outro lado, a maioria dos pais, na época do homicídio, não tinha controle sobre os horários dos filhos, indicando a sua dificuldade em intervir satisfatoriamente nas escolhas desses jovens, no modo como conduziam suas vidas. Isso, ao nosso ver, pode significar desestrutura na organização familiar associada às influências externas.

A predominância do abandono escolar entre esses adolescentes demonstra a impossibilidade das famílias em manter os seus filhos na escola. Dificuldade de aprendizagem, influência do meio em que viviam e inadaptação e desinteresse pelos estudos foram as situações que apareceram com mais frequência. No início desse estudo, ao falarmos sobre o contexto urbano de Porto Alegre, referimos a defasagem escolar como um problema na cidade, principalmente a partir dos 18 anos, que se confirma com os resultados desse estudo.

Gomes (1997) ao argumentar sobre a relação da escola com jovens urbanos pobres, reforça a idéia de que as dificuldades de aprendizagem e de ajustamento explicam, em grande parte, os elevados índices de repetência, de fracasso e de evasão escolar. A luta pela sobrevivência também é responsável pelo trabalho precoce, que leva o jovem a abandonar a escola, diminuindo sensivelmente suas oportunidades de conseguir ocupações mais qualificadas.

No caso das adolescentes desse estudo, verifica-se que a maternidade precoce influenciou no abandono escolar, pois a maioria delas já tinha filhos. Segundo Gomes (op. cit.), a jovem se confronta com três momentos decisivos na

sua vida: quando deve escolher entre a vida escolar e a doméstica, ou entre a maternidade e a escola, ou optar pelo emprego ou pela escola. A autora afirma ainda que no caso dos jovens do sexo masculino o conflito está em decidir pelo trabalho ou pela escola, e nessas escolhas a preterida sempre é a última.

Apesar dos esforços das famílias em manter os filhos na instituição, escolar, nota-se que os níveis de escolaridade dos pais são muito baixos, criando um ambiente pouco propício ao incentivo escolar. Gomes (op. cit.) refere à importância de rever, além da vida escolar de cada sujeito, a história singular de socialização no seu grupo doméstico. A autora enfatiza que a história de escolarização de uma família influencia na escolha de seus filhos de dar ou não continuidade ao projeto individual de escolarização.

Costa et al. (1999) reforça essa idéia quando afirma que em famílias com baixo rendimento familiar *per capita* aumenta as chances das suas crianças apresentarem dificuldades em relação ao ensino-aprendizagem, devido à carência de estímulos ambientais decorrentes das condições precárias de acesso às condições materiais. Essa probabilidade é maior quanto menor for a escolaridade do chefe do domicílio. Essa situação, “*ao implicar baixos rendimentos familiares gera um círculo vicioso, condicionando as oportunidades educacionais dos filhos e rebaixando o meio-ambiente cultural da família*” (IBGE citado por Costa, 1999 p.73).

Portanto, acreditamos que mesmo que a influência da escola tenha sido positiva para a maioria desses jovens que morreram, as experiências no ambiente doméstico, somadas às interferências do meio externo, tornou essas relações frágeis, refletindo-se na evasão escolar da grande maioria desses jovens.

A busca por uma ocupação remunerada em detrimento dos estudos foi a opção da maioria desses adolescentes, alguns deles incentivados pelos pais. Entretanto, algumas famílias não permitiam que seus filhos trabalhassem, pois tinham consciência que as atividades de trabalho não seriam qualificadas pela pouca idade do adolescente e pela sua baixa escolaridade.

Os que trabalhavam estavam inseridos em ocupações com baixa qualificação e remuneração. Verificou-se a opção de alguns jovens por atividades ilícitas, como roubos e tráfico de drogas.

Sobre a precocidade do trabalho nas classes populares, Martins (1997) argumenta que no cotidiano dessas famílias isso aparece como regra, como parte da socialização das novas gerações. No sistema de trocas nas relações familiares, os jovens trabalham para auxiliar no orçamento doméstico e em retribuição aos pais que lhes dão moradia e comida.

As atividades ilícitas, que serviam de alternativa para alguns dos jovens deste estudo, estão associadas, segundo Zaluar (1996), à percepção muitas vezes ilusória de que os lucros, como por exemplo o tráfico de drogas, são mais compensatórios do que o mercado formal de trabalho.

Em relação às atividades diárias, verificou-se que tanto os adolescentes que tinham atividades diárias consideradas socialmente adequadas, como lazer e trabalho, quanto os que ocupavam seus dias com atividades ilícitas foram assassinados em decorrência de uma situação em comum, determinada pelo meio em que viviam.

As relações de amizade desses adolescentes, em parte, explicam sua vulnerabilidade aos homicídios. No caso dos jovens que tinham amigos envolvidos com drogas e assaltos, os homicídios estavam relacionados, principalmente, ao envolvimento com drogas, rixas de *gangs*, vingança e por participação em assalto, enquanto que entre aqueles adolescentes que tinham amigos considerados pelas famílias como boas companhias morreram por terem sido vítimas de assalto, por motivo fútil, bala perdida, queima de arquivo e homicídio precedido por violência sexual.

Assis e Souza (1999), em uma pesquisa com adolescentes infratores realizada no Rio de Janeiro e Recife, constataram que o tipo de amigos é o principal fator responsável pela gênese da delinquência, estando relacionado ao uso de drogas e ao lazer.

Isso mostra que as relações que os adolescentes mantinham influenciaram nas situações de homicídio, sendo que aqueles que não tiveram participação ativa na sua morte foram vítimas da violência do meio. As situações de homicídio a que esses adolescentes foram submetidos apresentam diferenças na sua história, mas convergem para a mesma essência.

Esses jovens assassinados em 1997 fazem parte de um grupo heterogêneo em relação a alguns aspectos de suas histórias de vida. Muitos deles já apresentavam situações de risco relacionadas com uso de drogas, passagem pela FEBEM, antecedentes criminais e posse de armas, enquanto que outros eram estudantes e/ou trabalhadores, mas todos eram oriundos de famílias de precária inserção social.

Este estudo não se propôs a explorar a história dos agressores dos sujeitos dessa pesquisa, mas é de conhecimento geral que muitos desses jovens que entram na delinquência são procedentes de famílias fragilizadas pelo meio social e que também são vítimas dessa situação. Portanto, nesse universo, é difícil separar os contextos das vítimas da realidade dos agressores.

Essa idéia encontra-se em Velho (1996), quando diz que a população de baixa renda torna-se vítima da ação dos vários tipos de banditismo associados à ausência de um sistema de reciprocidade expresso em uma desigualdade produtora de violência. O autor relaciona a impossibilidade de acesso da grande maioria das camadas populares a bens e valores que são difundidos pela mídia e cultura de massa, o que acirra tensão e ódio sociais, e a inadequação de meios legítimos para realizar essas aspirações, fortalecendo o mundo do crime.

Nessa mesma linha, o mesmo autor fala sobre a incapacidade específica do poder público de gerir e atender as necessidades básicas da população pobre, agravando esse quadro, somada à conivência da polícia com a criminalidade. Concomitantemente, aumenta a adesão dos jovens à transgressão, em busca de compensações sociais mais imediatas em contraposição a sua inserção socioeconômica.

A explicação da violência sofrida por esses jovens, tanto agressores como vítimas passivas ou ativas, está além das suas histórias de envolvimento com situações de risco, já que nesse grupo também havia adolescentes que não estavam inseridos na criminalidade.

A segregação urbana a que estavam submetidos esses adolescentes, além de privá-los de uma condição que lhes permitisse fazer escolhas, privou-os também da vida e da concretização de seus sonhos.

Alguns desses adolescentes tinham filhos, trabalhavam e estudavam e faziam planos para o futuro, buscando uma condição de vida melhor. Inclusive aqueles que estavam inseridos no mundo do crime manifestavam o desejo de “sair dessa vida”, mas estavam impedidos pela engrenagem estigmatizante da criminalidade.

Por outro lado, outros não possuíam projetos de vida, o que mostra o desalento de alguns jovens com a situação em que viviam, sem perspectivas de um futuro melhor. Isso é resultante de uma sociedade que não possibilita alternativas aos indivíduos.

A distribuição socioespacial dos adolescentes que morreram assassinados em 1997 também reflete a desigualdade social e a segregação urbana a que esse grupo populacional estava submetido, permitindo a visualização na cidade dos locais onde esses eventos ocorreram com maior frequência. Santos (1999), ao fazer um estudo ecológico dos homicídios ocorridos em 1996 em Porto Alegre, pôde evidenciar áreas e grupos populacionais mais expostos devido às estruturas políticas, econômicas e ideológicas que reproduzem e mantêm a formação social vigente. Segundo a autora, esses processos levam os residentes de locais mais desfavorecidos do espaço urbano a se exporem como vítimas e/ou sujeitos de diversas situações de conflitos inseridas em um contexto.

Essa configuração espacial identifica um quadro de exclusão social, cujos habitantes desses locais estão, na maioria, privados das necessidades básicas relacionadas à qualidade de vida e sujeitos à violência.

Diógenes (1999, p. 166) oferece um melhor entendimento sobre essa questão quando diz que o meio urbano produz formas de distribuir os “*lugares da riqueza e da pobreza, do caos e da ordem*”. Essa autora refere que a segregação urbana limita o uso do espaço de forma diferenciada em relação à localização das moradias de serviços e equipamentos urbanos, o que ela chama de “*geografia da exclusão*”.

A distribuição desses óbitos confirma a fala de Diógenes, pois mostra que eles não se distribuem de forma homogênea na cidade, mas se concentram principalmente nos locais onde ocorre o fenômeno da segregação urbana. Essa visibilidade, que é oferecida a partir do georeferenciamento dos eventos na cidade, permite fazer uma articulação com a história de vida e morte dos sujeitos do estudo. As situações de homicídios em que esses adolescentes foram envolvidos não ocorreram de forma aleatória, vincularam-se principalmente à inserção socioeconômica dos sujeitos do estudo.

7 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Este estudo mostra que a violência sofrida por esses adolescentes está além dos conflitos pessoais, mas principalmente está associada à violência estrutural, desenhando um quadro de iniquidade social. Esses jovens eram oriundos de famílias de precária inserção socioeconômica, indicada pela sua baixa renda *per capita* e pelo baixo nível de escolaridade dos pais, sendo que a maioria desses adolescentes não freqüentava mais a escola. A distribuição dos locais de moradia se concentrava em bairros com os piores indicadores sociais e um número elevado de ocupação irregular do solo, apontando para a segregação socioespacial na cidade. Essa pesquisa também identificou que os negros e pardos estão mais expostos a morrer por homicídio, certamente pela segregação social, em sentido amplo a que esses grupos raciais estão submetidos.

A deterioração da situação social pode acentuar a vulnerabilidade e fazer crescer o fenômeno da violência. A fragilidade das relações familiares e a tênue autoridade dos pais, geram situações de desamparo e são predisponentes a comportamentos e atitudes inseguras da parte dos adolescentes.

A vida criminal ou a delinquência, como pequenos roubos, entre outros, torna-se às vezes o único benefício ou fonte de retribuição social, especialmente material, mais forte do que uma vida longe do crime. Existem também situações familiares ou de bairros onde, por exemplo, a droga se constitui em uma economia paralela, com lugar importante na geração de renda.

Essa situação desafia a ação dos diversos setores responsáveis pelo combate à violência e traz o questionamento se está ao alcance do setor saúde

preveni-la. Acreditamos que essa demanda exige um envolvimento maior dos profissionais da saúde, que necessariamente devem articular suas ações com outros setores da sociedade civil e organizações governamentais e não-governamentais.

Minayo e Souza (1999) contribuem para a compreensão do nosso papel nessa problemática quando enfatizam que para prevenir é necessário ter idéia de quais são as questões que compõem a violência no Brasil, considerando os grupos prioritários para atuação e as melhores estratégias para ação. As autoras apontam que nesse momento histórico a macroestrutura representada pelas extremas desigualdades, o desemprego, a exclusão social e moral, a corrupção e a impunidade têm grande peso sobre a dinâmica da violência. Associada a isso existe a situação conjuntural em que está inserido o crime organizado, principalmente o narcotráfico, resultando em outras formas de delinquência, como assaltos, seqüestros, agressões e homicídios, contrabando de armas de fogo, aumento da delinquência juvenil e dos crimes contra as pessoas e o patrimônio, alicerçados no desemprego, na impunidade e na ausência de um projeto social que contemple o conjunto dos estratos sociais.

Pensar um programa que considere todas essas questões apontadas pelas autoras é um projeto no mínimo audacioso. Com este estudo tentamos auxiliar na visibilidade dos processos sociais envolvidos na violência e nas repercussões familiares dessas mortes precoces. Resgatando a citação de Levisky (1997), ao dizer que a adolescência é a segunda e grande chance de oferecer aos jovens condições para a estruturação da personalidade, que pode ser construtiva ou destrutiva, entendemos que essa fase da vida é o momento em que os profissionais e as instituições podem intervir e proteger esses jovens das injunções do meio.

Por essas características dos adolescentes, acreditamos que é estratégico priorizar a atenção a esse grupo já que apresenta possibilidades de intervenção prévia, evitando assim o aumento da violência. Para tanto é preciso buscar alternativas que contemplem ações efetivas na vida dos adolescentes.

É preciso também visualizar a violência como um problema de saúde pública e criar mecanismos de integração intersetorial e interinstitucional, desenvolvendo programas de vigilância em saúde que poderão subsidiar o planejamento de ações capazes de prevenir a violência a que estão submetidos determinados grupos populacionais. Nessa integração, o setor saúde pode contribuir com ações de atenção primária, secundária e terciária, de acordo com a área de atuação de cada serviço, formando um sistema de informações de referência e contra-referência.

Os jovens podem se beneficiar com ações dentro da comunidade direcionadas à educação em saúde, identificação e apoio às famílias de adolescentes com envolvimento com drogas e criminalidade e estratégias de incentivo à frequência à escola. Para isso, é importante uma atuação interdisciplinar envolvendo outras instâncias, como a polícia, promotoria da infância e adolescência, serviço social, escola, entre outras.

É importante, também, que tenhamos clareza que agir pelo sucesso escolar de um grande número de adolescentes pode ter efeito positivo sobre o risco de passagem à delinquência. A escola pode ser um importante fator de proteção e transformação.

Da mesma forma, agir sobre o emprego dos jovens pode favorecer no sentido de tornar o meio criminal menos atrativo a esse grupo. Podemos afirmar que a relação com a instituição escolar, o contexto familiar, as relações familiares, o círculo de amigos, a personalidade, a violência e sua percepção pela sociedade, influenciam sobre o ingresso na situação de risco. Com isso escapamos de um determinismo único na explicação desse fenômeno mas, mesmo reconhecendo sua complexidade, apostamos em soluções conjuntas e solidárias entre profissionais e sociedade na busca de uma vida com qualidade.

Certamente, a resolução desse problema não está ao alcance somente dos setores saúde, judiciário, policial, de assistência social, entre outros, mas depende principalmente, de decisões políticas e da organização da sociedade civil. De qualquer forma, é fundamental o compromisso e a integração dos profissionais

de todas as áreas no sentido de alertar e mobilizar ações para evitar a violência, oferecendo um modelo de atenção à saúde que contemple esse tema, repercutindo efetivamente na qualidade de vida da população.

Esperamos que esses dados e reflexões tenham contribuído para essa teia de esforços tirando do anonimato estatístico esses jovens mortos precocemente e desvelando a fragilidade social em que se encontravam junto com suas famílias.

ABSTRACT

VULNERABILITY TO HOMICIDE: the sociohistory of the violent deaths among teenagers in the city of Porto Alegre in 1997 is a study on the 68 young people between 10 and 19 years old who were murdered in that year. The information were taken through a documentary statistical research with secondary and primary data from domiciliary visits to the families of theses teenagers, with the address taken from the death certificates. A plural methodology assembling both qualitative and quantitative analysis was used so to privilege the epidemiologic delineation of a series of cases type. To verify the distribution of these homicides, they were marked in the city map through the Geographic Information Systems and the MapInfo software. The results showed that these young people belonged to families of poor socioeconomic insertion represented by low income *per capita*, poor parents' access to school and 78,9% of the teenagers had fled the school. The predominance of the deaths (91, 2 %) was among boys. The study points out to actions focused on the young people within their community and among their families and incentives to be at school as possibilities of intervention to plan and watch for health that can have impact in preventing violence.

RESUMEN

VULNERABILIDAD AL HOMICIDIO: Socio historia de las muertes violentas entre los adolescentes de la ciudad de Porto Alegre en 1997 es un estudio sobre los 68 jóvenes entre 10 y 19 años de edad que fueron asesinados en aquel año. Las informaciones fueron obtenidas por la pesquisa documental estadística con datos secundarios y primarios a partir de visitas domiciliarias a las familias de estos jóvenes, de quien se obtuvo la dirección por la declaración de óbito. Una metodología plural que se propone a combinar los análisis cualitativos y cuantitativo fue empleada, con privilegio para la delineación epidemiológica del tipo serie de casos. Para dimensionar la distribución de los homicidios, estos fueron espacializados en el mapa de la ciudad a partir del Sistema de Información Georeferenciado (SIG) y el software Mapinfo. Los resultados apuntan a que estos jóvenes pertenecían a familias con precaria inserción socioeconómica representada por la baja renta *per capita*, baja escolaridad de los padres y 78,9% de los adolescentes habían abandonado a la escuela. El predominio de muertes fué en el sexo masculino, con una proporción de 91,2%. El estudio apunta a las acciones dirigidas a los jóvenes dentro de la comunidad y junto a las familias com incentivo a los estudios como posibilidades de intervención para el planeamiento y la vigilancia a la salud que pueden causar impacto en la prevención a la violencia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AERTS, Denise. Porto Alegre. In: AERTS, Denise; FLORES, Rui; CATANI, Ana (orgs). **Prá-saber:** informações de interesse à saúde. Porto Alegre: v.1, n.2, p. 5-12, 1996.
- AERTS, Denise; Cattani, Ana; Flores, Rui (orgs). **Prá Saber:** informações de interesse à saúde – Tabulações especiais do censo do IBGE 1991 para o setor saúde. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Saúde, 1996.
- AERTS, Denise; et al. O uso integrado do sistema de informação sobre mortalidade (SIM) e do sistema de informação georeferenciado (SIG). In: **Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 5, Congresso Paulista de Saúde Pública, 5.** [Resumos]. Águas do Lindóia, São Paulo: Abrasco, 1997.
- AMÂNCIO, Lígia. **Masculino e feminino:** A construção social da diferença. Porto/Portugal: Ed. Afrontamento, 1994.
- ASSIS, Simone G.; SOUZA, Edinilsa R. Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. **Ciência e Saúde Coletiva.** v. 4, n.1, p. 131-144, 1999.
- BARRETO, Maurício L.; CARMO, Eduardo H. Mudanças em padrões de morbimortalidade: Conceitos e métodos. In: MONTEIRO, Carlos A.(org) **Velhos e novos males da saúde no Brasil:** A evolução do país e de suas doenças. São Paulo: Hucitec, 1995.cap 1, p. 17-30.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de L. **Direito e relações raciais** - uma introdução crítica ao racismo. Florianópolis: UFSC, 1998. Texto retirado da dissertação de mestrado em direito sob o título :Uma introdução crítica ao racismo.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.
- ____. **O poder simbólico.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. **Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996:** Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1996.
- BREIHL, Jaime. **El genero entrefuegos:** Inequidad y esperanza. Quito: Centro de Estudios y Asesoría en Salud, 1996.
- CADERNO cotidiano. **Folha de São Paulo,** 3 caderno, p.1-3, nov/1998.

- COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CNPD). **Jovens no Brasil: diagnóstico nacional**. Brasília: CNPD, 1997.
- CORTES, Soraya Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa dos dados. In: NEVES, Clarissa B; CORRÊA, Maíra B. (orgs). **Pesquisa social empírica: métodos e técnicas**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 11-147. (Cadernos de Sociologia, n.9)
- COSTA, Beatriz M. Características gerais de Porto Alegre. In: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Relatório dos indicadores sociais de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1999a. v.2, p. 3-12.
- _____. As mudanças no mundo do trabalho e o emprego formal em Porto Alegre. In: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Relatório dos indicadores sociais de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1999b. v.2, p. 33-54.
- COSTA, Beatriz M. et al. Características educacionais da população porto-alegrense. In: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Relatório dos indicadores sociais de Porto Alegre**. Porto Alegre, 1999. v.2, p. 69-96.
- CUNHA, Estela M. G. Raça: aspecto esquecido da iniquidade em saúde no Brasil? In: BARATA, Rita; BARRETO et al. (orgs). **Equidade e saúde: contribuições da epidemiologia**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco, 1997. cap. 12, p. 219-234.
- DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: a violência como “marca”. In: SANTOS, José Vicente T. (org). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 164 –182.
- EQUIPE DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE (CEDIS). **Programa de vigilância à mortalidade/Prá-Viver**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Saúde, 1996. 3p. (mimeogr.)
- FLETCHER, Robert; FLETCHER, Suzane; WAGNER, Edward. **Epidemiologia clínica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Resumo estatístico municipal. Fonte: <http://www.fee.tche>. 12/01/99, 13 horas.
- FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL. Queda da ocupação eleva desemprego. **Informe Ped.** Porto alegre, v.7, n 10, p. 3-24, out. 1998.
- GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, Maria do Carmo (org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- _____. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. Juventude Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 5-14, maio/dez, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual de atualização cartográfica**. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

____. **Características gerais da população e instrução**: resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

____. **Síntese de indicadores sociais 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

LERT, France. L'approche de la vulnérabilité face à la dépendance dans le champs de la santé publique. **Seminaires de recherche du Crips**. Paris: Centre Régional d' Informatiment de Prevention du SIDA, 1996.

LEVISKY, David Léo. Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. In: LEVISKY, David Léo (org). **Adolescência e violência**. Conseqüências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. cap.1, p. 17-29.

LOPES, Marta Júlia Marques. Divisão do trabalho e relações sociais do sexo: pensando a realidade das trabalhadoras do cuidado de saúde. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina(orgs). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap.5, p. 55-62.

MARQUES, Maria Ornélia da S. Escola noturna e jovens. Juventude Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 63-75, maio/dez, 1997.

MARTINS, Clítia; LOUREIRO, Amilcar. Porto Alegre anos 90: características socioeconômicas da metrópole gaúcha. In: OLIVEIRA, Naia et al. **Dinâmica da urbanização do RS**: temas e tendências. Porto Alegre: FEE, 1997, p. 152-182.

MARTINS, Heloísa T. S. O jovem no mercado de trabalho. Juventude Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 96-109, maio/dez, 1997.

- MEYER, Dagmar E. Alguns são mais iguais que outros: Etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: SILVA, Luiz H. (org). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998, p. 369-380.
- MERLUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. Juventude Contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 5/6, p. 5-14, maio/dez, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.
- _____. (org). **Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80**. São Paulo; Rio de Janeiro: Hucitec; Abrasco, 1995.
- MINAYO, Maria C. S.; SOUZA, Ednilsa R. É possível prevenir a violência? reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 7-23, 1999.
- NETO, Otávio C.; MOREIRA, Marcelo R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 33-52, 1999.
- NORONHA, Ceci V. et al. Violência, etnia e cor: um estudo dos diferenciais na região metropolitana de Salvador, Bahia, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 5, n 4/5, p. 268-276, 1999.
- OLIVEN, Ruben G. **Violência e cultura no Brasil**. 4 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde**. 10 revisão. São Paulo: Edusp, 1993. v.1.
- PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade, 1995. **Prá - Saber: Informações de Interesse à Saúde**.. v.1, n.3, p. 1-75, 1996.
- _____. Secretaria Municipal da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade, 1996. **Prá - Saber: Informações de Interesse à Saúde**. v.2, n.1, p. 1-82, 1997.
- _____. Secretaria Municipal da Saúde. Porto Alegre em números: dados populacionais, nascidos vivos e mortalidade, 1998. **Prá - Saber: Informações de Interesse à Saúde**. v.4, n.3, p. 21, 1999a.
- _____. Secretaria Municipal da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade, 1997/1998. **Prá - Saber: Informações de Interesse à Saúde**. v.4, n.1, p. 1-154, 1999b.

- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade. seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fedrik Barth.** São Paulo: Unesp, 1998.
- RANNA, Wagner. Violência do corpo, violência na mente. In: LEVISKI, David L. (org). **Adolescência pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social.** São Paulo: Ed. Casa do Psicólogo, 1998, cap. 4, p. 65-74.
- RIO GRANDE DO SUL. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1990. Porto Alegre: SSMA, 1991. v.16.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade, 1991. Porto Alegre: SSMA, 1992. v.17.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1992. Porto Alegre: SSMA, 1993. v.18.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1993. Porto Alegre: SSMA, 1994. v.19.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade, 1994. Porto Alegre: SSMA, 1995. v.20.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1995. Porto Alegre: SSMA, 1996.v.21.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1996. Porto Alegre: SSMA, 1997. v.22.
- ____. **Estatísticas de saúde.** mortalidade 1997. Porto Alegre: SSMA, 1998. v.23.
- ROCHA, Sônia. Pobreza metropolitana: balanço de uma década. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Perspectiva da economia brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 1992, cap. 22, p. 449-459.
- SAFFIOTTI, Heleieth. Violência de gênero no Brasil atual. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, número especial, p. 443-461, out/1994.
- ____. Estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente T. (org). **Violência em tempo de globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, José Vicente T. Introdução: Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: SANTOS, José Vicente T. (org). **Violência em tempo de globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Simone M. **Homicídios em Porto Alegre, 1996:** Análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial. Rio de Janeiro, 1999. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública; Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

- SAPIRO, Clary-Milnitsky; SANTOS, José Vicente T. dos. A violência urbana rural contra a criança no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar. **Humanas**: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 91-107, jan/jun, 1993.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 15, n 2, p.5-22, jul/dez, 1990.
- SKABA, Márcia Marília V. F. **O vício da adrenalina**. etnografia da violência num hospital de emergência. Rio de Janeiro, 1997, Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 1997.
- SOUZA, Ednilsa R. Homicídios no Brasil: O grande vilão da saúde pública na década de 80. **Cadernos de Saúde Pública**, v.10, supl. 1, p. 45-60, 1994.
- VELHO, Gilberto. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p. 10-24.
- VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. A perversidade da exclusão social. In: LEVISKI, David Léo (org). **Adolescência e violência**: conseqüências da realidade brasileira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 53-62.
- WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- ZALUAR, Alba. Exclusão social e violência. In: SEVERINO, Antonio J.; et al. (orgs). **Sociedade civil e educação**. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1992. p. 113-123.
- _____. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 48-68.

ANEXOS

ANEXO A- DECLARAÇÃO DE ÓBITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE P. VISA - ESTATÍSTICA DE SAÚDE		DECLARAÇÃO DE ÓBITO Nº 4896879	
		1 UF	2 CARTÓRIO DE
		Nº DO REGISTRO:	DATA DO REGISTRO:
FAMILIAR	3 TIPO DE ÓBITO 1 - FETAL 2 - NÃO FETAL	4 NOME	5 DATA DO ÓBITO ANO MES DIA
	6 ESTADO CIVIL 1 - SOLTEIRO 2 - CASADO 3 - VIÚVO 4 - SEP. JUDIC. 5 - OUTRO	7 SEXO 1 - MASC. 2 - FEM. 3 - OUTRO	8 DATA NASC. ANO MES DIA
	10 LOCAL DE OCORRÊNCIA 1 - HOSPITAL 2 - VIA PÚBLICA 3 - DOMICÍLIO 4 - OUTRO	11 MUNICÍPIO DE OCORRÊNCIA	9 IDADE ANOS SEM. ANOS MES. ANOS DIA
	12 NOME DO ESTABELECIMENTO	13 CDD. EST.	
EMERGENCIAL	14 RESIDÊNCIA HABITUAL (RUA, NÚMERO, BAIRRO, ETC.)	15 MUNICÍPIO	16 UF
	17 OCUPAÇÃO HABITUAL DO FALECIDO <small>Se disponível, observar também a ocupação anterior</small>	18 NATURALIDADE	19 RAÇA/COR 1 - AMARELA 2 - BRANCA 3 - PARDINA 4 - PARDIA 5 - PRETA
	20 GRAU DE INSTRUÇÃO	21 NOME DO PAI	22 GRAU DE INSTRUÇÃO
	23 NOME DA MÃE	24 GRAU DE INSTRUÇÃO	25 GRAU DE INSTRUÇÃO
CARTÃO FETAL DO ÚTERO (1 ANO)	26 Nº DE FILHOS VIVOS	27 OCUPAÇÃO DA GESTANTE (SEM ABRIGAR)	28 IDADE
	29 Nº DE FILHOS MORTOS	30 MORTES EM RELAÇÃO AO PARTO	31 PESO AO NASCER
	32 PARTO	33 MORTO EM RELAÇÃO AO PARTO	34 PESO AO NASCER
	35 RECEBIU ASSISTÊNCIA MÉDICA DURANTE A DOENÇA QUE OCASIONOU O ÓBITO?	36 O MÉDICO QUE ASSINA ATENDEU AO FALECIDO?	37 O DIAGNÓSTICO FOI CONFIRMADO?
ATESTADO MÉDICO	39 CAUSA DA MORTE (MARTE DO LIMBOLÓGICO PORTUGUÊS)	40 PARTE I	CID
	41 CAUSAS ANTERIORES	42 PARTE II	
	43 NOME DO MÉDICO	44 CRM	45 DATA DO ATESTADO
	46 ENDEREÇO DO MÉDICO	47 TELEFONE	48 ASSINATURA
SEM JULG. MÉDICO	49 MORTE NÃO NATURAL - PROVA-SE CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE - OBS - INFORMAÇÕES DE CARÁTER EPIDEMIOLÓGICO		
	50 TIPO	51 DE ACIDENTE ANCIAR E REPRODUCTION	52 LOCAL DO ACIDENTE
	53 DECLARANTE	54 TESTEMUNHA	55 TESTEMUNHA
	56 CARTÓRIO EM QUE SERÁ ENTERRADO	57 MUNICÍPIO	

ANEXO B - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ESTUDO DA MORTALIDADE DE ADOLESCENTES POR HOMICÍDIO

DOI _____

- PORTO ALEGRE/1997

Nº _____

I – Dados de Identificação

1. Letras iniciais do nome do falecido:	LET _____
2. Endereço: _____ Vila _____ Bairro _____	
3. Data nascimento ou idade:	DN ____/____/____
4. Raça: (1) branco (2) negro (3) indígena (4) oriental (5) mestiço (6) outro _____	RAÇA ____
5. Entrevistado: (1) pai (2) mãe (3) irmão/a (4) amigo/a (5) avó (6) avô (7) tia (8) tio (9) outro _____	ENTREV ____

II – Informações sobre Escolaridade e Trabalho

6. Estava estudando na época que faleceu? (1) Sim 1º grau ____série 2º grau ____lano 3º grau ____lano (2) Não, parou no: 1º grau ____série 2º grau ____lano 3º grau ____lano Parou com que idade e porquê? (3) Nunca estudou	ESTI ____ ____ ____ PAROUIDADE ____ ____
7. Onde? (1) Escola Pública (2) Escola privada (8) NSA (9) Ignorado	TIPOESC ____
8. Qual era a relação do adolescente com a escola? (Gostava de ir a escola, tinha boas notas, não gostava, faltava a aula, aluno problemático)	
9. Qual a influência da escola na vida do adolescente? (Bons professores, maus professores, bons amigos, maus amigos, violência)	
10. *** trabalhava? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado	TRABALHAVA ____
11. Sim, o que ele fazia? (local e ramo de atividade)	FAZTRAB ____ ____
12. No trabalho ele(a) era: (1) assalariado (2) trabalhava por conta própria (regularmente) (3) empregador (4) biscateiro (irregular) (8) NSA (9) ignorado	ENOTRAB ____
13. Se não trabalhava, porquê?	

III- Dados Familiares

<p>14. Quem eram os pais sociais de ***?</p> <p>(1) ambos pais biológicos (2) mãe biológica e padrasto (3) pai biológico e madrasta (4) mãe biológica (5) pai biológico (6) madrasta (7) pai adotivo (8) pai e mãe adotivos (9) avós (10) avó (11) avô (12) outros _____</p>	<p>PAISI _ _ </p>												
<p>15. Os pais sociais trabalhavam na época que *** estava vivo?</p> <p><u>Mãe social:</u> (1) Sim (2) Não (8) NSA (9) Ign No trabalho ela era: (1) assalariada (2) trabalhava por conta própria (regularmente) (3) empregadora (4) biscateira (irregular) (8) NSA (9) ignorado</p> <p><u>Pai social:</u> (1) Sim (2) Não (8) NSA (9) Ignorado No trabalho ele era: (1) assalariado (2) trabalhava por conta própria (regularmente) (3) empregador (4) biscateiro (irregular) (8) NSA (9) ignorado</p>	<p>TRABMAE _ ENOMAE _ </p> <p>TRABPAI _ ENOPAI _ </p>												
<p>16. Os pais sociais estudaram? Até que série?</p> <p>Mãe (1) Sim, série _ _ (2) Não (8) NSA (9) Ignorado Pai (1) Sim, série _ _ (2) Não (8) NSA (9) Ignorado</p>	<p>ESCMAE _ _ _ ESCPAI _ _ _ </p>												
<p>17. Tipo de família:</p> <p>(1) Nuclear (2) Extensiva</p>	<p>TIPFAM _ </p>												
<p>18. Na época que *** morava com vocês, quantas pessoas moravam na casa e quem contribuía? _ _ pessoas</p> <table border="0"> <thead> <tr> <th>Grau de parentesco</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>_____</td> <td>R\$ _____</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em salários mínimos: _ _ , _ </p>	Grau de parentesco	Valor	_____	R\$ _____	<p>RENDAFAM _ _ , _ </p> <p>RENDAPERC _ _ , _ </p>								
Grau de parentesco	Valor												
_____	R\$ _____												
_____	R\$ _____												
_____	R\$ _____												
_____	R\$ _____												
_____	R\$ _____												
<p>19 Como era o relacionamento de *** com os pais sociais?</p> <p>Mãe: Descrever _____ _____ (1) satisfatório (2) regular (3) insatisfatório (8)NSA (9)IGN</p> <p>Pai: Descrever _____ _____ (1) satisfatório (2) regular (3) insatisfatório (8)NSA (9)IGN</p>	<p>RELMAE _ </p> <p>RELPAI _ </p>												
<p>20. De que forma a família controlava o horário dele?</p> <p>(1) sim (2) não (8) NSA (9) IGN</p>	<p>HORASI _ </p> <p>HORASV _ </p>												

IV – Condições de Moradia

21. Localização da moradia: (1) com infra-estrutura urbana (2) sem infra-estrutura urbana	LOCAL __
22. Assoalho: (1) Sim (2) Não	ASSOALHO __
23. Teto com forro: (1) Sim (2) Não	TETO __
24. Janelas com vidro: (1) Sim (2) Não	JANELA __
25. Portas com trinco: (1) Sim (2) Não	PORTA __
26. Água encanada (1) dentro de casa (2) no terreno (3) não tem	AGUA __
27. Sanitário: (1)c/ descarga (2)s/ descarga (3) casinha (4) coletivo (5) não tem	SANIT __
28. Qual o tipo de construção de moradia (1) alvenaria (2) mista (3) madeira (4) outros _____	HABMAT __
29. Quantas peças há na casa? __	PEÇAS __
30. Quais dos equipamentos listados a família possui? Fogão (a gás ou a lenha) (1) sim (2) não Geladeira (1) sim (2) não Televisão (1) sim (2) não Rádio (1) sim (2) não Carro (1) sim (2) não	FOGÃO __ GEL __ TV __ RADIO __ CARRO __
31. Há quanto tempo o (a) *** morou neste local? _1_ _ _ D _2_ _ _ M _3_ _ _ A _8_ NSA _9_ IGN	TEMPO __ _ _

V – HISTÓRIA DO ÓBITO

32 Sr (a) poderia descrever como ocorreu a perda? (Solicitar para descrever o episódio) <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
1 ARMA DE FOGO _2_ ARMA BRANCA _3_ OUTRO_____	
33. Como o Sr.(a) ficou sabendo da morte de ***? (Solicitar local de ocorrência e horário aproximado) <hr/>	HORA _ _ OCOR _ _ _ _ _
34 . O Sr (a) sabe quem matou o (a) ***? (1) delinqüente (2) parente (3) polícia (4) companheiro/a (5) amigos (5) outro_____ (9) ignorado E por qual razão? <hr/> <hr/>	AGRESI _ RAZÃO _
35 . O Sr (a) alguma vez tinha pensado que ele poderia morrer dessa forma? Porquê (para sim e não)? (1) Sim (2) Não (3) não sabe responder <hr/> <hr/>	FORMA _
36 . *** tinha o hábito de sair armado? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Sim, qual arma? (1) arma de fogo (2) arma branca (3) outro_____ (8) NSA (9) ignorado	ARMA _ QARMA _
37. Foi socorrido? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Sim, por quem e para onde foi levado?	SOCI_ _
Se não, por quê?	

VI - HISTÓRIA PREGRESSA DO ADOLESCENTE

38. Com quem morava ***na época que faleceu?_____	MORAVA _
39. Como era o dia - a - dia de ***? _____ _____ _____	
40. *** tinha amigos? (1) Sim (2) Não (9) ignorado Quem e como era o grupo de amigos? _____ _____ _____	AMIGOS _
41. *** tinha namorado/a? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Se sim, morava junto? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Tinha filhos? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado	NAMOR _ MOJU _ FIL _
42. O sr (a) sabe se *** ingeria alguma bebida alcóolica? (1) Sim (2) Não (3) Ignorado Se sim, qual a freqüência? (1) Diariamente (2) semanalmente (3) ocasionalmente (8) NSA (9) Ignorado	BEBIA _ FREQ _
43. O sr (a) sabe se *** usava drogas? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Sim, qual era? _ loló _ cola _ maconha _ cocaína _ crack _ heroína _ loutro_____	LOLO _ COLA _ MACON _ COCA _ CRACK _ HERO _ OUTRO _
44. *** teve alguma passagem pela FEBEM? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Se sim, quantas vezes?_____	FEBEM _ QUANTAFEB _ _
45. *** teve alguma passagem pela polícia ou presídio? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Se sim, quantas vezes?_____	POLI _ QUANTAPOLI _ _
46. Ele tinha algum antecedente criminal? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Se sim, qual?_____	ANTCRIMI _ QUANTACRI _
47. Na família, aconteceu algum caso de homicídio? (1) sim (2) não (9) Ignorado Sim, com quem foi? _ pai _ mãe _ irmãos _ tios _ avós _ primos Em que circunstâncias? _____ _____	PAI _ MAE _ IRMAO _ TIO _ AVÓS _ PRIMO _
48 Tinha alguma doença? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Se sim, qual o tipo? (1) física (2) mental (8) NSA (9) ign Descreva: _____ _____	DOEN _ TIPODOEI _

<p>49. *** tinha planos para o futuro? (1) Sim (2) Não (9) Ignorado Sim, quais?</p> <hr/> <hr/> <hr/>	<p>PLAN _ </p> <p>QUAISPLAN _ </p>
<p>50. Quais foram as repercussões dessa morte na vida da família?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>	
<p>51. O que aconteceu com o(s) agressor (es)?</p>	
<p>52. Quais são sentimentos da família em relação a (os) agressor (es)?</p> <hr/> <hr/> <hr/>	
<p>53. O que o (a) Sr (a) achou desse trabalho?</p> <hr/> <hr/> <hr/>	

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Declaro que, ao assinar esse documento, estarei ciente que estou dando o meu consentimento para ser entrevistado (a) pela Mestranda Ana Rosária Sant' Anna, aluna da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e sua equipe de entrevistadores: Maria do Horto Martins, Alex Bittencourt, Denise Ritzel, Luis carlos Nicolaiewsky e Sheila Flor, que deverão estar devidamente identificados com o crachá.

Fui informado (a) que se trata de uma pesquisa sobre os Homicídios em Adolescentes e entendo que fui selecionado (a) porque tenho conhecimento da morte de um jovem por essa causa no ano de 1997. A entrevista será gravada e realizada a partir de um instrumento guia proposto pela autora, sendo que o uso da gravação terá a minha autorização após ter ciência do que foi gravado.

Também fui informado (a) que a entrevista é livre e, mesmo após o seu início, posso recusar-me a responder a qualquer pergunta específica e encerrá-la em qualquer parte da mesma, sem que isso venha a meu prejuízo.

Declaro que fui informado (a) quanto a garantia do sigilo em relação as informações por mim fornecidas e que estas serão utilizadas somente para fins de pesquisa. Também serão respeitados a garantia do meu anonimato e de meus familiares e que não será publicado qualquer material que possa nos identificar.

data-

assinatura do entrevistado

assinatura do entrevistador

ANEXO D – DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ENFERMAGEM
COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

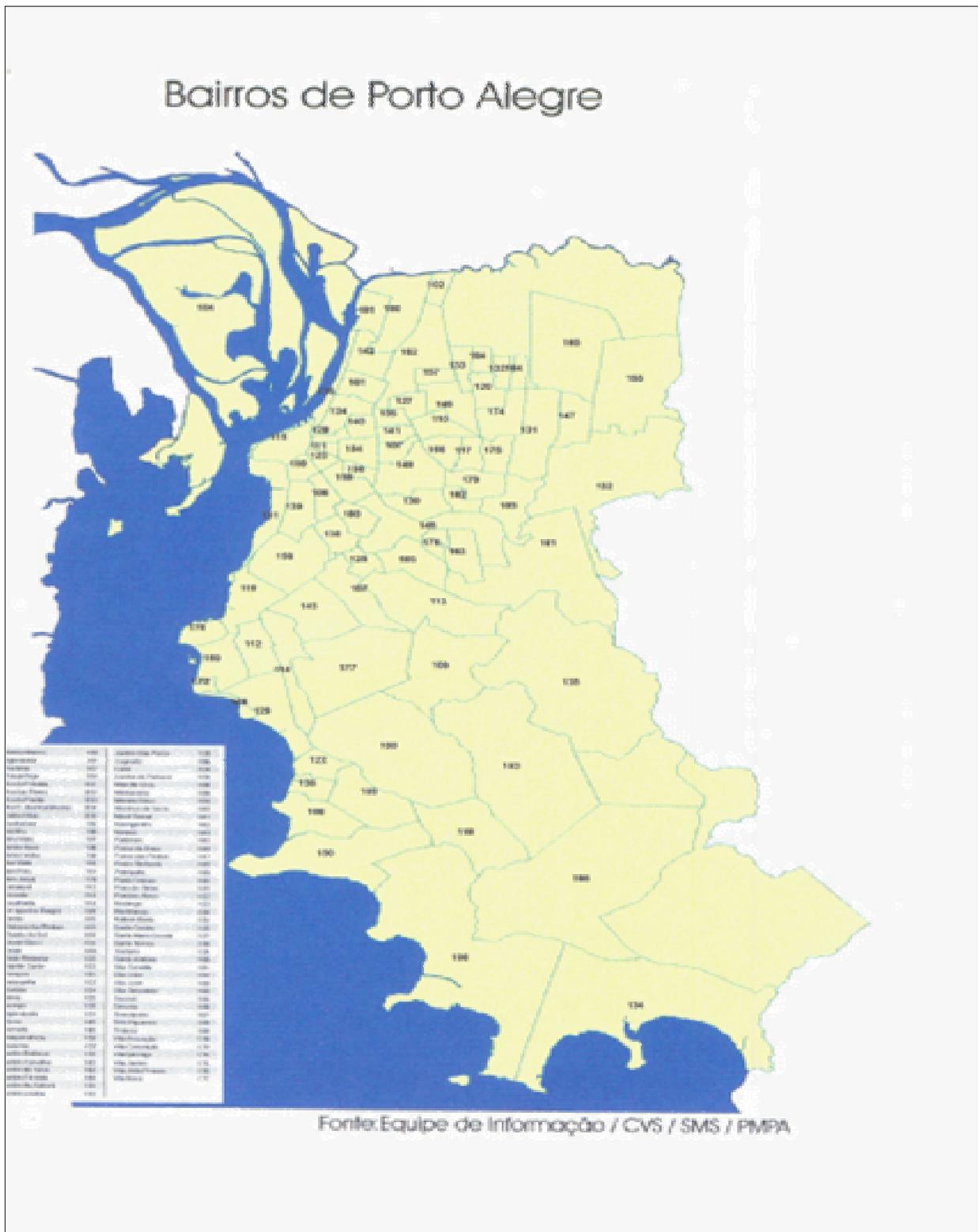
ATESTADO

Atesto que ANA ROSÁRIA SANT'ANNA, aluna regular do Curso de Mestrado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi aprovada no Exame de Qualificação do Projeto intitulado: "MORTALIDADE por Homicídios em Adolescentes em Porto Alegre".
A Banca Examinadora reuniu-se em 19 de maio de 1999.

Porto Alegre, 9 de junho de 1999.


Prof.ª Dr.ª Marta Júlia Marques Lopes
Coordenadora da Comissão de Pós-Graduação

ANEXO E – MAPA DE IDENTIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE PORTO ALEGRE



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)